



**Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e
Adolescentes para fins de Exploração Sexual
Região Centro Oeste**

Relatório Final

Promoção



Realização



Apoio



Agosto de 2002

IDENTIFICAÇÃO E CRÉDITOS

Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual - Região Centro Oeste

Promoção: Comissão Interestadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes – CIRCO

Realização: Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste – IBISS-CO

Apoio Financeiro: Departamento da Criança e do Adolescente / Ministério da Justiça

Apoios Institucionais Estaduais:

Distrito Federal: CECRIA — Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

Goiás: CEDCA — Conselho Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente

Mato Grosso: IBISS-CO em MT - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável — Centro-Oeste
CEDCA — Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso

Mato Grosso do Sul: IBISS-CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável — Centro-Oeste

Equipe Técnica e Pesquisadores

I – Equipe Regional

Estela Márcia Scandola - Coordenadora

Assistente Social
Especialização em Psicologia Social
Mestre em Saúde Coletiva

Mariluce Bittar—Consultora em Metodologia

Graduação em Serviço Social
Especialização em Metodologia de Ação do Serviço Social.
Mestrado em Serviço Social
Doutorado em Educação

Angelita Pereira de Lima—Consultora para assuntos de Mídia

Jornalista
Mestre em Educação

Denise da Cunha Rodrigo Diniz - Auxiliar de Pesquisa —1ª Fase

Pedagoga

Bahjat Salim Jebaili Júnior - Auxiliar de Pesquisa—2ª Fase

Psicólogo

Relatório Final

Estela Márcia Scandola
Maria Aparecida Pereira Martins
Maria Roney Queiroz Leandro
Samuara Alves de Moraes
Veralúcia Pinheiro

II – Equipes Estaduais

Distrito Federal

Aldayr Brasil Barthy — Coordenadora

Mestre em Sociologia do Desenvolvimento
Doutoranda em Antropologia Social

Perla Ribeiro — Pesquisadora / 1ª Fase

Assistente Social

Ludmila de Ávila Pacheco — Pesquisadora / 2ª Fase
Assistente Social

Ana Lúcia Rocha de Souza — Auxiliar de Pesquisa / 1ª Fase
Assistente Social

Marcelo Emanuel dos Santos — Auxiliar de Pesquisa/ 2ª Fase
Assistente Social

Goiás:

Maria Aparecida Pereira Martins — Coordenadora Estadual
Psicóloga
Pós-graduada em Violência Doméstica na Área da Infância e Adolescência

Veralúcia Pinheiro — Pesquisadora
Assistente Social/Professora
Pós-graduada em Políticas Públicas
Mestre em Educação

Mirian Kuhn — Auxiliar de pesquisa
Educadora Social
Graduanda em Terapia Ocupacional

Anna Fátima Melo Chaves - Colaboradora
Assistente Social

Joseleno Vieira dos Santos - Colaborador
Psicólogo
Professor Universitário
Coordenador do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infante-Juvenil

Maria de Fátima Machado Luiz — Colaboradora
Psicóloga
Psicopedagoga
Jornalista

Railda Gonçalves Martins — Colaboradora
Psicóloga
Pós-graduada em Violência Doméstica na Área da Infância e Adolescência

Vera Lúcia de Almeida - Colaboradora
Psicóloga
Pós-graduada em Dependência Química e Adolescência

Mato Grosso:

João Carlos Donatti — Coordenador Estadual — 1ª Fase
Pedagogo
Pós-graduado em Inspeção Escolar

Pedro Benício Ferreira Lopes — Coordenador Estadual — 2ª Fase
Bacharel em Filosofia
Especialista em Bioética

Dulce Regina Amorim — Pesquisadora
Assistente Social
Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes

Marilene Guimarães de Jesus — Auxiliar de pesquisa
Graduanda em Ciências Sociais

Terezina Fátima Paes de Arruda — Colaboradora
Assistente Social
Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

Mato Grosso do Sul

Maria Roney de Queiroz Leandro — Coordenadora
Assistente Social
Especialista em Saúde Pública

Samuara Alves de Moraes — Pesquisadora
Assistente Social

Pedro Benício Ferreira Lopes — pesquisador — 1ª Fase
Bacharel em Filosofia
Especialista em Bioética

João Carlos Donatti — Pesquisador 2ª Fase
Pedagogo
Pós-graduado em Inspeção Escolar

RESUMO

A pesquisa “Tráfico de Mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no centro-oeste” foi realizada entre setembro de 2001 a agosto de 2002 e integrou a PESTRAF Nacional. Na região centro-oeste foi promovida pela Comissão Interestadual de enfrentamento da violência sexual – CIRCO, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável – IBISS/CO e teve apoio financeiro do Ministério da Justiça. Com metodologia qualitativa, teve coordenação regional e equipes estaduais envolvendo 25 pesquisadores com apoio de organizações locais, sendo um processo de formação dos pesquisadores na temática e de sensibilização dos entrevistados. Foram realizadas 220 entrevistas com organizações governamentais, sociedade civil e fontes privilegiadas de diferentes grupos sociais. A realidade institucional demonstrou grande desconhecimento da temática do tráfico de seres humanos, sendo que os processos existentes estão, na maioria, no estado de Goiás e enquadrados no artigo 231 do Código Penal. Os casos de tráfico encontrados em outras fontes de acordo com a definição do Protocolo de Palermo, encontram-se como repatriamento, exploração sexual, rufianismo e fuga. A maioria das organizações não tem casos de tráfico registrados, sendo que nas organizações da sociedade civil há mais conhecimento sobre a temática, especialmente aquelas que trabalham com profissionais do sexo e HIV/AIDS. Há, no caso dos policiais, presença tanto na rede do enfrentamento quanto servindo de ‘guarda’ em diferentes locais de aliciamento e exercício da prostituição. A rede do tráfico é constituída por diferentes atores e organizações sendo que o aliciamento primeiro ocorre por meio de pessoa de grande confiança do aliciado. Há uma forte presença de conceitos moralistas sobre o exercício da prostituição e generalização dos processos migratórios de mulheres e homossexuais como sendo tráfico, assim como pouca ou nenhuma visibilidade da diversidade de raça e etnia na análise dos casos de tráfico de seres humanos, assim como não análise das vulnerabilidades de gênero e geração. As rotas detectadas inexistem depois de sua divulgação e mudam constantemente. As notícias da mídia seguem o senso comum e demonstram a invisibilidade do tráfico interno e não explicitam o atendimento, pautando-se pela factualidade dos casos de tráfico de seres humanos. As histórias de vida das pessoas traficadas e seus familiares são permeadas pela invisibilidade da garantia de direitos, a culpabilização moralizadora e pelo não acesso às políticas públicas básicas. A PESTRAF Centro Oeste detectou que o tráfico de seres humanos ocorre para a região, dentro desta, saindo e vindo, transpondo fronteiras locais, regionais, nacionais e internacionais e que as finalidades do tráfico vão definir o perfil de pessoa que será traficada.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Organizações e fontes individuais acessadas e entrevistadas pela PESTRAF Centro Oeste.
- Quadro 2 Número de casos encontrados nos órgãos de responsabilização, tipificados juridicamente como Tráfico.
- Quadro 3 Demonstrativo dos processos encontrados na Justiça Federal e Estadual na região centro-oeste.
- Quadro 4 Inquéritos policiais localizados na Polícia Federal da região centro-oeste
- Quadro 5 Rotas de Tráfico de Mulheres Crianças e Adolescentes detectadas na Região Centro Oeste
- Quadro 6 Demonstrativo das Notícias Pesquisadas por tipificação
- Quadro 7 Tipificações do tráfico interno na notícia

SUMÁRIO

1	O PROCESSO PESTRAF CENTRO OESTE	9
1.1	A demanda e a gestão	10
1.2	Os pesquisadores	12
1.3	As fontes	14
1.4	Coleta de dados	22
1.5	Análise de dados	24
2	REALIDADE INSTITUCIONAL	27
3	O TRÁFICO DE SERES HUMANOS NO CENTRO OESTE BRASILEIRO	40
3.1	Os casos registrados	41
3.2	A existência da rede do tráfico de seres humanos	55
3.3	A invisibilidade do tráfico de meninos e o trabalho sexual	59
3.4	De repente, a fala e as famílias	63
3.5	As rotas	67
4	O OLHAR DA (E SOBRE A) MÍDIA IMPRESSA NO TRÁFICO DE SERES HUMANOS	75
4.1	Introdução	76
4.2	A pesquisa nos jornais	78
4.2.1	A categorização das notícias	79
4.3	A visibilidade do tráfico internacional x invisibilidade do tráfico interno	82
4.3.1	O caso Simone Borges	83
4.3.2	Tráfico interno, uma categoria a ser construída na mídia	83
4.4	O tráfico de seres humanos e as questões de gênero, raça/etnia, geração e classe nas notícias	86
5	PROSTITUIÇÃO, MARGINALIDADE E HISTÓRIAS DE VIDA	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	Bibliografia	108

1 O PROCESSO PESTRAF CENTRO-OESTE

A PESTRAF Centro Oeste pode ser considerada muito mais que uma pesquisa pois demandou esforços, conhecimentos, articulações e muito aprendizado para todos os envolvidos. Assim, não será possível descrever tudo o que aconteceu, mas é importante registrar alguns passos visando contribuir com futuras pesquisas que possam advir. Para melhor explicitar os diferentes processos, optamos por distribuir em temas.

1.1 A demanda e a gestão

Desde 1999, por ocasião do II Encontro da Região Centro-Oeste de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente, em Cuiabá-MT, verificou-se a necessidade de realizar uma pesquisa sobre a realidade do tráfico de seres humanos, posto que era crescente o número de relatos sobre crianças e adolescentes que eram encontrados em municípios advindos de outros tantos lugares da região, bem como do Paraguai, Bolívia e Região Norte, em situação de exploração sexual.

No entanto, a idéia de pesquisa tornou-se visível no III Encontro da Região Centro-Oeste de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente, realizado em agosto de 2000, em Goiânia, como uma ação proposta pela Comissão Interestadual de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Região Centro-Oeste - CIRCO.

Durante todo o restante do ano de 2000 e parte de 2001, ocorreram intensas negociações no sentido de conseguir o aporte financeiro necessário para investigar a problemática, o que teve abrigo no Departamento da Criança e Adolescente do Ministério da Justiça, exatamente por ter, em sua gestão à época, pessoas comprometidas com as proposições da sociedade civil brasileira.

De outro lado, a OEA (Organização dos Estados Americanos), através da CIM (Comissão Interamericana da Mulher) e IIN (Instituto Interamericano Del Niño), com operacionalização do Instituto Internacional de Direitos Humanos (IIDH) da Faculdade de Direito da Universidade de DePaul de Chicago, buscou o CECRIA, no Brasil, propondo uma pesquisa com a mesma temática.

Desse modo, podemos afirmar que a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual tem a legitimidade da demanda de organizações

locais e a articulação com demandas de âmbito nacional e internacional.

Do ponto de vista dos objetivos, eles são complementares. Enquanto a OEA, com a proposta da pesquisa abrangendo 8 (oito) países visa construir uma Convenção Interamericana para enfrentamento dessa questão, as organizações do Brasil, além de explicitarem a problemática, buscam transformar a realidade revelada pela pesquisa em um instrumento capaz de orientar a sociedade brasileira para o enfrentamento desse tipo de violência.

Dada a capacidade da sociedade civil brasileira em responder às demandas, sejam elas da própria sociedade ou de organizações internacionais, o levantamento proposto pelo IIDH foi transformado em um Projeto de Pesquisa Nacional, sob a Coordenação do CECRIA. No caso da Região Centro-Oeste, além do aporte do projeto nacional já elaborado, a realidade regional e mobilização dos atores sociais foram decisivos na consecução de uma proposta de trabalho que respondesse às várias dimensões das necessidades que estavam colocadas pelos atores sociais. Estas diferentes demandas foram transformadas em Projeto de Pesquisa sobre “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região Centro-Oeste”, tendo nos estados da região organizações locais para o suporte político e de infraestrutura para a sua consecução.

Conforme decisão da CIRCO, o contrato para operacionalização da proposta foi firmado com o IBISS-CO para, no prazo de 10 (dez) meses, a contar de 27/09/2001, apresentar um relatório sobre essa problemática na região. A coordenação da Pesquisa sobre “*Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes na Região Centro-Oeste*” significou o desempenho de vários papéis para a consecução dos objetivos, sobretudo, atividades de caráter: político e mobilizador; técnico e de organização, planejamento e assessoria; e, administrativo nas áreas de recursos humanos, orçamento e finanças.

O relacionamento com a Pesquisa Nacional coordenada pelo CECRIA, foi o assunto que mais envolveu a equipe regional durante o primeiro trimestre da PESTRAF Centro-Oeste, visto que duas ordens de questões estiveram em tela. De um lado havia assuntos de ordem política da pesquisa, especialmente sobre o relacionamento CECRIA —CIRCO/IBISS, e de outro, um volume de informações das articulações nacionais e internacionais que impuseram um ritmo intenso de repasse de informações para as equipes estaduais e vice-versa. Com a finalidade de

estabelecer procedimentos formais sobre o relacionamento político-administrativo com a pesquisa nacional, foi elaborado um Termo de Acordo (anexo 1) entre o CECRIA e IBISS-CO, referendado pelos representantes da CIRCO.

1.2 Os pesquisadores

A PESTRAF Região Centro-Oeste, de fato, não foi iniciada somente depois que obteve aporte financeiro, posto que a história do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes já havia dirigido o olhar dos pesquisadores para esta problemática. Assim, os dez meses programados para o desenvolvimento da pesquisa, revelaram-se como uma oportunidade única para que esses profissionais envolvidos com a temática, até então, tivessem a possibilidade de organizar conhecimentos já existentes, aprofundando-os de acordo com os procedimentos científicos metodológicos e oferecendo maior visibilidade à problemática.

A inserção política em que a maioria dos educadores/pesquisadores está comprometida foi fundamental na definição dos caminhos a serem percorridos, enriquecidos com os aportes teórico-metodológicos presentes em todos os momentos. No caso da região em tela, muitos dos atores - na condição de pesquisadores ou de pesquisados - estão articulados na temática de direitos humanos desde o movimento pela Constituinte na década de 80, o que de fato foi positivo para o desenvolvimento da pesquisa.

“Entendendo-se que nem a teoria e nem a prática são isentas de interesse, de preconceito e de incursões subjetivas” (Minayo, 1997:10), esta pesquisa tem no investigador, um sujeito partícipe do processo, situação em que interage com a realidade em permanente transformação. Nessa perspectiva e, diante da delimitação físico-temporal do objeto em questão, não é possível que seja feito o seu término, mas apenas um recorte histórico e, ao configurar este recorte, a realidade não será a mesma.

A composição das equipes estaduais com participação de pesquisadores referendados por organizações locais, pode ser entendida como uma rede de organizações pesquisadoras, pois muitas pessoas foram sendo envolvidas no processo a partir do envolvimento das entidades e, em outros casos, os próprios pesquisadores, instalavam as discussões nas organizações, transformando a pesquisa em um processo de intervenção na realidade, na medida em que a

temática do tráfico de seres humanos se colocava na pauta das reuniões das organizações.

Diferentes estratégias foram realizadas visando a coleta de dados. Uma especialmente merece destaque que foi acessar profissionais que trabalham nas ‘casas’¹ em diferentes funções como DJs, seguranças, gerentes e outros e, a partir deles, sem identificar que a pesquisa era sobre tráfico, conhecer a realidade das pessoas, especialmente mulheres e adolescentes femininas, poder entrevista-las e conhecer as formas de coação e coerção existentes. Nesses casos, a identificação como pesquisador tinha que ser cuidadosamente trabalhada, bem como eleger pessoas que pudessem saber sobre o trabalho. Também nessas situações, um dos fatores importantes tanto em Brasília quanto em Mato Grosso, foi a participação de pesquisadores do sexo masculino que puderam adentrar aos locais sem identificar-se e realizaram diferentes observações.

“Nós substituímos a auxiliar de pesquisa por um rapaz. Antes quando era só mulher na equipe, nós íamos aos bares, nos locais e ficávamos observando mas não tinha como aproximar do pessoal. Vinham, tomavam cerveja, mas logo iam embora. Aí entrou um homem na equipe. Ele tem um amigo que trabalhava numa boate de strip-tease. Ele falou com o amigo que disse: ‘eu não sei, mas o fulano, que também estudou com a gente, sabe. Ele já foi informante de jornal pra matéria de prostituição’. O amigo topou desde que não citassem o nome dele no relatório. O informante orientou: ‘só que você não vai dizer que é matéria sobre tráfico. Se você falar de tráfico, elas fogem todas. Tem que falar que é sobre a vida delas, o que elas fazem, o que elas querem, pensam, sonham...’ Então, quando chegavam num lugar, o pesquisador ficava na mesa bebendo alguma coisa e o nosso contato entrava nos lugares e conversava, conversava, conversava até que encontrou uma aliciadora. Ela era conhecida dele e aí ele ajeitou pra fazer a entrevista. Uma a uma ele foi conversando e trazendo para o pesquisador. Se ele não existisse o nosso pesquisador não teria conseguido nada”. (Distrito Federal)

Visando a apoiar as equipes locais, bem como possibilitar a integração da equipe Centro Oeste, a capacitação inicial primou pela apresentação das discussões que estavam sendo empreendidas em âmbitos internacional e nacional, como também os instrumentais que estavam sendo utilizados pelas equipes das demais regiões brasileiras.

Pode-se perceber, com isso, que a equipe capacitou-se no processo de elaboração de

¹ Estamos caracterizando por casas, as diferentes formas de apresentação dos locais em que se encontram profissionais do sexo, como por exemplo, bares, lanchonets, wiskerías, boates, etc.

discussões visando a explicitar os diversos universos de linguagem e as possibilidades de “olhar” a problemática de forma jurídica e social. Com essa determinação em desvelar a realidade, foi possível encontrar os casos negados por diversos atores sociais em entrevistas formais. Este papel coube a cada pesquisador individual que compôs a equipe coletivizada constantemente.

1.3 As fontes

O caminho traçado por todas as quatro equipes locais é que a investigação da problemática se daria inicialmente pela mídia impressa, ou seja, os pesquisadores deveriam localizar os jornais de maior circulação nos estados e Distrito Federal e, a partir de então, trabalhar com a análise das matérias jornalísticas. As equipes dos estados fizeram diferentes incursões na busca de dados nesse tipo de veículo de informação, sendo que em alguns locais não foram utilizados os instrumentais disponibilizados pela PESTRAF nacional.

A equipe de pesquisa de Mato Grosso do Sul já detinha conhecimento sobre a vinculação entre turismo e exploração sexual, baseando-se em dados disponíveis na publicação “Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Turismo em Mato Grosso do Sul”, elencou os Conselhos Municipais de Turismo e Secretarias afins. O fato de muitas organizações não governamentais já estarem envolvidas com o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes ou mesmo no atendimento às mulheres em situação de violência ou de prostituição, os primeiros casos foram localizados por meio de entrevista com dirigentes e ativistas dessas organizações que passaram a ser considerados fontes privilegiadas de informação.

No caso específico dos estudos de caso, percebeu-se que a entrevista com sujeitos traficados ou mesmo aqueles da rede² do tráfico ou da rede de enfrentamento, precisou de diferentes tipos de abordagem, sendo que, com as vítimas ou aliciadores, a temática da pesquisa, em muitos casos, não foi citada, tendo em vista estratégias de busca de informações.

“Quando eu me apresentei, falei que estava fazendo uma pesquisa sobre as condições que elas vivem. Na verdade, eu não menti, mas eu vi que se eu

² Estamos nominando de rede o conjunto de pessoas e organizações que, agindo de forma articulada, favorecem e/ou executam o tráfico ou, por outro lado, combatem esse crime.

falasse a palavra tráfico, poderia não conseguir mais nada com ela, e inviabilizaria com os outros.” (Distrito Federal)

Os diferentes procedimentos utilizados pela equipe para o conhecimento da realidade, por certo desvelou também a realidade institucional, sendo que houve um grande esforço para ouvir as fontes oficiais, como pode-se observar no quadro 1. As entrevistas ocorreram não somente com o instrumental criado nacionalmente como também, na maioria das vezes, estes foram abandonados pois não cabiam em uma realidade de completo desconhecimento da problemática.

Outra forma de conhecer melhor a realidade foi buscar parcerias com equipes de ONGs que trabalham com prevenção de DST/AIDS, com o público de profissionais do sexo. Essa iniciativa que ocorreu em Brasília e Mato Grosso do Sul trouxe elementos para compreender a problemática sob outra ótica, em especial o direito de migrar para buscar melhores condições de trabalho. Neste sentido, a categoria trabalho mereceu grande parte da discussão, como também as vulnerabilidades acrescidas ao público ‘profissionais do sexo’.

Na busca de dados nos locais de prostituição, foram usadas várias estratégias visando conhecer a realidade. Entrevistar as equipes dos projetos que trabalham nas ruas e, através destas, realizar entrevistas com profissionais do sexo, com presença ou não dos pesquisadores da PESTRAF, entrar ou não nas casas fechadas, foram procedimentos importantes para o acesso às fontes, inclusive mudando equipe e papéis conforme já relatado no item referente aos pesquisadores.

Ir ao encontro de sujeitos da pesquisa é como se lançar à busca de algo que não se tem o correto desenho do quê e da sua significância final. As equipes locais na busca de pessoas traficadas que pudessem realizar seus depoimentos, encontraram mais do que isso: encontraram familiares, aliciadoras, participantes da rede do tráfico.

Quando se está completamente envolvido pela temática também vai se sensibilizando pessoas que convivem no cotidiano com os pesquisadores:

“eu cheguei até a menina, porque ela é prima de uma colega de trabalho que é amiga minha de muitos anos. Falando sobre a pesquisa, ela me disse: ‘ eu tenho uma prima que está na Espanha. A primeira tentativa foi essa amiga que me levou na casa da mãe.”(Goiás)

O tráfico pode estar muito perto de nós, mas como ele é um crime que traz vergonha, medo, tabus, pessoas próximas aos pesquisadores apresentaram situações de tráfico:

“a gente estava no curso, falando sobre a pesquisa, uma pessoa presente, na hora do café, chamou a gente e falou que tinha uma prima que tava na Espanha e que tava preparando a irmã pra ir.” (Mato Grosso/Goiás)

Em outros casos os entrevistados foram indicados por setores ou grupos que possuíam alguma informação sobre o problema:

“Quando conversamos com o Conselho Tutelar, eles nos apresentaram o caso e eles indicaram uma menina que fala sobre tudo que aconteceu, por onde passou e tudo mais”.(Mato Grosso).

“No caso da Pastoral, nós participamos de algumas atividades sobre tráfico com eles e aí, com base em um pequeno roteiro, eles fizeram a entrevista e nos mandaram. Poderia ser mais rico se a gente tivesse feito, mas também podia não dar certo porque as mulheres não nos conheciam”.(Mato Grosso)

“Uma pessoa da PESTRAF iniciou o acompanhamento do Projeto EROS na rodoviária de Campo Grande, que é realizado para prevenção de AIDS. Introduziu o assunto por várias vezes, sem falar a palavra tráfico, comentando sobre as situações. Em uma das abordagens coletivas, uma das mulheres afirmou ter passado por aquelas situações e ao ser perguntada se poderia dar entrevista, ela aceitou e marcou na casa dela”. (Mato Grosso do Sul)

No caso específico dos encontros com aliciadoras, estes não foram planejados, mas aconteceram na busca de outros sujeitos, inclusive acompanhando a equipe, como ocorreu em Mato Grosso do Sul, ao adentrarem o Paraguai.

“Nós estávamos do lado paraguaio procurando o endereço das meninas para entrevista. Quando chegamos no local, fomos recebidos por uma mulher que falou que conhecia as meninas que eu estava procurando. Eram todas perto da casa dela. Nós falamos que era um estudo sobre a qualidade de atendimento do Conselho Tutelar. Aí ela se prontificou e à tarde nos ofereceu uma adolescente que devia ter menos de 15 anos, brasileira, seminua, para ir conosco procurar os outros endereços. Ela conhecia todos os casos e citava os nomes das boates. Aí caiu minha ficha. Minha desconfiança se concretizou. Ela era uma das aliciadoras que trazia as meninas para o Brasil”. (Mato Grosso do Sul)

O mapeamento das fontes oficiais para entrevistas não ocorreu de forma linear nem foi realizado anteriormente de se sair a campo. Encontrar organizações, compreender a sua organização e quem seria a pessoa mais certa para a entrevista também ocupou grande parte do tempo da coordenação e pesquisadores posto que a realidade é muito rápida em mudanças. Muitas vezes, após algum evento de sensibilização de outras temáticas relacionadas a mulheres ou a crianças, foi possível deslanchar várias entrevistas que até então se apresentava como impossível. Também as relações pessoais dos pesquisadores e seus contatos foram fundamentais para conseguir êxito.

O quadro que segue pode demonstrar o conjunto das organizações acessadas oficialmente pelos pesquisadores, com diferentes formas de intervenção para conseguir agendá-las e realizá-las, possibilitando um mapa organizacional que poderá também ser utilizado em diferentes processos de intervenção. É importante ressaltar que um mapeamento nunca está pronto e que o que se apresenta foi o possível neste tempo histórico.

Quadro 1: Organizações e fontes individuais acessadas e entrevistadas pela PESTRAF Centro Oeste

LOCAIS/ ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS DO SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF-CENTRO OESTE				
ÂMBITO FEDERAL				
Poder Executivo				
Órgãos / Setores	Estados			
	GO	DF	MS	MT
Polícia Federal - Superintendência Regional	1 entrevista: Goiânia	-	-	-
Polícia Federal - Delegacia de Polícia de Ordem Política e Social – ELOPS	-	-	1 entrevista: Campo Grande	2 entrevistas: Cuiabá
Polícia Federal - Delegacia Especial Fazendária – DEF	1 entrevista: Goiânia ³	-	-	-
Delegacia da Polícia Federal	1 entrevista: Anápolis	-	2 entrevistas: Ponta Porã, Dourados	1 entrevista: Rondonópolis
Polícia Federal - Delegacia Aérea, Marítima e de Fronteira	1 entrevista: Goiânia	1 entrevista: Brasília	-	-
Polícia Rodoviária Federal	-	1 entrevista: Brasília	2 entrevistas: Campo Grande	3 entrevistas: Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda
Ministério Público				
Procuradoria da Justiça Federal	-	⁴	-	-
Poder Judiciário				
Justiça Federal	2 levantamentos: 5ª e 11ª Vara	2 levantamentos: 10ª e 12ª Varas	Encaminhamento de correspondência para as 1ª e 3ª varas	-
ÂMBITO ESTADUAL				
Poder Executivo				
Órgãos / Setores	GO	DF	MS	MT
Secretaria de Segurança Pública – SSP	1 entrevista: Secretário de Estado	-	-	-
SSP - Polícia Civil	-	-	2 entrevistas: Comandante da Polícia	-

³ Setor indicado pela Superintendência de Polícia Federal de Goiânia, justificado porque esta Delegacia atualmente participa de algumas investigações referentes aos crimes praticados via internet.

⁴ Não realizada apesar de insistentes solicitações da PESTRAF.

			Militar, Coordenador da Equipe de Investigação - COMCEX	
SSP - Polícia Civil	-	1 entrevista: Coordenador da Polícia Civil 1 levantamento: BSB ⁵	-	-
SSP – Delegacias Especializadas da Mulher ⁶	3 entrevistas : Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis	1 entrevista Brasília	4 entrevistas: Campo Grande, Dourados, Corumbá, P.Porã 1 levantamento: Campo Grande	02 entrevistas: Cuiabá e Rondonópolis 01 levantamento: Cuiabá
SSP – Delegacias Especializadas da Infância ⁷	2 Entrevistas: Goiânia e Anápolis	1 entrevista: Brasília	3 entrevistas: Campo Grande, Corumbá e Dourados 1 levantamento: Corumbá	2 entrevistas: Cuiabá, Rondonópolis
SSP – Delegacias de Polícia Civil	3 Entrevistas: Uruaçu, Trindade e Aparecida de Goiânia	10 entrevistas – Brasília	4 entrevistas: Coxim, Dourados, Ponta Porã, Porto Murinho	2 entrevistas: Cuiabá, Cáceres
SSP – Delegacia Especializada de Homicídios ⁸	-	-	1 entrevista: Campo Grande 1 levantamento	1 entrevista: Cuiabá (por telefone)
SSP – Polícia Militar Ambiental	-	-	1 entrevista- Coxim	-
SSP- Polícia Rodoviária Estadual	-	-	-	1 entrevista: Cuiabá
SSP – Sistema Penitenciário	-	4 entrevistas – Brasília	-	-
Ministério Público				
2 entrevistas: Coordenador do Centro de Apoio Operacional para Infância e Juventude do Ministério Público de Goiás; Promotor de Justiça da Infância de Aparecida de Goiânia	1 entrevista: Promotor de Justiça da Infância	1 entrevista: Coordenador das Promotorias da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul 4 entrevistas: Promotores da Infância e Juventude - Coxim, Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã 1 entrevista com técnico da Promotoria da Infância de Corumbá	1 entrevista: Procurador de Justiça de Mato Grosso 2 entrevistas: Promotor da Infância de Rondonópolis, Pontes e Lacerda 1 entrevista: Promotor de Justiça – Vara Criminal de Alta Floresta	
Poder Judiciário				
2 entrevistas: Varas da Infância e Juventude: Anápolis, Uruaçu 1 entrevista 4º Vara de Execução Penal	3 entrevistas: Varas da família, Infância e Execuções Criminais	3 entrevistas: Porto Murinho, Coxim, Corumbá	2 entrevistas: Varas da Infância e Juventude - Cuiabá e Várzea Grande; 1 entrevista: 15º vara - crime contra os	

⁵ O levantamento foi realizado pela própria Coordenadoria.

⁶ Não estão sendo consideradas pequenas diferenças na nomenclatura utilizada em cada estado

⁷ Estão computadas neste item as Delegacias de Proteção da Infância e Juventude, e as Delegacias de Repressão aos Atos Infracionais cometidos por adolescentes.

⁸ Esta Delegacia foi incluída na pesquisa porque é responsável pelo Setor de Desaparecidos.

de Goiânia			costume
ÂMBITO MUNICIPAL			
Conselhos Tutelares			
GO	DF	MS	MT
9 entrevistas: Goiânia (3), Anápolis (2), Aparecida de Goiânia, Uruaçu, Trindade e Águas Lindas	8 entrevistas: Cidades Satélites	7 entrevistas: Campo Grande (2), Coxim, Corumbá, Porto Murtinho, Ponta Porã e Dourados 4 levantamentos: Campo Grande, Porto Murtinho, Ponta Porã e Coxim.	12 entrevistas: Cuiabá (6), Várzea Grande, Rondonópolis (2), Pontes de Lacerda, Alta Floresta, Cáceres. 5 levantamentos: Cuiabá, Rondonópolis (2), Pontes de Lacerda e Alta Floresta.
LOCAIS/ ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS DO SISTEMA DE PROMOÇÃO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF			
ÂMBITO MUNICIPAL			
Poder Executivo			
GO	DF	MS	MT
1 entrevista: SOS - Goiânia 1 entrevista: SOS – Criança Desaparecida – Goiânia 1 entrevista: Assistência Social FUMDEC/ Rodoviária – Goiânia 1 entrevista: Secretaria de Promoção Social – Uruaçu 3 entrevistas: Projetos Sentinela de Anápolis, Trindade e Aparecida de Goiânia 1 levantamento: SOS Criança –Goiânia 1 levantamento: SOS Criança Desaparecida – Goiânia	04 entrevista: SOS(2), Secretaria de Turismo e Secretaria de Saúde 01 levantamento: SOS	6 entrevistas: Projetos Sentinela de: Coxim, Dourados, Corumbá, Ponta Porã, Porto Murtinho, Campo Grande. 5 entrevistas nas Secretarias Municipais de Assistência Social: Coxim, Porto Murtinho, Dourados, Ponta Porã, Corumbá. 2 entrevistas na Secretaria de Assistência Social de Campo Grande: Projeto SOS e Centro de Apoio Psico-Social 1 entrevista: Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Dourados 1 levantamento: Projeto Sentinela de Corumbá	5 entrevistas nos Projetos Sentinela: Rondonópolis, Cuiabá, Pontes e Lacerda, Cáceres e Alta Floresta. 1 entrevista na Secretaria Municipal de Ação Social de Pontes de Lacerda.
PODER LEGISLATIVO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF			
ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL			
Estados			
GO	DF	MS	MT
1 Levantamento da legislação.	1 entrevista: assessora da CPI sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. 1 Levantamento da legislação.	-	1 entrevista com Assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa
1 levantamento sobre a CEI Comissão	-	-	-

Especial de Inquérito sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Goiânia			
COLEGIADOS PÚBLICOS: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF			
GO	DF	MS	MT
5 entrevistas: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiânia e Anápolis; Conselho Estadual da Mulher e Fórum Goiano pelo fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.	1 entrevista: Conselho Distrital dos Direitos da Mulher	1 entrevista: Conselho Municipal de Turismo de Corumbá; 5 entrevistas: Comissões Municipais de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – Coxim, Ponta Porã, Dourados, Corumbá e Porto Murinho 1 entrevista com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	2 entrevistas: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual da Mulher
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO SISTEMA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF			
GO	DF	MS	MT
4 entrevistas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Comissão de Goiás; Pastoral da Migrante, IPÊ ROSA- Goiânia; Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas CECOM – Goiânia	6 entrevistas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Comissão de Brasília; Projeto Redução de Danos; Disque Salve Criança Desaparecida; Agência Nacional dos Direitos da Infância - ANDI Grupo de Apoio à Pessoa com AIDS - GAPA; Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES; Instituto Cidade Saudável – INCISA.	6 Entrevistas: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza – Tupã-i, Campo Grande; Centro de Apoio ao Migrante – CEDAMI, Campo Grande; Rede Criança, Campo Grande; Núcleo de Aperfeiçoamento de Profissionais de Turismo de Coxim- NAPTUR, ATMS e IBISS-CO.	6 entrevistas: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cuiabá; Pastoral da Mulher Marginalizada, Rondonópolis; Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Cáceres; Associação de Mulheres, Cuiabá; MNMMR de Cáceres; Pastoral da criança. 1 levantamento na Pastoral da Mulher Marginalizada de Rondonópolis
ENTREVISTAS COM VÍTIMAS, FAMILIARES E TERCEIROS SEM REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL			
GO	DF	MS	MT
1 caminhoneiro; 1 profissional do sexo; 2 familiares.	1 aliciadora/ traficada. 2 profissional do sexo; 6 gerentes de Hotéis	1 aliciadora 3 profissionais do sexo 5 familiares; 3 terceiros	1 adolescente 1 profissional do sexo
ORGANIZAÇÕES DE PESQUISA: ENTREVISTAS E OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS			
GO	DF	MS	MT
-	-	-	1 entrevista: Núcleo de Estudos, Pesquisa e organização da Mulher – NUEPOM/ UFMT.

Fonte: PESTRAF/CENTRO-OESTE, Oficina de Sistematização, em junho / 2002.

1.4 Coleta de dados

Com as primeiras incursões em organizações governamentais, percebeu-se de pronto que os instrumentais pela coordenação da pesquisa nacional, embora bastante completos e com a temática bem trabalhada, só poderiam ser utilizados quando as organizações já tivessem um mínimo de conhecimento sobre o assunto. Assim, as práticas mais comuns efetivadas pelas equipes foram as re-elaborações de roteiros, em linguagem acessível e compatível com cada organização. Em grande parte das entrevistas, estas foram precedidas de uma explanação, mesmo que breve, sobre a compreensão da realidade e da temática sob o olhar da pesquisa em tela, como se pode observar no depoimento desse pesquisador:

“depois das primeiras visitas que eu percebi que o pessoal não sabia do que eu estava falando, então eu tirei cópia da Convenção de Palermo, do trecho que era mais importante e onde eu ia, além de explicar, deixava uma cópia”
(Mato Grosso)

O estudo específico sobre a mídia da região Centro-Oeste, constituiu-se em uma parte importante do trabalho, servindo, inclusive, como direcionamento para incursões em outras fontes de informação, especialmente no sistema de responsabilização.

Com a realização do Seminário Nacional da PESTRAF, para apresentação dos dados preliminares de todas as regiões, ocorrido em novembro de 2001, em Brasília, percebeu-se a necessidade de mudar a direção na busca dos dados, na medida em que era preciso levantar primeiro os dados de tráfico que já estavam tipificados no Brasil. Neste sentido, foi organizado para a região Centro-Oeste, um sistema de busca de casos obedecendo a seguinte ordem:

1. Casos de Tráfico tipificados e juridicamente registrados no sistema de responsabilização como Tráfico pelo artigo 231 do Código Penal Brasileiro;
2. Casos existentes de tráfico, sob a ótica da Convenção de Palermo, com registro no sistema de responsabilização e tipificados em outros crimes;
3. Casos existentes de tráfico, sob a ótica da Convenção de Palermo, com algum registro de dados no sistema de proteção público e privado;
4. Discurso de atores sociais com informações privilegiadas;
5. Discursos de sujeitos, familiares, aliciadores e outros envolvidos na rede do tráfico.

Com esse novo movimento — dos casos existentes juridicamente aos casos de invisibilidade jurídico-social — foi necessário também redimensionar a forma de busca de informações nos órgãos oficiais. As entrevistas poderiam não ser suficientes dado que os gestores das políticas sociais não estavam familiarizados com a temática e, na maioria dos casos, desconheciam a Convenção de Palermo. Assim, as equipes buscaram além da entrevista, a possibilidade de acessar arquivos e, através das diferentes nomenclaturas encontradas nos registros (desaparecimento, exploração sexual, repatriação, perda de documentos, rufianismo e outros), localizar situações que configurariam tráfico em cada caso.

Nos casos em que os instrumentos da pesquisa⁹ foram deixados para que os gestores de políticas públicas pudessem responder, os mesmos retornaram bastante incompletos, revelando, em alguns casos, a incompreensão da temática. Por isso, na maioria dos casos, as entrevistas, com a presença dos pesquisadores, foram precedidas da apresentação da temática, exemplificação de situações que ocorriam na realidade local, tendo como apoio a Convenção de Palermo¹⁰, às vezes deixando cópia do documento.

Nas situações em que os arquivos não foram acessados, a realidade captada reflete a forma como o gestor entrevistado interpreta a realidade, inclusive seus valores referentes à liberdade, sexualidade, violência, trabalho e vulnerabilidade.

Em alguns locais, após vários retornos, foi possibilitado à equipe de pesquisa o acesso aos arquivos, o que, de fato, permitiu incursões mais objetivas nos casos registrados nos órgãos públicos, inclusive encontrando casos e os apresentando aos gestores. Mesmo com essa atitude por parte dos pesquisadores, em muitos casos, não significou necessariamente mudança de opinião sobre a existência do tráfico e a vulnerabilidade dos grupos-alvo.

Mesmo com todos os esforços da equipe PESTRAF Centro-Oeste, alguns locais não foram acessados pela recusa dos gestores públicos em responder à entrevista. Municípios que

⁹ Os instrumentais foram elaborados pela coordenação nacional da PESTRAF

¹⁰ O trecho que se utilizou para disponibilizar aos entrevistados refere-se à definição do que é tráfico de seres humanos do Protocolo de Palermo, especialmente o Art 3º. “tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recursos, à força ou a outras formas de coação, por rapto, por fraude, e engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, ou através da oferta ou aceitação de pagamentos, ou de vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra para fins de exploração”

aparecem rotineiramente na mídia de outras localidades, quando os gestores públicos foram pesquisados, não explicitaram situações concretas de tráfico, sendo que os pesquisadores tiveram que registrar a realidade através de observação:

“Fiquei dois dias em Uruaçu e não obtive nenhuma informação concreta, pois todos sabem sobre a ida de mulheres para a Espanha e da prostituição na cidade, mas ninguém se dispõe a falar. Quando fui almoçar em um restaurante, às margens do lago da Serra da Mesa, fiquei observando como era o comportamento dos turistas acompanhados por moças jovens, ou seja, só foi possível descrever a realidade a partir destas observações.” (Goiás)

A forma de registro mais recorrente dos pesquisadores foi o ‘diário de campo’, posto que formalmente poucas informações eram colhidas, mas durante a permanência em repartições públicas, a abordagem informal aos demais trabalhadores, muitas informações eram repassadas e ajudavam a equipe a planejar os próximos passos na busca de dados. Em muitos casos, uma informação extra-oficial, fez com que os pesquisadores voltassem aos gestores públicos e buscassem informações oficialmente:

“Durante a pesquisa jornalística encontramos o caso do Delegado que havia sido flagrado com adolescentes e foram socorridas pela Polícia Militar. Na Delegacia da Mulher fomos informadas da inexistência do inquérito, pensamos em procurar o BO do caso, porém o Promotor nos aconselhou a não irmos atrás disso.” (Goiás)

As entrevistas foram registradas de diversas formas a depender da relação da equipe com os entrevistados. Há entrevistas que foram gravadas e transcritas; registradas pelos pesquisadores sem gravação; estruturadas e semi-estruturadas; as formas de coleta foram diferenciadas também pelo local disponível: locais de trabalho ou residência do entrevistado.

1.5 Análise de dados

Um dos exercícios constantemente utilizados pelas equipes da PESTRAF foi exigir sempre o questionamento se os casos e situações encontradas eram de exploração sexual ou de tráfico para fins de exploração sexual. Embora houvesse inicialmente uma visão de senso comum ligando diretamente a exploração sexual ou a prostituição de adultos ao tráfico de pessoas, esta

foi dissipada rapidamente e, por isso, o exercício de separar essas duas problemáticas foi tão intenso.

O fato de grande parte de a equipe ser composta por pessoas vinculadas ao combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, esse exercício tornou-se fundamental para que não houvesse ‘contaminação’ de uma temática sobre a outra, mesmo reconhecendo que, em muitas situações, há complementação entre elas. Sendo o vínculo principal dos pesquisadores com a temática da infância e das mulheres, o conhecimento prévio de parte da realidade colaborou com a discussões e a análise de dados.

Para fazer o recorte do tráfico para exploração sexual, o trabalho em equipe proporcionou que um estado pudesse fazer a crítica dos casos do outro, buscando caracterizar as situações com rigor, no enquadramento das condicionalidades apontadas pela Convenção de Palermo. Este exercício foi importante para não se deixar ‘contaminar’ pelos conceitos de abuso e exploração sexual, na investigação dos casos de tráfico. Em algumas situações, o caso foi retirado do quadro geral por esse exercício, como afirma o pesquisador:

“Nós tivemos que tirar aquele caso lá de Mato Grosso, do início do ano. As adolescentes foram pegas no Motel com um cara importante. A aliciadora foi morta. O caso não está na Delegacia da Mulher, não está na Homicídios. O único jeito da gente ter o caso, é porque a gente ta lá na realidade, leu nos jornais e viu o bafafá todo. Falava-se que tinha menina de fora. Pensamos se tinha configuração de tráfico ou exploração. O caso sumiu e os dados não são precisos. Então é melhor não contar esse caso.” (Mato Grosso)

Com as especificidades do trabalho com a mídia, optou-se por um capítulo especial exatamente com a análise dos dados colhidos pelas equipes estaduais mas que pudesse fazer uma discussão a partir dos aprendizados da equipe da PESTRAF, sobretudo tivesse um olhar a partir de um profissional especializado nesta temática e que também tivesse tempo para caminhar com a equipe e em separado.

Outro assunto que percebeu-se que a análise de dados precisaria trabalhar amiúde foram os depoimentos de mulheres que foram traficadas e/ou de seus familiares. Ouvir com delicadeza acolhedora essas pessoas e conseguir traduzir sentimentos e falas em um capítulo da pesquisa foi uma decisão da equipe coordenadora do centro-oeste.

Todo o conjunto de dados foi trazido para a oficina de sistematização¹¹ onde coordenações estaduais e um pesquisador por estado esteve presente e pode-se coletivamente construir a base de dados e os fundamentos para elaboração do relatório final. No entanto, a construção coletiva só foi possível devido à interlocução permanente que se estabeleceu entre as diferentes equipes, coordenações estaduais e coordenação regional.

O relatório regional, portanto, com seu método de construção, supera as barreiras de compreensão por estado, na medida em que os pesquisadores analisam coletivamente os dados colhidos, não sendo a somatória dos relatórios estaduais, mas a compreensão dos fatores sócio-econômicos-culturais do centro-oeste brasileiro sob a ótica de todos os pesquisadores participantes.

¹¹ Esta oficina foi realizada entre os dias 28/05 a 02/06, com a participação de representantes de todos os estados da Região Centro-Oeste. Foram realizadas as apresentações dos dados, análise e elaboração de quadros de trabalho. As discussões grupais foram gravadas e as falas dos pesquisadores se transformaram em produto da pesquisa, utilizando-as no corpo do relatório final.

2 REALIDADE INSTITUCIONAL

Uma das primeiras ações realizadas por toda a equipe da região foi compreender as diversas nomenclaturas dos órgãos públicos, embora sejam responsáveis por serviços idênticos. No caso da infância, especificamente, ainda temos resquícios do ‘Código de Menores’, pois há ainda um número maior de Delegacias cuja missão é de repressão aos adolescentes em conflito com a lei, em detrimento da proteção à infância, como por exemplo:

“Delegacia de Repressão ao Adolescente Infrator” (Dourados- MS)

“Delegacia de Polícia da Infância e Juventude”(Goiânia- GO)

Em muitas Delegacias, a equipe não chegou a fazer entrevista com o delegado, pois este ‘dispensava’ o pesquisador no momento em que se tentava marcar agenda:

“Eu fiz o contato por telefone. falei com o Delegado chefe, responsável pelo setor de desaparecidos e ele me disse: ‘não precisa nem vir aqui. Não tem esse crime’. Mesmo eu insistindo, ele não colocou ninguém pra me atender.” (Mato Grosso)

“Lá em Brasília, nós começamos telefonando pras Delegacias. Aí os Delegados diziam logo de cara: ‘aqui não tem isso, não. Não adianta nem vir me entrevistar.’ Daí nós tomamos uma decisão: ir sem telefonar. Chegava lá e ficava observando tudo até encontrar um tempinho pra ele nos ouvir. Enquanto isso, a gente ia escutando tudo que acontecia. Às vezes, a informação mais importante nós conseguíamos com o escrivão, o boy...” (Brasília)

Uma presença importante no cenário de defesa de direitos, foi a Delegacia da Mulher. Com poucas variações de nomenclatura, a grande parte delas também centraliza os crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Com raras exceções, o fato dessas instituições lidarem cotidianamente com crimes sexuais cometidos contra mulheres, há uma predisposição em atender a equipe de pesquisa e, em muitos casos, estão sensibilizadas com a problemática do tráfico, tornando os dados de fácil acesso.

A complexidade do sistema de responsabilização, especialmente no que se refere a banco de dados, é um dos fatores que mais dificultou a pesquisa. Praticamente em todos os estados, os serviços estão em fase de estruturação e não dispõem de operadores que possam atender ao

público e, em outros casos, a forma de organização dos dados, não permite que se faça incursão por outros crimes, na busca de situações caracterizadoras de tráfico.

“Eu falei com o Delegado que puxa os dados de todos os BO (Boletins de Ocorrência) e ele puxava pelos artigos do Código Penal e dizia: aqui não tem nada. Não foi possível olhar os casos de outros crimes pra ver se tinha tráfico.”(Brasília)

“O que foi informado é que o Serviço de Assessoria de Informática que eles têm disponível é um que registra todos os boletins de ocorrência, de todas as delegacias pelos artigos que os boletins foram prá eles.. Então, não dá pra acessar os casos de tráfico se o boletim não registrou tráfico.” (Mato Grosso)

Além das Delegacias de Polícia Civil, alguns órgãos da Polícia Militar foram pesquisados. Destaque-se que é a PM em Mato Grosso do Sul que compõe a equipe de investigação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo sua localização no Comitê Estadual de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - COMCEX. Este fato, para o Comando da Polícia Militar significa que ele não tinha nada a informar sobre seu papel no combate ao tráfico de seres humanos que não fosse já executado pela equipe de investigação do COMCEX.

A Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul também foi entrevistada e abriu a possibilidade de começar a perceber as situações que podem ocorrer nos pesqueiros e fazendas de difícil acesso. A visão de que o trabalho da Polícia pode ser ampliado para o ambiente de forma completa, incluindo aí as relações humanas e do homem com a natureza, ainda inexistente em nossa realidade.

No trabalho desenvolvido pela PESTRAF Centro-Oeste com os Poderes Legislativos, foram encontradas: a Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI realizada em Brasília e a Comissão Especial de Inquérito — CEI em Goiânia. Nos dois casos, se referem à exploração sexual de crianças e adolescentes.

As entrevistas foram realizadas com assessorias dos parlamentares, posto que mesmo marcadas por várias vezes, estes não tiveram agenda para atender as equipes. Em Brasília, da CPI surgiu uma Lei sobre exploração sexual. Em Mato Grosso, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa foi procurada, sendo que apresentou vários trabalhos que

desenvolve na questão da violência no estado, mas sobre tráfico de seres humanos, informou que nunca houve debates sobre a temática. Em Goiânia, foram acessados todos os documentos da CEI, e observou-se a temática do tráfico não foi incluída no trabalho dos parlamentares.

Em relação ao Ministério Público, quando estes são específicos da área da infância, a possibilidade do seu envolvimento com a pesquisa mostrou-se bastante fácil, inclusive participando na busca de casos e, em algumas situações, ajudando no acesso ao Poder Judiciário e Conselhos Tutelares.

A existência da Coordenadoria das Promotorias da Infância também mostrou ser um dos aliados para facilitar acesso, especialmente nas cidades do interior, quando nem sempre há promotorias específicas. Mesmo não havendo relação de hierarquia entre a Coordenadoria e as Promotorias, em alguns casos, observou-se que é mais fácil ir através da primeira do que ir diretamente às segundas, posto que muitos Procuradores alegam excesso de trabalho, dispensando a equipe antes da sensibilização. Outro fator que contribuiu para acessar os dados, é a presença das equipes técnicas nas promotorias. A presença de assistente social e psicólogo compondo a equipe técnica facilitou, em alguns casos, o acesso aos promotores e/ou dados, conforme relata a pesquisadora:

“Em uma cidade do interior, o promotor falou que não sabia de nada, mas a psicóloga, que já é alguém engajada no combate à violência sexual contra a criança, abriu os caminhos pra gente conhecer os casos e até ajudou na pesquisa.”(Mato Grosso do Sul)

Sobre o tráfico de mulheres, em se tratando das promotorias que cuidam dos casos, estas não são específicas sobre a questão da mulher, mas estão em varas judiciais cuidam dos crimes contra os costumes. No Poder Judiciário, portanto, foi necessário procurar outros órgãos públicos para averiguar a possibilidade de realização de entrevistas e levantamentos.

No caso em que há uma Vara específica, verificamos, como no caso da criança, maior sensibilidade para o levantamento da realidade. De forma geral, no Poder Judiciário as Varas mais procuradas foram a Vara de Família, Vara da Infância, Vara dos Crimes contra os Costumes e Vara de Execuções Criminais.

No entanto, percebeu-se, em alguns casos, que há estagnação do trabalho dos setores quando ocorrem férias, licenças-prêmio, licença para acompanhamento de pessoa doente na família, férias forenses, licença para trato de interesse particular e outras diferentes formas de afastamento. Em Brasília, por exemplo, durante os três primeiros meses da pesquisa, não foi possível acessar a Promotoria.

No caso de Brasília, também o Sistema Penitenciário foi arrolado para entrevistas e levantamentos, posto que havia notícia na mídia sobre a prisão de aliciadores. No entanto, percebeu-se que naquele órgão, por entrevista, os responsáveis desconheciam se haviam detentos pelo crime de tráfico para exploração sexual e não foi possível fazer o levantamento por crime, dos detentos.

Na Polícia Federal, foram procurados prioritariamente os Superintendentes que indicavam os setores que poderiam ser mais relacionados com a temática. Percebeu-se que a depender das pessoas acessadas, a temática podia ser ou não melhor debatida.

“A primeira vez que a gente foi em uma cidade do interior, o Delegado que tinha cuidado do caso de mídia, estava afastado por problemas médicos. Quem nos atendeu, disse que não havia nada lá e que foi só o cumprimento de uma carta precatória de um caso de Goiás. Nós insistimos em perguntar e ele chegou a ser meio seco e dizer que não tinha nada. Depois que o Delegado do caso voltou é que disse que ele realmente tinha todas as informações e que iria passar para a equipe.” (Mato Grosso do Sul)

“No caso de uma cidade do interior, nós não procuramos a Polícia Federal porque não tínhamos muitos dados e onde íamos, o pessoal dizia pra não se envolver com aquele município porque ali tem gente grande. Tem até uma entrevista que nós fizemos com um outro órgão que ele falou textualmente: ‘não há providência. Quem devia tomar atitude, está envolvido e não há registro’.” (Mato Grosso)

Sobre o Poder Judiciário Federal, um dos entraves para a pesquisa é que não há informatização por crime. No caso de Goiás, por exemplo, o acesso foi feito via Juiz Federal e só foram analisados os processos que estão catalogados como tráfico, pelo artigo 231 do Código Penal. Os outros crimes que poderiam encobrir situações de tráfico não tiveram os processos acessados.

A Polícia Rodoviária Federal foi contactada através de seus representantes nos comitês e

fóruns de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em Brasília, onde não estão envolvidos nesse processo, a entrevista não foi realizada por dificuldades em contato com pessoas que pudessem estar disponíveis para responder às necessidades da PESTRAF.

Algumas situações que estão acontecendo nos Conselhos Tutelares, interferiram diretamente na qualidade da coleta de dados. Mesmo que não sejam situações que acontecem em todos os Conselhos, são práticas bastante encontradas nos colegiados. Em primeiro lugar, a não possibilidade de acesso a dados por pesquisadores. A condição de sigilo em alguns locais é concebida como: *“nenhuma pessoa que não seja o próprio conselheiro que atendeu o caso possa ter acesso a informações”*. Desta forma, nem os pesquisadores e nem os demais conselheiros podem obter os dados na ausência do conselheiro. Em outras situações, os conselheiros trabalham por plantão, tendo apenas um ou, no máximo dois, presentes. Em outro caso ainda, o presidente do Conselho é que pode tomar as decisões se vão ser repassados os dados ou não e se ele não está presente, não é possível tomar conhecimento da situação:

“no caso de um dos nossos municípios, o Presidente está doente e a chave da sala em que ficam os casos fica com ele e não podemos acessar os dados” (Mato Grosso)

Na seqüência aos Conselhos Tutelares, podemos citar que o Programa Sentinela tornou-se um *locus* privilegiado de informações sobre a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes. No caso da mulher, há os abrigos para mulheres vítimas de violência que também poderiam responder à pesquisa. No entanto, existem em poucos lugares e não estão organizados em rede.

Uma das situações em que a equipe do Distrito Federal necessitou averiguar com mais detalhes e até mesmo inquirir equipes de órgãos oficiais, foi a sobreposição ou vácuo de atuação entre organismos de caráter distrital e os de caráter federal. Pelo fato de conviverem no mesmo espaço, há confusões de compreensão sobre papéis e responsabilidades, dificultando, para a equipe, localizar seus sujeitos da pesquisa, do ponto de vista dos órgãos públicos.

Também a localização geográfica do Distrito Federal, cercado pelas cidades do ‘*entorno*’, cuja vinculação jurídica é com o estado de Goiás, inicialmente as equipes dos dois estados organizaram-se para que a equipe do DF fizesse o levantamento de dados. Posteriormente,

com o envolvimento dessa equipe na busca de dados dentro da sua circunscrição exclusivamente, a região do 'entorno' foi trabalhada pela equipe de Goiás, no município de Águas Lindas e as demais cidades, apesar de citadas em diversas rotas, não foram alvos da coleta de dados.

No âmbito municipal, nas entrevistas aos gestores dos órgãos públicos de assistência social e serviços de localização de desaparecidos, quando foi possível fazer levantamentos, encontraram-se casos com outras nomenclaturas de atendimento. Igualmente à rede de responsabilização, também a temática do tráfico de seres humanos é pouco conhecida, inclusive nos locais que trabalham com desaparecimentos, como os SOS, como também aqueles setores responsáveis por recambiamento e dispensação de passagens para migrantes.

Nas entrevistas com diversos responsáveis por órgãos públicos de responsabilização, também observou-se que uma mesma realidade é percebida de forma diferenciada, influenciando os encaminhamentos e as possibilidades de atuação do Estado:

"nessa cidade não existe nenhum caso de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, e a exploração sexual ocorre em virtude de ser uma cidade turística e pelo desnível social. Os processos que tramitam na justiça se referem a rufianismo sem a característica de tráfico". (Poder Judiciário — Mato Grosso do Sul)

"não há caso de tráfico de mulheres por falta de denúncias e os casos de prostituição são comuns, ou seja, é público e notório". (Polícia Civil — Mato Grosso do Sul)

Verificou-se que, de uma forma geral, grande parte dos órgãos de responsabilização trabalha sob a ótica da repressão aos crimes em detrimento da investigação qualificada e preventiva. Espera-se que os crimes ocorram e que a sociedade os torne visíveis para que a ação de responsabilização aconteça. Esta visão foi verbalizada em algumas entrevistas:

"a justiça é morosa e pelo envolvimento de pessoas importantes associada à omissão social, há falta de punição" (Sentinela — Mato Grosso do Sul)

"a gente denuncia muitos casos para a Delegacia, inclusive com os relatos de adolescentes moradores em outros municípios e do Paraguai que estão sendo exploradas em casas e bares. Relatam também a falsificação de documentos e o pagamento de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 por menina, para a pessoa que as transporta. O tráfico não é visível aqui. A única denúncia

recebida pela Delegacia não foi comprovada a permanência de adolescentes no local”.(Sentinela — Mato Grosso do Sul)

“Nas Delegacias de Polícia Civil, inclusive nas Delegacias de Proteção e Defesa da Mulher, nos informaram que não existem casos registrados de tráfico, pois quando ocorre são encaminhados à Polícia Federal. Questionamos então, a respeito do tráfico interno, os responsáveis pelas Delegacias enfatizaram que às vezes existem denúncias, mas quando fazem os depoimentos com as possíveis vítimas, estas negam qualquer possibilidade de coação para a prática da prostituição” (Goiás)

Nos Ministérios Públicos Estaduais, há diferenças no reconhecimento da existência do crime de tráfico, mesmo sabendo, que o Brasil é signatário da Convenção de Palermo:

“Conversando com a Promotora, ela mostrou os quadros que fazem regulamente de levantamento dos crimes que são atendidos pelos promotores de todo o estado e vimos que a questão do tráfico não estava tipificada. Ela disse que vai colocar nas próximas tabelas” (Mato Grosso)

“Conversamos com o Promotor da Infância e Juventude sobre a pesquisa e sobre a definição de tráfico segundo a Convenção de Palermo. Ele nos disse que poderia haver inquéritos na promotoria que evidenciam casos dessa natureza, embora a maioria retrate casos de violência sexual”. (Goiás)

“A Promotoria de Campo Grande citou o caso Samara, como sendo tráfico internacional, mas não conhecia seus desdobramentos. Os outros promotores que entrevistamos não conheciam casos”. (Mato Grosso do Sul)

Mesmo quando foi acatada a temática da pesquisa, pelo sistema policial, não significou reconhecimento dos casos de tráfico, conforme se observa no depoimento dos pesquisadores:

“A Delegada entrevistada, anotou no início do instrumental que não há casos de tráfico registrados. Depois, no final, ela mesma admite o trânsito de meninas do Brasil para o Paraguai e vice-versa que tem a ver com a prostituição. Não sei se ela pensou no tráfico internacional”. (Mato Grosso do Sul)

“A Delegada pegou a estatística que ela tinha dos casos de 2000 e 2001 e aí falou pra gente: ‘os casos que eu acho que se enquadram dentro do que vocês estão procurando, pode ser que estejam aqui nos casos de corrupção de menores’. No meio de tantos casos que fomos lendo juntos com ela, havia dois que pareciam ser típicos de tráfico. Ou seja, ela mostrou os casos pra nós, mas não sei se ela acreditou que podia ser tráfico.” (Mato Grosso)

Em alguns locais também foi percebido pela equipe da pesquisa que a investigação não foi suficiente para a verificação da existência ou não do crime, inclusive não caracterizando nem mesmo a exploração sexual, rufianismo ou outros, conforme observa a pesquisadora de Brasília:

“nós fomos no SOS e depois de fazermos alguns levantamentos, encontramos alguns casos que tinham indícios de tráfico. Quando perguntamos para o Diretor do órgão sobre aqueles casos, o mesmo nos informou que ele havia noticiado a Delegacia da Infância sobre a situação das crianças e que esta tinha devolvido informando que não tinha encontrado nada. As adolescentes moravam num hotel em Brasília, cuidadas por uma mulher, eram ‘liberadas pra fazer o que queriam’. Então a Delegacia não viu nenhum mal nisso”(Brasília)

Além da precariedade da investigação que poderia resultar na responsabilização, em praticamente todos os municípios onde os casos foram encontrados, há participação da polícia nas duas redes: de favorecimento da prostituição e de defesa dos direitos. Em alguns locais a pesquisa observou “*in loco*” as diferentes formas de envolvimento:

“além de observarmos que os policiais fazem turnos alternados tanto nas boates como no turismo em si, tem também um processo de um município do interior em que há o registro do Delegado que recebeu o mandado de busca e apreensão da ré, a dona da boate. Ele solicitou oficialmente reforços para a diligência porque a ré era amante do Capitão da PM”.(Mato Grosso)

Os casos identificados pela pesquisa, através de outras fontes quando envolviam autoridades, especialmente os policiais, além de não serem citados pelos gestores do sistema de responsabilização, demonstrando que há diferentes formas de encaminhamento da investigação a depender do poder político dos envolvidos:

“Na delegacia perguntamos sobre um caso divulgado na mídia a respeito do envolvimento de um policial. Foi argumentado que não existe inquérito, pois as vítimas negaram tudo”. (Goiás)

“As garotas de programa que trabalham nas grandes boates da cidade são mulheres lindas e decididas, fazem e acontecem na cidade. Nessas boates um programa custa de R\$ 300,00 a R\$1.000,00 os freqüentadores chegam no aeroporto e são levados imediatamente de vans para as boates. Contamos como clientes dessas boates, só pessoas de classe alta: políticos, desembargadores, juizes, empresários e turistas que vêm para pescar (...)

Tem barcos aqui no porto que fazem 'festas de família' até as 22 h. Depois desse horário, acontecem orgias com garotas de todas as idades e é proibido fazer qualquer vistoria nesses estabelecimentos, a não ser que haja alguma denúncia, o que é muito difícil, pois todos que trabalham com prostíbulos, são sempre amparados por alguma autoridade local.”.(Organismo de Controle Social — Mato Grosso do Sul)

“O Motorista entrevistado relata casos de coação para a prostituição em todo o Brasil e afirma que em muitos casos só é possível devido ao apoio policial” (Goiás)

“Uma situação parecida foi citada em um dos municípios pesquisados. A dona da boate disse que queria ver quem é que ia fazer alguma coisa contra ela, se era a boate dela que mantinha o combustível e a comida dos policiais” (Mato Grosso do Sul)

Percebe-se que, de um modo geral, a corporação policial brasileira tem entre seus integrantes, pessoas que fazem diferentes trabalhos para além do contrato do serviço público. Em nossa realidade isso não difere. Suas atividades além da função policial estão vinculadas ao mercado de trabalho disponível de acordo com o modelo de desenvolvimento local e as qualificações que dispõe.

“Encontramos parte da força policial, que quando não está de serviço, faz segurança das Boates. Um dos fatores que vimos nos municípios que tem turismo sexual é que ele faz girar muito dinheiro e é tudo por baixo do pano. Então também é uma forma de trabalho extra pra muita gente”. (Mato Grosso)

“No caso da fronteira, os policiais estão fazendo bico dos dois lados... não é só trabalho sujo. Tem policiais que buscam complementar a renda em muitas outras funções”(Mato Grosso do Sul)

Outra consideração importante é que a temática do tráfico traz à cena também os valores históricos que tangenciam a temática da sexualidade e das condições para sobrevivência, como pode ser observado na afirmação do Delegado de Polícia:

“Sobre os casos de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o meu pensamento é um só: ninguém vai enganado e as garotas que tiramos das ruas, fazem pouco de nossa cara (...) temos casos que contamos como perdido, pois a própria família da vítima retira a queixa na Delegacia. Eu enquanto delegado acho qualquer atitude tomada referente ao combate à exploração sexual inválida, pois devemos trabalhar com a prevenção do

problema e não com a consequência. O que vamos fazer com estas garotas, tirar das ruas e boates, para a família passar fome depois? Para ser sincero, eu acho este caso perdido. Nenhuma menina irá trabalhar de secretária do lar, se em poucos minutos recebem o valor que iriam ganhar em um mês”.(Mato Grosso do Sul)

No entanto, há profissionais do sistema de responsabilização estadual que fazem análise da problemática de forma a explicitar as contradições existentes na realidade local:

“para os donos de boate, é mais fácil trazer mulheres de fora da cidade, pois assim é mais difícil haver reclamações; as mulheres que ficam nas “wisquerias” são todas vindas de outras cidades, pois as residentes no próprio município tem um acompanhamento mais de perto por seus familiares”.(Profissional do Ministério Público - MS)

”Meninas de todas as idades fazem programas pelo prato de comida, pelo sapato, pelo aluguel, para suprir seu vício, para criar seu filho... todas são vítimas de um sistema capitalista, a situação vai piorar”. (Profissional/Delegacia — MS).

”É muito difícil acontecer o flagrante, é muito bem organizado o esquema da prostituição. Não existe rota definida, é fácil o acesso à cidade, aonde existe um grande número de garotas de outras localidades e também de nossa região, principalmente na temporada de pesca”. (Delegado — Mato Grosso do Sul)

Há um pensamento geral da rede de responsabilização, especialmente nos serviços de investigação, que as pessoas traficadas concordam com as “condições de trabalho oferecidas”. A configuração de fraude, por parte das autoridades, nesses casos, depende de juízo de valor sobre a opção entre “trabalho decente” (sem venda de serviços sexuais) e trabalho sexual. A gravidade do crime, nesse sentido, é medida pela aceitação das condicionalidades “oferecidas” pelo aliciador, o que, segundo os entrevistados, não pode ser analisada de forma tão linear:

” tem muita gente ainda que acha que a menina tá indo porque quer e isso é horrível. Nós temos gente do governo falando assim: esse é um crime de difícil tipificação porque as mulheres vão porque querem. O querer é uma coisa complicada. Eu fico pensando sempre se eu tô numa situação completamente difícil, entre querer trabalhar como empregada doméstica ou como lavadeira, fica difícil querer; o que é o querer, dentro de uma situação de alguém que não tem nada? então, pode ser uma coisa de querer menos violência ou então querer mais dinheiro para sustentar sua família...” (ONG — Mato Grosso do Sul)

“as mulheres às vezes falam que tem dois ou três filhos para criar, daí elas falam que precisam se prostituir para manter e garantir o alimento dos filhos. Ganham mais do que limpar chão dos outros. É também uma forma imposta pra que ela se prostitua. Mas se for a questão da falta de oportunidade ainda é pior para os adolescentes e para as travestis. As travestis pela questão do preconceito e o adolescente porque geralmente ele não arruma emprego no mercado de trabalho e os pais não têm uma condição de vida boa que possa sustentar esses adolescentes da maneira que eles gostariam.” (ONG - Mato Grosso do Sul).

A falta de integração entre o sistema de responsabilização e o sistema de proteção e promoção faz com que as vítimas não usufruam das possibilidades de atuação de um e de outro. Se há incorreções no encaminhamento dos casos dentro do sistema de responsabilização conforme verificado anteriormente, a relação entre este e o atendimento às vítimas ainda é mais dificultado:

“a Polícia Rodoviária prendeu um caminhoneiro com uma adolescente. Levou para o Conselho Tutelar. O Conselheiro ‘passou um sabão no cara’, ligou pra mãe da criança, avisou que estava mandando a menina de volta e o caso acabou aí.” (Mato Grosso)

“tem casos que acontecem que não sabemos a lógica dos encaminhamentos: a Polícia Rodoviária retirou as adolescentes do restaurante e entregou para o Conselho Tutelar de Sidrolândia que encaminhou para o de Ponta Porã. O Conselho Tutelar de Ponta Porã entregou para o CODENI no Paraguai, que por sua vez, mandou as meninas irem para suas casas. Acabou o caso”. (Mato Grosso do Sul)

Mesmo sem atender os casos algumas equipes do Programa Sentinela demonstraram conhecer as vulnerabilidades para o tráfico, sem necessariamente conhecer a tipificação deste crime. Isto pode ser verificado nos trechos das entrevistas, a seguir:

”esta é uma região de fronteira, sendo difícil de ser fiscalizada, temos meninas e mulheres brasileiras e paraguaias que estão trabalhando como garotas de programa do outro lado da rua ou melhor no Paraguai e pouco podemos fazer, estamos quase de mãos amarradas. Aqui a miséria é muito grande, fazendo com que a exploração sexual também seja grande, tanto aqui como no Paraguai. São várias as formas com que esta questão vem se alastrando, entre elas temos as casas de prostituição, o tráfico de drogas, que vem de mãos dadas com a prostituição em quase todos os casos, salões de cabeleireiros, leilões de adolescentes brasileiras em casas comerciais e residências, book montado em agências com garotas de variadas características, sendo algumas universitárias, para amostra de seus clientes, turistas ou não, tudo isto está na linha divisória” (Sentinela — Mato Grosso do Sul).

”Outro ponto que favorece esta prática são as boates, as meninas são praticamente adotadas por donos de boates e wisquerias. A população daqui tem a visão desta prática, como um trabalho social. As meninas aprendem a escovar os dentes, ganham roupas da moda, são alfabetizadas; a família das meninas ganham um sacolão por semana para fingirem que nada está acontecendo. Teve uma mãe que veio ao Sentinela para dizer que não era para atrapalhar o futuro de sua filha; que ela estava muito bem e que a dona da boate era como a mãe que ela não pode ser para sua filha”.(Sentinela — Mato Grosso do Sul).

No sistema de proteção, as respostas são mais imediatas às temáticas emergentes que o sistema de responsabilização e, no caso do primeiro, a sociedade civil é mais ágil que o setor governamental. Em alguns casos verificados no sistema de responsabilização, observou-se uma tendência em não reconhecer a possibilidade de ação preventiva:

“ Numa cidade do interior nós ouvimos o escrivão da polícia que ‘aqui na cidade tem uma moça que vai abrir uma boate, ela é da cidade e veio da Espanha com um espanhol, foi dado o alvará no centro. Tem um bairro pelidado de ‘Espanha’, pessoas que vão para a Espanha uns voltam doentes e outras bem sucedidas mais nada de ocorrência. Tem muitas falas e comentários pelas ruas, mas nada se pode fazer não tendo algo palpável como a ocorrência’.” (Goiás)

“nós perguntamos pra polícia e eles disseram que não tinham nenhuma denúncia, daí vimos que a entidade não governamental já estava fazendo o trabalho e afirmava um número tão grande de mulheres que está indo, que não adianta combater a ida. Tem que esclarecer para quem vai, o que ela está indo fazer e como deve proceder, onde fica a embaixada, algum apoio...” (Mato Grosso)

Observando os depoimentos é possível perceber que o Estado brasileiro não desconhece a existência do crime de tráfico e o seu funcionamento. A atuação diferenciada do sistema de responsabilização parece ter a ver, inclusive, com a visibilidade local do tráfico de seres humanos e com valores histórico-culturais dos gestores públicos. De qualquer forma, a ação de responsabilização da rede de favorecimento do tráfico e/ou de proteção a vítimas é complexa e necessita sempre de aprofundamento.

3 O TRÁFICO DE SERES HUMANOS NO CENTRO OESTE BRASILEIRO

3.1 Os casos registrados

O levantamento dos casos de tráfico de pessoas na região centro-oeste seguiu o trâmite já descrito anteriormente, ou seja, primeiramente os casos tipificados como tráfico de seres humanos de acordo com o Art. 231 do Código Penal Brasileiro. Conforme se pode observar no quadro abaixo, os registros de casos de tráfico foram encontrados, no sistema de responsabilização, em quatro organizações:

Quadro nº 2: Número de casos encontrados nos órgãos de responsabilização, tipificados juridicamente como Tráfico.

ÓRGÃOS	GO	DF	MT	MS
Polícia Federal	24	05	-	-
Justiça Federal	11	01	-	-
Justiça Estadual	-	-	-	01
Delegacia de Polícia Civil	-	-	01	-
Total	35	06	01	01

Fonte: Pestráf Centro Oeste. Oficina de Sistematização e Relatórios Estaduais. 2002.

Posto que, parte dos casos oficiais, está em segredo de justiça, optou-se por chamar de “caso” uma situação de tráfico que pode ter uma ou mais pessoas vitimadas e/ou um ou mais réus¹², mas que estão no mesmo cenário espaço-temporal, como se pode observar:

“nós estamos chamando o caso SAMARA uma situação que tem várias meninas paraguaias, uma adolescente do Rio Grande do Sul, e várias pessoas ligadas ao aliciamento, transporte, fraude, cárcere e tudo mais. É mais de uma vítima e mais de um réu. Mas estudando a complexidade do caso, dá pra fazer uma análise de como acontece o tráfico” (Mato Grosso do Sul)

“nós consideramos caso, cada Inquérito da Polícia Federal e cada processo que está no Poder Judiciário Federal. Na Polícia Federal, tivemos acesso a 03 Inquéritos (IPL) e na Justiça Federal aos processos que as Secretarias da 5ª e 11ª Vara separaram para consultarmos. Portanto, o número de réus ou de vítimas não puderam ser contabilizados.” (Goiás)

“nós consideramos caso o depoimento que a mulher fez e onde ela falou da situação dela. Era traficada e está fazendo aliciamento, fazendo parte da

¹² No processo nº 2001.35.00.007519-8, fls. 490, encontrado na 11ª vara da Justiça Federal de Goiás, cita-se a existência de cinco réus e cerca de 100 mulheres.

rede do tráfico. Isso é um caso.” (Distrito Federal)

“o nosso caso, por exemplo, é o depoimento de uma menina atendida pelo Programa Sentinela. Ela contou a situação de outras pessoas, mas nós não consideramos os outros, mas o dela” (Mato Grosso)

Para melhor compreensão e conceituação do tráfico, no que concerne a forma como este é percebido pela rede de proteção/responsabilização, convencionou-se tratar as informações por casos oficiais e/ou casos extra-oficiais, devido também à qualidade da visibilidade para com a questão, por parte dos órgãos pesquisados.

Evidentemente existiram as diferenças entre os estados mas, partindo-se de uma análise geral, foi possível atingir um denominador comum: os casos tipificados juridicamente na região, são a comprovação de que o Estado brasileiro não desconhece o crime de tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual.

Referente ao que se denominam casos institucionalizados juridicamente, ou seja, o dado obtido através do sistema de responsabilização, implica que os processos judiciais e inquéritos policiais são suficientes para dar visibilidade à problemática.

O levantamento realizado a partir de 1996, apontou a existência de 13 (treze) casos de tráfico em processos judiciais: 11(onze) em Goiânia, 1(um) em Brasília e 1 (um) em Mato Grosso do Sul. Observa-se anualmente o crescente número de processos judiciais em Goiás, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 3: Demonstrativo dos processos encontrados na Justiça Federal e Estadual na Região Centro-Oeste

Ordem	Processo	Local /Vara	Réu	Situação	Legislação
01	1996. 0012069- 2	Goiânia 5ª Federal	Silvana Aparecida Lucas Pereira Cláudia Alves Cordeiro	Silvana: Sentenciada a prestação de serviço à comunidade e Prestação pecuniária no valor de 02 (dois) salários mínimos a serem revertidos em prol do Fundo Penitenciário Nacional. Cláudia: Prescrição	Silvana: Art. 231 c/c14,II e 304 c/c 299, c/c art. 29 do Código Penal Cláudia: art. 304 c/c299, do Código Penal
02	1998.35.0 0.000383-8	Goiânia 5ª Federal	Marivone Marcolino Jorge, Luceny Lima de Mendonça,	08/2001 Marivone: Liberdade Provisória mediante	Art. 231 parágrafos 1º e 2º; 288; e 14,

			Eliene Vaz de Lima, Renato Teodoro Caetano	fiança. Luceny: prazo da lei para defesa prévia. Renato: prazo da lei para defesa prévia, estando devidamente intimado.	II, parágrafo único e 29 do Código Penal
03	1999.35.0 0.022025-1	Goiânia 5ª Federal	Cristiane Peixoto da Silva	Audiência conciliatória: concessão do benefício do art. 89 da Lei 9.099/95: Suspensão do processo pelo prazo de 02 (dois) anos, com a simultânea suspensão do prazo prescricional, com observâncias de condições, sob pena de revogação do benefício e prosseguimento do processo.	Art. 231 c/c 14/11
04	2000.35.0 0.009959- 5	Goiânia 5ª Federal	Silvana Aparecida Lucas Pereira	Fase de inquirição de testemunhas	Art. 231
05	200035.0 0.007120- 8	Goiânia 5ª Federal	Geralda Moreira Guimarães, Zilda Moreira Guimarães, Jucélia Ferreira França	Ainda não foram intimadas pela Justiça	Art. 231 parágrafo 2º c/c art. 14, II e 29 do Código Penal Brasileiro
06	2000.35.0 0.01.06.8 4-3	Goiânia 5ª Federal	Sérgio Henrique Fenato, Alessandro Rodrigues de Lisboa Janete Ângela Marinho de Rezende Mateo Garcia Peres	Sérgio e Alessandro: Suspensão Condicional da Pena. Janete e Mateo: Ministério Público Federal requereu prisão preventiva e solicitada a extradição de ambos, respectivamente a Portugal e Espanha.	Art. 288 e 231 c/c art. 14 inciso II do Código Penal
07	1999.34.000 08249-4	Brasília 10ªFederal	Segredo de Justiça (cabeleireira) ¹³	Situação: em tramitação	Segredo de Justiça

¹³ Esta informação foi conseguida por entrevista informal.

08	1999.003 1004-7	Campo Grande MS 4ªEstadual	Jonai Batista Paniago Miranda Norma Marivel Martinez Ramona Benites Meireles Ângela Penzo	Absolvidos os réus: Ramona Meireles e Jonai B.P. de Miranda - Art. 386, VI do CPP. Absolvida Norma M. Martinez do crime previsto no art. 12 da Lei 6386/76 e condenada nas penas do art. 22 § 1º e 3º do CP. Penabase de 3 anos e 6 meses de reclusão. Pelo disposto no § 3º do Art. 228 CP, foi condenada a 150 dias-multa mais a custa do processo. Ângela Penzo teve o processo desmembrado e não foi localizada para citação. Atualmente todos estão em liberdade.	Denúncia do MP nos seguintes artigos: 12 da Lei nº 6368/76 e Art. 228 § 1º e 3º e 231 § 1º (NMM); Art. 231 § 1º (RBM); E Art. 228 § 1º e 3º (JBPM e AP) Em juízo, todos foram absolvidos em relação ao art. 231 e art 12 da Lei 6368/76 por falta de provas.
09	1998.35.00.005556- 2	Goiânia/GO 11ªFederal	Christiane Michelle Martins da Silva Elaine Nunes da Silva Lázara de Oliveira Barros Zélia Maria Elias de Souza	Citadas as três últimas acusadas e expedido mandado de prisão preventiva em desfavor de Christiane em 18/08/2000	Art. 304, sendo que na forma do art. 71, ambos do Código Penal, para a primeira acusada (Christiane)
10	2001.35.00.00.1937 -0	Goiânia/GO 11ªFederal	Tadeu Honorato Silva	Situação: em tramitação	S/ informação
11	2001.35.00.005233- 2	Goiânia/GO 11ªFederal	Tadeu Honorato Silva	Situação: em tramitação	S/ informação
12	2001.35.00.001977- 7	Goiânia/GO 11ªFederal	Tadeu Honorato Silva Erika Cássia Hilário de Araújo	Situação: réu preso	Art. 231, §§ 2º e 3º c/c art. 14, incisos I e II, na forma do art. 71
13	2001.35.00.007519- 8	Goiânia/GO 11ªFederal	Zenilde Borges Zenaide Borges José Rexach Sidera Wellington dos Reis Waldvino Gomes da Silva	Zenilde, Zenaide e José Rexach: Decretada prisão preventiva e oficiado ao Ministério das Relações Exteriores para viabilizar a extradição dos denunciados	Art.288 e 231, caput e § 3º, c/c arts. 29 e 69

Fonte: Oficina de Sistematização e Relatórios Estaduais. Julho de 2002

A única informação obtida em Brasília do processo judicial é a que se refere à cabeleireira que

levou garotas de Brasília para Madri e foi indiciada por tráfico, sendo que as informações são limitadas porque o processo está em ‘segredo de justiça’.

No caso de Goiás, na verificação dos processos, observou-se que em três deles, há registro de vítimas adolescentes, com a configuração de crime de falsificação de documentos. De forma geral, os casos que têm registro, como também pode ser observado na mídia, referem-se às mulheres com mais de 18 anos. Isso não significa, no entanto, que o tráfico seja exclusivamente de mulheres, como se pode observar no depoimento da pesquisadora:

“ O Delegado da Polícia Federal lembrou as dificuldades em identificar as menores de 18 anos, pois algumas vão tirar o passaporte com documentação falsa e nem sempre é possível perceber.”(Goiás)

Situação diferente apresentou o Delegado de Brasília dizendo que:

“não há tráfico de adolescentes, a maioria das meninas que vão para a Europa, já ‘estão na vida’ (...) Quando vão tirar passaporte, têm características bastante similares, são geralmente loiras, altas, vestido chamativo, baixa instrução, moradora da Asa Norte”.

A Polícia Federal de Anápolis identificou também as características de profissões declaradas:

“O Delegado da Polícia Federal de Anápolis, ressaltou os altos índices de mulheres jovens que embarcam para a Espanha e que, provavelmente estejam envolvidas com a prostituição, uma vez que são mulheres com profissões de rendimentos baixos, tais como manicura, babá, estudante e cabeleireira, sendo difícil acreditar que viajam à Europa como turistas”.
(Goiás)

O crime de falsificação de documentos aparece de forma constante, levando à necessidade de melhor investigação sobre a forma de atuação dos aliciadores junto às adolescentes, na medida em que estão sendo traficadas com documentação de outrem, forjando especialmente a questão da idade. A exigência de maioridade acima de 18 anos, ou então a presença e autorização dos pais para a retirada do passaporte, revela que a forma utilizada para traficar adolescentes, passa necessariamente pela falsificação de seus documentos.

No caso de Mato Grosso do Sul, a presença da rede do tráfico, juridicamente registrado, aparece na mídia, em Dourados, por meio da presença de aliciadores com residência naquele

município. No entanto, segundo os Delegados da Polícia Federal de Dourados e Ponta Porã “*não há casos de tráfico no Estado*”, tipificado juridicamente conforme Artigo 231¹⁴ do Código Penal:

“Não adianta preencher este formulário, se aqui em Dourados nunca aconteceu o tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes; as autoridades confundem muito tráfico com o transitar de pessoas, ninguém vai a força, existe uma escolha”.

“Não existe tráfico em Ponta Porã, pois ambas as partes entram em comum acordo, aliciado e aliciador, é impossível coibir tal questão, pois esta região é de fronteira”.

Mesmo com esses posicionamentos, no levantamento feito na Polícia Federal, nas quatro unidades da federação, obteve-se o seguinte quadro:

¹⁴ “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro”.

Quadro 4: Inquéritos Policiais localizados na Polícia Federal da Região Centro - Oeste

Nº	Estado	Cidade	Data Autuação	Número	Resumo ¹⁵	Situação Atual	Traficados
01	Goiás	Goiânia	2000	001002000 Flagrante	231 § 03 item II	Relatado	M ¹⁶
02	Goiás	Goiânia	2000	001512000 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
03	Goiás	Goiânia	2000	004242000 Flagrante	231	Relatado	M
04	Goiás	Goiânia	2000	004852000 Portaria	231	Relatado	M
05	Goiás	Goiânia	2000	005792000 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
06	Goiás	Goiânia	2000	006652000 Portaria	231	Andamento	M
07	Goiás	Goiânia	2001	000102001 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
08	Goiás	Goiânia	2001	000182001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
09	Goiás	Goiânia	2001	000232001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
10	Goiás	Goiânia	2001	00222001 Portaria	231 § 03 item II	Andamento	M
11	Goiás	Goiânia	2001	000302001 Portaria	231 § 02	Andamento	M
12	Goiás	Goiânia	2001	000552001 Portaria	231 § 02	Andamento	M
13 ¹⁷	Goiás	Goiânia	2001	006132001 Portaria	231 § 02	Andamento	M
14	Goiás	Goiânia	2001	006122001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
15	Goiás	Goiânia	2001	007222001 Portaria	231	Relatado	M
16 ³	Goiás	Goiânia	2001	007772001 Flagrante	231	Andamento	M
17	Goiás	Goiânia	2001	007852001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
18	Goiás	Goiânia	2002	000102002 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
19	Goiás	Goiânia	2002	000282002 Portaria	231	Andamento	M
20	Goiás	Goiânia	2002	000892002 Portaria	231	Andamento	M
21	Goiás	Goiânia	2002	001142002 Portaria	231	Andamento	M
22	Goiás	Goiânia	2002	001132002 Portaria	231	Andamento	M
23	Goiás	Goiânia	2002	001492002 Portaria	231 § 03	Andamento	M
24	Goiás	Goiânia	2002	001562002	231	Andamento	M

¹⁵ Enquadramento no Código Penal Brasileiro

¹⁶ M – Mulheres A - Adolescentes

¹⁷ Inquéritos manuseados

				Portaria			
25	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
26	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
27	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
28	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
29	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
30	Mato Grosso	Cáceres	2002	125/02 Flagrante	227, 228, 231, 307.	Andamento	A

Fonte: Oficina de Sistematização e Relatórios Estaduais. Julho 2002

É na Polícia Federal de Goiânia que se encontram 80% dos inquéritos da região Centro-Oeste e a polícia mostrou-se conhecedora da situação de tráfico. Mesmo estando os inquéritos em segredo de justiça, alguns dados foram possíveis de serem conhecidos através das entrevistas com os Delegados.

Foram encontrados também outros 04 (quatro) inquéritos que estão arquivados e, portanto, desconsiderados como dados de casos existentes. Vale observar que apenas 03 (três) inquéritos foram liberados para leitura dos pesquisadores, sendo que constataram-se os seguintes dados:

Nos inquéritos, das 08 (oito) mulheres “aliciadas” somente 01 (uma) das que viajaram para o exterior não tinha conhecimento da natureza do trabalho que realizaria, supostamente trabalharia como garçoneiro em bares, clubes, dama de companhia ou babá;

- Todas afirmaram que chegaram endividadadas, assinaram recibos, ficaram em cárcere privado, sofreram maus-tratos e ameaças que incluíam seus familiares;
- Todas embarcaram no aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia-GO, passaram por São Paulo, foram para a Espanha e somente uma foi para Portugal.
- Dessas oito mulheres que foram para o exterior, quatro retornaram para o Brasil, via embaixada, após denúncia de seus familiares;
- 6 (seis) mulheres, portanto, a maioria foi contatada em boates.
- Observou-se ainda que, pela ação da Polícia Federal, há um crescente número de

inquéritos em andamento, sendo que em 2002, houve a abertura de 12 (doze) novos, sendo 7 (sete) em Goiás e 5 (cinco) em Brasília. Pela ação da Polícia Civil do estado de Mato Grosso, em Cáceres, houve a abertura de um inquérito. O número de inquéritos novos no ano de 2002 representa 46% do total levantado pela pesquisa.

Ao questionar a Polícia Federal de Mato Grosso do Sul sobre a inexistência desse tipo de crime no estado, especialmente por causa da proximidade das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, há uma justificativa histórico-cultural de que as regiões fronteiriças desses países não são tratadas como “exterior”, como afirmou o Delegado:

“nós todos temos meio que um sangue guarani. Não tem fronteira, não tem divisão. Às vezes penso que nós não índios também vivemos um pouco disso! Essa história da fronteira como algo somente imaginário, que não tem divisas, é muito presente. O trânsito Brasil-Paraguai não é considerado para nós como algo internacional. Não tem essa coisa de outro país. Assim também é com a Bolívia.” (Mato Grosso do Sul)

O trânsito de pessoas entre os dois países é de tal forma natural e corriqueira, que os crimes ocorridos, na maioria das vezes, não é caracterizado como internacional, conforme se observa nos depoimentos das equipes da pesquisa:

“em Cáceres, o trânsito para a Bolívia é tão normal, que as pessoas ficam na rodoviária esperando o táxi que traz bolivianos ou paraguaios e leva outros de Cáceres para San Matias.” (Mato Grosso)

“em Corumbá, também o caso é igualzinho. Tem até ônibus de um lado para o outro. A fronteira é diferente. Também as adolescentes que atravessam a fronteira, têm a compreensão que estão indo apenas em uma outra cidade, não em um outro país. Falam as duas línguas...” (Mato Grosso do Sul)

Ainda sobre a realidade de Mato Grosso do Sul, os processos judiciais acessados através de informações de diversas fontes, possibilitaram localizar a participação da Polícia Federal quando os casos envolviam a presença de adolescentes paraguaias. Nesses casos, a atuação desse órgão, do ponto de vista jurídico, foi no sentido de ‘repatriação’, não sendo efetivado nenhum outro procedimento.

Os três casos de Mato Grosso do Sul encontrados pela pesquisa, com a presença de adolescentes paraguaias em território brasileiro, não têm nenhum inquérito ou processo

judicial por tráfico de acordo com o artigo 231 do Código Penal. Em 02 (dois) casos houve a participação da Polícia Rodoviária Federal, cuja atuação se deu no sentido de recambiamento das adolescentes e/ou encaminhamento para os Conselhos Tutelares, sem nenhuma notificação de crime e/ou tipificação de tráfico, ou mesmo registro de ocorrência em Delegacias de Polícia.

Observou-se em diferentes órgãos públicos que trabalharam nos mesmos casos em Mato Grosso do Sul que a ação da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal-PRF, agiu diante das situações de forma a encaminhar o caso para os Conselhos Tutelares, sem, no entanto, tomar qualquer providência no sentido de investigação e responsabilização. Segundo a PRF de Mato Grosso, os casos de adolescentes encontradas, que estavam em companhia de caminhoneiros, em situação de exploração sexual, não tiveram, até o momento, qualquer alerta para verificação se aqueles profissionais estão participando da rede de tráfico ou mesmo se há rotas que estão sendo configuradas neste crime. Essa forma de ação da PRF parece comum, tanto em suas barreiras de estradas exclusivamente nacionais como aquelas de acesso internacional.

Ao buscar os casos de tráfico no Poder Judiciário Estadual, Ministério Público e Polícias Cíveis e Militares, já sabedores que a tipificação do tráfico doméstico inexistente na legislação e que as fronteiras latino-americanas para este crime, praticamente estavam desconsideradas pela Polícia Federal, os casos que a equipe da pesquisa tipificou como tráfico foram encontrados em outros artigos do Código Penal, tais como:

Mediação para servir a lascívia de outrem

ARTIGO 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem.

Favorecimento da Prostituição

ARTIGO 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém abandone:

Casa de prostituição

ARTIGO 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Rufianismo

ARTIGO 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros

ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.

Em alguns órgãos do sistema de responsabilização, houve a identificação de casos de tráfico e, quando a equipe pesquisou o processo no Poder Judiciário, percebeu que o crime de tráfico foi descaracterizado no processo judicial como explica a pesquisadora de Mato Grosso do Sul:

“O caso Samara foi citado como tráfico tanto no Ministério Público, quanto na Delegacia da Mulher, na equipe de investigação do COMCEX e no Conselho Tutelar. Acreditamos que tínhamos um caso de tráfico registrado. Quando pegamos o processo na 4ª vara, verificamos que a dona da boate embora tenha sido denunciada por tráfico, no Poder Judiciário houve a descaracterização do crime.”.

O não enquadramento no crime de tráfico foi tratado no despacho do Juiz da Vara de Delitos contra a Saúde Pública e Cartas Precatórias Criminais de Campo Grande com a seguinte argumentação:

*”No aspecto relacionado com o crime do art. 231, §§ 1º e 3º, do Código Penal, a lição de MAGALHÃES NORONHA é no sentido de que a promoção ou a facilitação visam à entrada em território do País, ou a saída de mulher que se destina à prostituição (DIREITO PENAL, 22ª ed., 1995, v.3, p.274), e NELSON HUNGRIA, por sua vez, esclarece que ”o Código atinge o tráfico de mulheres somente na fase de transporte da vítima, não o considerando na fase preparatória do recrutamento” (COMENTÁRIOS, vol. 8º/290, 1981). Na hipótese dos autos, não foi produzida nenhuma prova no sentido de que NMM, vulgo ‘Samara’, tenha promovido ou facilitado a entrada no território nacional, de mulher que nele viesse exercer a prostituição, ou promovido ou facilitado a saída de mulher que fosse exercê-la no estrangeiro, além do que, e especificamente em relação as **prostitutas menores** que foram localizados em seu estabelecimento comercial, as que vieram do estrangeiro, no caso Paraguai, é sabido que tinham livre acesso em nosso território, e não consta que nele tenham penetrado com a promoção ou facilitação de NMM, vulgo ‘Samara’, haja vista o depoimento prestado pela **menor CEM**” (f. 211/212) (grifo nosso).*

No caso citado, por se tratar de 04 (quatro) adolescentes paraguaias que estavam em situação de exploração sexual com cárcere privado em Campo Grande — Mato Grosso do Sul, Brasil, embora o inquirido tenha tipificado no artigo 231, o Poder Judiciário considerou o livre acesso

ao território como justificativa para o não enquadramento.

O processo encontrado em Alta Floresta, Mato Grosso, está na Vara Criminal desde 1998, enquadrado nos Artigos 228 e 229 do Código Penal. Neste caso, especificamente, a legislação brasileira não contempla o crime, posto que o tráfico não tem o caráter internacional, sendo que seria necessário o enquadramento pelos critérios da Convenção de Palermo, o que ainda não está vigente em nosso País.

No caso de Goiás, especialmente, há a visibilidade do tráfico internacional, com repercussão na imprensa e na sociedade e aconteceu a partir do caso ‘Simone Borges’¹⁸. Segundo avaliação da equipe local, cuja importância, muitas vezes pode ofuscar a atenção ao tráfico doméstico. No entanto, ao analisar as rotas do tráfico internacional, verificou-se que, em várias situações, o tráfico doméstico ocorreu anteriormente ao internacional ou faz parte da rota de um mesmo caso.

Quanto à existência dos casos de tráfico no sentido desta pesquisa, nas Polícias Estaduais, verificou-se inexistência de qualquer conhecimento prévio da Convenção de Palermo. Neste caso, mesmo as delegacias da região de fronteira apresentaram despreparo para o enfrentamento desse crime, tendo sido encontrado apenas um caso em Cáceres, cujo flagrante prendeu 02 (duas) mulheres, que transportavam de táxi, três adolescentes para as boates da Bolívia. O enquadramento jurídico se deu pelos artigos 231, 227 e 228 do Código Penal. No entanto, a mesma delegada, ao ser entrevistada sobre a realidade local, manifestou-se de forma diferenciada:

“quando eu perguntei sobre a situação da exploração sexual na cidade com indícios de tráfico, percebi que não havia o reconhecimento da existência desse crime, mesmo eu tendo observado a presença de policiais daquela delegacia fazendo a segurança das boates...” (Mato Grosso)

Nas diversas entrevistas realizadas, estudo dos processos e inquéritos acessados pelas equipes de pesquisadores, percebeu-se que há equívocos legais nos encaminhamentos, seja para a responsabilização, seja para a proteção das vítimas:

¹⁸ Este caso esté melhor explicitado à página 93

“no caso de meninas de um dos municípios pesquisados que estavam em situação de exploração sexual em outra cidade, o Conselho Tutelar relatou que a polícia fechou a boate, prendeu as meninas e depois chamou a dona da boate prá que ela recambiasse para o Conselho Tutelar do município de origem.” (Mato Grosso)

“De forma extra-oficial, nos informaram, numa Delegacia, o caso do baterista de uma banda famosa em Goiás que havia sido preso em flagrante ‘aliciando’ mulheres para prostituir na Europa. Entretanto, com a transferência do acusado para outra Delegacia todos os registros do caso sumiram”. (Goiás)

Completando a rede de responsabilização, os Conselhos Tutelares foram fonte de casos novos, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para além daqueles já conhecidos nos demais serviços. No entanto, nenhum caso foi registrado como tráfico. No Conselho Tutelar de Dourados, após esclarecimento da compreensão de tráfico pela pesquisa, foi informado que esta problemática é muito comum no município, enfatizando que nas ruas, nas boates, nos bares e nas agências de acompanhantes, encontram-se mulheres e adolescentes de origem paraguaia e de outras regiões do país.

No caso de Alta Floresta, sobre o registro de 15 (quinze) adolescentes desaparecidas, após estudo conjunto da equipe da PESTRAF com conselheiros, observou-se que estes tinham indícios de tráfico para exploração sexual, com o aliciamento e transporte para os estados do Pará e Maranhão. Das informações disponíveis, foi possível incluir apenas dois casos na pesquisa.

Os casos encontrados nos Conselhos Tutelares, sendo dois em Alta Floresta e um em Ponta Porã, referiram-se a registro de desaparecimento e exploração sexual com recambiamento para cidades ou países de origem, como o Paraguai, com a participação do CODENI (Consejo de Defensa de Niños), um serviço de proteção à infância com características similares aos Conselhos Tutelares do Brasil, estabelecidos pela Lei nº 1680 —Código de la Niñez y la Adolescência.

Nos estados de Goiás e no Distrito Federal não houve o registro de casos por parte dos Conselhos Tutelares e a temática do tráfico mostrou-se nova no cotidiano desses colegiados. Diante dessa situação, podemos inferir que os Conselhos Tutelares não contribuem na atualidade, para o desvelamento desse crime.

Na rede de proteção pública, foram encontrados quatro casos no SOS Criança Desaparecida de Goiânia e um caso no Programa Sentinela de Cáceres, neste último percebeu-se que mesmo sendo destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a questão do tráfico não aparece nos documentos normativos e orientações.

No trabalho da pesquisa com as organizações não-governamentais que participam da rede de proteção/promoção foram relatadas situações de exploração sexual, mas em poucos casos foi possível tipificar o tráfico, conforme se observa nos depoimentos dos pesquisadores:

“Aqui no estado, só uma organização sabia especificamente do que a gente estava pesquisando. Acredito que é porque está envolvida no combate à exploração de crianças e então fica atenta à realidade e o que está acontecendo no âmbito nacional e internacional” (Mato Grosso do Sul)

“Nas entrevistas com o instrumental específico para as ONGs e OGs, o Fórum Goiano, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e as instâncias da Polícia Federal em Goiânia, foram as entidades que tiveram maior facilidade em adequar suas respostas aos termos utilizados. As demais entidades demonstraram dificuldades com a abordagem sobre o tráfico e exploração sexual” (Goiás).

“Nós encontramos um caso através de uma ONG que trabalha com meninas. A gente também foi com as ONG/AIDS para conhecer o trabalho com profissionais do sexo, mas nenhuma discute o Tráfico.”(Brasília)

“Nós não temos praticamente organização que trabalha com essas questões. O que tem é a Pastoral da Mulher Marginalizada que já até fez cartilha alertando as Mulheres antes de ir para a Espanha” (Mato Grosso)

Mesmo com essas dificuldades de desencadear a discussão sobre a temática nas organizações da sociedade civil, devido ao pouco conhecimento e/ou envolvimento com o assunto, observou-se maior disponibilidade para o trabalho com a temática do que o sistema de responsabilização. No entanto, em alguns casos é possível que façam parte da rede de proteção às vítimas sem conhecimento sobre a situação de tráfico pela qual estas tenham passado e cujo reconhecimento foi feito apenas pelos pesquisadores:

“é o caso do abrigo para migrantes: as meninas do Paraguai, quando foram tiradas da boate, foram pra lá e quando entrevistamos as coordenadoras, elas falaram que não sabiam de nada. Acho que no caso dos abrigos, pode ser que eles realmente não sabem de nada. As meninas tinham ido pra lá e

elas pensavam que era caso de exploração sexual ou de fuga de casa... algo assim..” (Mato Grosso do Sul)

3.2 A existência da rede do tráfico de seres humanos

Dado que o tráfico de seres humanos para exploração sexual é realizado através de “rede”, há atores individuais e coletivos que a compõe e conhecem a realidade, como afirma o pesquisador:

“Entrevistando as adolescentes do centro, as mulheres da rodoviária e os meninos do Projeto EROS, vimos que se temos uma rede de enfrentamento, existe também tem uma de aliciamento. Só que eles conhecem mais a gente que nós a eles” (Mato Grosso do Sul)

A rede do tráfico tem grupos que a operam, construindo situações que podem envolver diversos tipos de comprometimento, sendo que há casos de pessoas e/ou organizações que podem estar sendo envolvidos desconhecendo sua participação na rede de tráfico:

“O caso pego pela Delegada, segundo ela mesma, o motorista de táxi da Bolívia realmente não sabia o que estava acontecendo e desconhecia totalmente as pessoas que estava transportando. Poderia estar sendo usado pela rede de tráfico.” (Mato Grosso)

“As políticas públicas relacionadas com a prevenção da Aids já tem os caminhoneiros como público alvo, mas não possuem nenhuma ação para que eles possam tomar consciência da possibilidade de envolvimento no crime de tráfico”.(Mato Grosso do Sul)

A rede do tráfico foi observada nos processos judiciais e entrevistas:

“quando os pesquisadores entrevistaram uma garota de uma cidade do interior que conhecia a Samara, que é o caso de Campo Grande, percebeu-se que o dono de uma Boate de lá, ligava para a Samara e para outras pessoas ligadas a ela em outro município para fazer uma certidão que a adolescente trabalhou pra ela, na boate, já sendo maior de idade”. (Mato Grosso do Sul)

“Quando falamos com o pessoal do Paraguai, vimos também que conheciam todo o pessoal de Corumbá. Todos se conhecem nesse meio.” (Mato Grosso do Sul)

“Observamos na leitura dos processos judiciais que réus de um determinado processo são citados em outros”. (Goiás)

Na rede que aparecem as irmãs Zenilde e Zenaide¹⁹, há citação de oito estados brasileiros, sendo que aliciamento, compra de passagem, documentação, visto, preparação das meninas, eram ações realizadas sempre de forma articulada e descentralizada. As irmãs são proprietárias de 11 (onze) casas de prostituição na Espanha chamada ‘Rede Cacique’.

O processo de aliciamento, uma das principais ações da rede do tráfico, acontece quando alguém que já é do relacionamento da vítima desencadeia o processo e ocorre nos locais onde vivem e/ou freqüentam os “alvos” do aliciador:

“Ela relatou que a proposta partiu de um amigo que era modelo da agência e se interessou porque o esquema ia ser mais de modelo fotográfico do que fazer programa. Ela afirmou que a vida de prostituição mesmo sendo de luxo, fora do país era “barra”, mas ela ia com certeza num esquema mais leve”.(Distrito Federal)

Os diferentes tipos de aliciamento que foram relatados nos casos mantêm algumas regras comuns, sendo que há diferentes níveis de aliciamento: pessoas que moram nas periferias próximas a outras mais vulneráveis; pessoas que se responsabilizam por toda a cidade e que têm contato com outros aliciadores de grandes centros urbanos. Comandando todo o processo há o dono da boate que faz a demanda para a rede de aliciamento e tráfico, seja de âmbito nacional ou internacional, conforme é observado no relato:

“Numa sexta-feira um rapaz conversou comigo e outras garotas. Acertamos tudo. Já na segunda-feira nós embarcamos aqui para Brasília com roupa nova e mais cinqüenta reais que ele nos deu. Quando chegamos em Brasília já tinha uma mulher no lugar onde descemos e nos levou para kitchenette. A noite fomos para a boate, onde tinha uma reunião para explicar como era o sistema. (sujeito da pesquisa — Distrito Federal)”

O aliciamento é feito, primeiramente, por alguém que detém confiança por parte do aliciado, ou faz a interlocução entre aliciador e aliciado. Além de conhecer as vulnerabilidades porque

¹⁹ Maiores detalhes dessa rede pode ser verificado no estudo de mídia e no quadro de processos jurídicos.

passam as vítimas, sejam momentâneas ou estruturais, o aliciador oferece condições que induzem as futuras vítimas a vislumbrarem uma possibilidade de saída:

“a promessa que ele fez é que a gente iria faturar bem, depois de um ano e se a gente voltasse antes, ele iria atrás e não ia dar sossego até que voltasse à Brasília “ (sujeito da pesquisa — Distrito Federal)

“os aliciadores utilizam junto à profissionais do sexo, book’s com fotografias das cidades onde elas terão que trabalhar. Tinha uma amiga que ficou deslumbrada com a descrição da vida prometida pelo aliciador: um mês para tratamento médico, muito dinheiro e regalias. Depois ela ligou avisando que tinha sido vendida. Tinha que trabalhar 24 horas, era violentada e vigiada”. (ONG — Distrito Federal).

A rede do tráfico conta com a participação de agências de turismo para os casos de tráfico internacional. Na região centro-oeste, três são citadas: AMA Turismo em Anápolis, All Flags em Goiânia e, em, Brasília, segundo dados contidos no processo, há a participação de uma agência, mas está em segredo de justiça. No caso dos hotéis, o Ministério Público de Mato Grosso referiu-se à participação destes na rede de exploração sexual, afirmando que a veracidade desse fato encontra-se em fase de investigação. Em Brasília a PESTRAF entrevistou os donos de hotéis e estes, mesmo não negando que servem à exploração sexual, informaram que no Plano Piloto não aceitam “menores”, o que somente ocorre nas cidades satélites.

A prostituição em Brasília na Asa Norte acontece no interior dos apartamentos e há necessidade de convivência com a realidade para localizar as situações que podem se configurar em pontos de apoio à rede de tráfico, como as kitchenettes, cabeleireiros e cafetões:

“Nenhuma das vítimas é de Brasília. Elas vêm de outros lugares, residem de três a quatro garotas em kitchenettes em uma das lojas comerciais, onde recebem seus clientes, acertados predominantemente por telefone. Essas profissionais são aliciadas nas boates que freqüentam e, selecionadas dentre elas, algumas que vão para o exterior. Encontramos um caso em que a pessoa que escolhe é um ‘gringo’ que leva meninas para Madri e Roma. São escolhidas as que falam bem e mais estudadas” (Distrito Federal)

No caso de as profissionais serem selecionadas para irem para o exterior, uma outra ação é desencadeada pela rede: a preparação para a saída do país. O depoimento da pesquisadora

revela que:

“Durante um período de aproximadamente 20 dias as garotas de programa são preparadas, cabelos pintados (o salão de beleza faz parte do esquema) roupas e etc... e doutrinadas a serem discretas durante a retirada do passaporte”. (Distrito Federal)

Em alguns casos, houve o depoimento de garotas revelando outras condicionalidades:

“Rafaela revelou que foi apresentada a um homem, que pediu que ela providenciasse documentos pessoais, fotos e exames de HIV e se preparasse para viajar logo”.(Distrito Federal)

O aliciamento, independentemente da ação da polícia é feito de forma cuidadosa pelos aliciadores, especialmente no que se refere ao transporte seja de forma terrestre ou aérea.

“viajam sempre em duplas e são transportadas pelos aliciadores locais (quase sempre mulher) até o aeroporto quando recebem a passagem e os dólares para embarcarem.” (Distrito Federal)

“quando conversei com uma delas, ela me falou que vieram seis de uma vez, só que de duas em duas, em horários diferentes e aí, quando chegou na rodoviária tinha uma pessoa pra pegar e levar pro apartamento antes de ir pra boate”. (Distrito Federal)

A rede tem a participação de pessoas que estão no comércio sexual e que em alguns casos, passam de traficados a aliciadores, com presença constante de mulheres que já foram profissionais do sexo e homens homossexuais, conforme demonstram os seguintes depoimentos:

“na entrevista, ela fala que tem um gay que é cabeleireiro em Cuiabá, que tem contato com pessoas do interior e que fazem o aliciamento e entram em contato com ele e aí ele encaminha tudo, seja ali para a cidade mesmo ou entra em contato com outros para o caso de ir para a Espanha” (Mato Grosso)

“a aliciadora que a gente entrevistou, também foi traficada antes, mas percebemos que ela não gostava de falar nisso. Percebemos que mulheres que viveram a situação do tráfico e passam da condição de traficado a aliciadora, ficam ligadas aos cafetões lá da Europa e quando voltam ao Brasil tem que levar outras meninas”(Distrito Federal)

“um dos casos que nós conseguimos na justiça como rufianismo,

conseguimos localizar a garota. Conversamos uma vez e ela sumiu do mapa. No pouco tempo que tivemos com ela, percebemos que ela passou de traficada a aliciadora e está ganhando dinheiro”. (Mato Grosso do Sul)

A idéia de que passar por um processo de violência e ter sobrevivido, não significa sair do “*mundo do comércio do sexo*”. Nas entrevistas com a equipe da PESTRAF foram encontradas situações de mulheres que passaram pelo processo de aliciamento, transporte, fraude, cárcere privado e tortura física e, atualmente, participam da rede do tráfico.

A participação de mulheres na rede do tráfico constitui-se em um dado que merece ser melhor explorado, visto que tanto no tráfico doméstico como no caso internacional, são citadas diversas formas de envolvimento das mulheres em todo o processo do tráfico.

Nos processos judiciais ao levantar-se os réus verificou-se que 70% dos indiciados são mulheres, desempenhando funções de gerente, donas das casas de prostituição (com diferentes nomes, podendo ser boates, wiskerias, lanchonetes, etc), aliciadoras, cabeleireiras, donas de agências de turismo com características semelhantes em cidades do interior brasileiro ou na Europa.

Os homens desempenham, na grande maioria, o papel de segurança ou sócio. No caso de sócios, há a presença de homossexuais masculinos.

“Tem muito gay que está nas boates com a função de cuidar das meninas. Ele leva mais jeito, já passou por situação difícil... então a dona da boate o coloca prá cuidar das meninas e é até bom porque daí ele dá uma força na hora do aperto.” (ONG — Mato Grosso do Sul)

3.3 A invisibilidade do tráfico de meninos e o trabalho sexual

No caso dos adolescentes masculinos em fase de transformação para travestis, são os mais velhos que “*cuidam*” desse processo, mantendo casas onde se fazem as aplicações de silicone, “*prepara para a rua e para o glamour*”, orienta o uso de hormônios e, em troca impõe regras de conduta e custos sob esquema de segurança armada e código do silêncio.

Se há desobediência poderá não dispor de pontos nas ruas, não ser aceito em outras casas, ter cabelo raspado ou, até mesmo, expor-se ao risco provocado por pessoa não qualificada, na

aplicação do silicone, conforme afirma o pesquisador:

“a carência é tão grande e há tanta falta de consciência do direito que ainda chama a travesti mais velha de ‘mainha’ ”. (Mato Grosso)

O tráfico de meninos para fins de exploração sexual continua sendo bastante invisível para toda a sociedade. O mercado sexual que utiliza meninos ocorre ainda de forma mais clandestina que das mulheres. O fato de suprir a demanda de homossexuais e mulheres significa mais invisibilidade, dado que, mesmo com os direitos dos homossexuais tendo crescente espaço social, a discussão sobre esse público ainda é bastante restrita a seus próprios grupos e no caso das mulheres, não há qualquer visibilidade quando estas contratam serviços sexuais.

No caso dos adolescentes o processo de exclusão ocorrido em vários grupos como a família, escola, igreja, amigos, times esportivos ou, se desejassem cumpri-lo, do serviço militar obrigatório e do trabalho, os incluem de forma completamente vulnerável aos grupos-alvos de aliciadores seja para a exploração sexual, seja para o uso de drogas. As expulsões sofridas das suas raízes afetivas e de segurança social os colocam em busca de novas relações de afetividade e proteção, sem condições objetivas e subjetivas de negociação de condicionalidades ou podendo fazer opções, na medida que a única opção restante é aquela oferecida pelo aliciador:

“Tem menino na rua que está fazendo programa por uma tragada. Não pega nem no dinheiro do cliente. Depois fica no final da noite vendo onde vai dormir. Não ganhou nada na rua... nem dinheiro. Então quando alguém oferece uma viagem aí pra fora ele vai e nem pergunta nada.”(ONG — Mato Grosso do Sul)

Neste público, em especial, o crime, segundo a legislação brasileira, não pode ser tipificado, já que o Código Penal não prevê o crime quando a vítima é do sexo masculino. No entanto, pode ser enquadrado de forma mais abrangente, pela Convenção de Palermo como Tráfico de Seres Humanos. Considera-se, para este caso, os meninos mais vulneráveis para elaboração de uma política pública destinada a eles.

As condições de trabalho dos profissionais do sexo são de vulnerabilidade diante de situações

exógenas como a violência, discriminação, doenças sexuais e acrescida a essas temáticas, convivem com valores morais como o pecado sexual e o “*trabalho honesto*”. A caracterização do trabalho sexual como profissão que tem no próprio corpo a força para ganhar o sustento é tratado de forma diferente de outras profissões que também utilizam o corpo, como o catador de café, cortador de cana ou mesmo o ator, o cantor. O que difere é que as práticas sexuais são discriminadas, cercadas de tabus, portanto, não são consideradas como instrumentos de trabalho.

O não reconhecimento da profissão é internalizado pelos trabalhadores do comércio do sexo como estando provisoriamente na “*batalha*”, sem vislumbrar a possibilidade de melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho e organização sindical. Os riscos inerentes às condições de trabalho são justificados pelo “*tipo de vida escolhido*”, não dando visibilidade às reais condições do uso do corpo e não sendo reconhecidos direitos trabalhistas.

A busca por trabalho submetendo-se a condições de violência, no entanto, não pode ser admitida como aceitação por parte do sujeito traficada. Na maioria das situações, a venda de ilusões por parte do aliciador, portanto fraude, foi o determinante para submissão a uma condição oferecida, por desconhecimento das reais condições vindouras, como relata uma pesquisadora:

“nós temos a entrevista de uma mulher que estava com o passaporte tirado, ia pra Espanha e se arrependeu porque alguém da Espanha ligou e falou que as condições de lá eram ruins, que não valia a pena ir... que não era bem do jeito que as pessoas estavam prometendo...” (Mato Grosso)

A migração de profissionais do sexo, seja para localidades próximas ou internacionais; seja por períodos longos ou temporadas responde a duas ordens de necessidades: de um lado procurar melhores condições de trabalho e renda e, de outro, esquivar-se da censura social imposta pelos grupos com os quais convivem, sendo que, na maioria dos casos, fazem referência à sua migração somente para responder à primeira necessidade.

Segundo a Pastoral da Mulher Marginalizada, do total de 325 mulheres que são profissionais do sexo em Rondonópolis -MT, 54 são do município. As demais são oriundas de outros municípios de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Brasília.

No projeto EROS desenvolvido pelo IBISS-CO em Campo Grande-MS, o levantamento dos

profissionais do sexo, especialmente das travestis, revelou que entre janeiro de 2001 a junho de 2002, 1445 trabalhadores foram bordados pelos educadores; sendo que 40% identificaram como sendo de Campo Grande. Segundo os educadores, é cotidiana a afirmação que a vinda para Campo Grande, quando a origem é de municípios do interior do Estado, essa migração ocorre devido à busca de grupos com menor discriminação (o que pode acontecer em cidades maiores), como também à melhoria do ganho financeiro. Neste sentido há duas vantagens agregadas: menos discriminação e maior ganho econômico.

”O movimento em Campo Grande estava fraco e as contas eram muitas, a partir desta situação foi tomada a decisão de que a melhor saída era a de ir trabalhar em Bonito (Km21) por algum tempo, na esperança de ganhar muito dinheiro”. (sujeito da pesquisa —Mato Grosso do Sul)

“Ao conversar com profissionais do sexo de Brasília, encontrei com uma delas que só vinha pra Brasília às quintas e volta aos domingos para Goiânia. Quando eu perguntei o que ela fazia em Goiânia, ela me disse: ‘lá em Goiânia eu sou moça de família. Durante a semana eu cuido da minha família e do meu filho’. As cidades do entorno de Brasília ou mesmo Goiânia e Anápolis abastecem o mercado do sexo de Brasília” (relato do pesquisador de Mato Grosso)

No panorama das políticas públicas, é possível observar valores histórico-culturais que influenciam na formulação de propostas de enfrentamento dessa violência, como a moral sexual que não reconhece o direito de ser profissional do sexo e, por consequência impõe culpabilidade à vítima diante da violência sofrida e constrangimento ao direito de migração.

O direito de ser profissional do sexo e o direito de migrar são inerentes à pessoa. No entanto, isso não é consenso. A busca por melhores condições de vida é mais aceita quando a mulher ou adolescente busca um trabalho que não tem vinculação com o comércio sexual. Neste caso, a luta pela sobrevivência é vista de forma “digna” pela sociedade e, a violência cometida contra esses trabalhadores causa comoção.

No entanto, quando a migração é de mulheres e adolescentes que já faziam programas sexuais antes da migração, a sociedade julga a violência não como tal, mas como penalização pelo “pecado”, como demonstra uma entrevista da equipe de pesquisa:

“Estávamos na TV ao vivo quando um telespectador ligou e disse que a irmã

era prostituta porque queria, então não sabia porque tanto trabalho pra ajudar essas pessoas se tem gente que precisa mais”. (Mato Grosso do Sul)

O que caracteriza o tráfico para fins de exploração sexual, é se essa migração aconteceu mediante fraude, promessas inverídicas, condições de trabalho que não se confirmaram, se há cárcere privado, etc. Se a migração é para um país diferente sem condições de retorno, a pessoa retorna refém de outras por não dominar a língua, as leis, a rede de proteção e de responsabilização daquela localidade.

A submissão às condições apresentadas por aliciadores tem a ver com as vantagens agregadas diante das vulnerabilidades vividas e não significa descaracterização da situação de tráfico, mesmo porque há diferentes formas de viabilizar a aquiescência quando não há igualdade de poder nas negociações. Para o êxito da atuação do aliciador, é necessário o conhecimento da realidade dos potenciais aliciados, trabalho em rede que fragiliza as relações sociais, como afetividade, família, grupos sociais e insere outros laços como relação de consumo, perspectiva de ganho financeiro e ilusão de sofrimento passageiro.

3.4 De repente, a fala e as famílias

Sob a ótica da pessoa que viveu a situação de tráfico, existe a negação da violência sofrida. É uma das formas de não reviver as situações da culpa, conforme demonstra as seguintes entrevistas:

“Eu passei por essas situações aí... mas eu acho que não tem outro jeito. Se a gente quer ser desse jeito [travesti], tem um preço a pagar. Daquele dia que você falou que era esse negócio de tráfico, eu preferi não pensar mais nisso...” (Mato Grosso do Sul)

“Dividia o quarto com duas outras meninas, tinha um certo conforto mas ali era só porraloquice, só drogas, marginalidade. Quem não se enquadrasse no esquema, sofria ou ficava louca. Vacilou, a porrada comia. O big boss de lá não era nada bonzinho, eu segurei minha barra. A noite dançava, fazia striptease e atendia os clientes, não tinha muito tempo para outra coisa. Meu sonho era conhecer a Europa, ficou só no sonho (...) Até que conheci um homem que se apaixonou por mim. Ele era alto funcionário do Fórum Filatélico e conhecia um brasileiro da diplomacia local. Eles arrumaram toda a documentação para a minha volta pois estava começando a ficar doente. Foi um ano inteiro.(...) Então voltei mas não me arrependo não, no fundo foi uma experiência apesar da escravidão”.(Distrito Federal)

“Chegando na boate, todas as bagagens ficaram presas pela dona em um quarto, para as garotas não voltarem para Campo Grande e se tornarem dependentes do estabelecimento. A irmã da dona da boate era a gerente do estabelecimento. Era ela quem recepcionava as meninas e fazia, quando necessário, algumas mudanças nas garotas (cortava o cabelo, fazia as unhas e também fazia revista nas bagagens e nas meninas, para ver se estavam armadas). Os quartos onde as garotas dormiam eram sujos, raramente se fazia uma faxina no local. As meninas eram de várias regiões do Brasil e o relacionamento entre elas era apenas de trabalho, não existia amizade, existia concorrência. Fiz apenas um contato telefônico para meu companheiro, no primeiro dia que cheguei à boate. Depois a dona tomou meu celular e cartão telefônico, não podendo mais fazer contato com meus conhecidos. Durante o dia a dona da boate deixava todas as meninas presas e à noite pedia para elas saírem dos quartos, para se arrumar e fazer programas e shows para os clientes. A alimentação era apenas um sanduíche para o dia todo, alegando que as garotas não podiam comer, pois não beberiam e nem fariam seus clientes beber”.

No entanto, quando questionada sobre ter sofrido alguma violência no exercício da profissão respondeu:

“nunca sofri nenhuma violência pois, sempre que percebia que algo de estranho estava para acontecer, tomava as providências necessárias para não acontecer o pior (...) o pior momento foi quando fiquei presa na Boate, e o melhor momento foi quando consegui fugir do local (...) se nem os animais podem ficar encarcerados, porque prender os seres humanos? Se existe justiça para quem prende um passarinho na gaiola, deve também existir justiça para quem prende uma pessoa injustamente”. (sujeito da pesquisa - Mato Grosso do Sul)

A presença da família nos diferentes casos estudados também se constitui num fator importante para a compreensão das vulnerabilidades.

É comum encontrar famílias que não admitem o conhecimento antecipado do envolvimento de suas filhas com as atividades de prostituição. Sustentam a tese do falso emprego como babás, lavadoras de prato em restaurantes, faxineiras, ou seja, do “emprego honesto”. Numa das entrevistas com uma das mulheres que exerceu atividades de prostituição na Espanha, ela deixa claro que possuía conhecimento do que iria fazer e ainda o “esforço” realizado por sua mãe para que ela aceitasse a oferta:

“Há dois anos atrás, uma mulher de Goiânia, foi para a Espanha se prostituir incentivada pela mãe. Embora, já fizesse programas aqui, ela teve

muitas dúvidas quanto a viajar para a Espanha - tinha medo. Porém, quando a aliciadora prometeu ganhos em torno de R\$ 4.000,00, por semana, foi sua mãe que ficou totalmente a favor da viagem, fazendo pressões com frases do tipo: você já faz isso aqui, ganhando pouco, o que é que custa fazer lá? Tempos depois, quando já havia se livrado dos exploradores na Espanha, começou a mandar dinheiro para a mãe, chegou a mandar uns R\$ 15.000,00 para dar entrada em um apartamento, no entanto, sua mãe gastou todo o dinheiro com seus irmãos...”(Goiás).

A idéia do trabalho como fonte de renda para a família também foi percebida nas famílias paraguaias:

“No caso das famílias paraguaias que visitamos, encontramos os endereços de todas e quando a gente perguntava, eles conversavam sobre o assunto e sempre diziam assim: ‘quando elas foram trabalhar no Brasil...’ a idéia de que tinham vindo trabalhar estava sempre presente.” (Mato Grosso do Sul)

Mesmo que a renda obtida com a profissão traga benefícios à família, há culpabilização pelo ato:

“Entrevistamos o tio de uma mulher que foi para a Suíça exercer atividades de prostituição. Ele admite a ajuda financeira dela para toda a família, entretanto seu constrangimento era visível, tanto que propôs a continuidade da entrevista com sua irmã que teria maiores informações sobre o caso”. (Goiás)

Um dos traços mais visíveis da vulnerabilidade de adolescentes femininas é a maternidade precoce e solitária. A responsabilidade imposta pela sociedade de que “*pariu que cuide*”, conforme o dito popular e a ausência de políticas públicas de apoio, fazem com que haja a procura de meios de sustentação da prole, submetendo-se às condições oferecidas pelo mercado:

“Ela contou que teve um filho aos 13 anos que era do namorado. Ele não assumiu nada com ela, daí ela se envolveu com a prostituição. Foi à La Paz, fazia programa nas chalanas no período de pesca”(Mato Grosso).

“Em alguns casos, percebe-se que a própria mãe “incentivou” a ida da filha para a Europa. Uma das entrevistadas lamenta que a mãe tenha se esforçado para convencê-la, diante da proposta de ganhar muito bem e com isso garantir o futuro do filho.” (Goiás)

Em Mato Grosso, há vários registros de situações de venda de adolescentes em troca de dívidas com mascateiros, nas áreas extrativistas. A configuração de tráfico não foi possível

porque não houve como acompanhar os casos para conhecer as condições em que foram expostas as adolescentes.

Em Goiás, a equipe PESTRAF entrevistou um caminhoneiro que trabalha há muitos anos e, sua trajetória, incluía viagens internacionais (Argentina) e para a região norte do País. Em seus relatos enfatizava a condição das meninas “*trocadas*” muitas vezes pelos próprios pais nos postos de gasolina para prostituírem-se e, dessa forma, pagarem as dívidas e alimentar a família.

Por outro lado também à mulher, é socialmente vinculado o conceito de responsabilidade para com os filhos, inclusive com sentimento de culpa quando não provê o seu sustento. Nos casos levantados percebe-se que a avó tem papel importante nos cuidados físicos e afetivos do neto, e à mãe cabe o sustento dos filhos e do restante da família.

No caso do tráfico para fins de exploração sexual, o relacionamento de manutenção da família por parte das mulheres traficadas é uma das formas de enfraquecimento da sua ação na denúncia das violências sofridas, sendo que foi observado em Mato Grosso do Sul que há uma relação de poder entre o aliciador e a família da aliciada:

“Quando a gente foi falar prá ela sobre o Boletim de Ocorrência que devia ser feito na Delegacia e que eram vários crimes que ela tinha passado, a garota nos disse que só queria denunciar mesmo pra ver se colocava medo na aliciadora que estava em Campo Grande, porque ela tinha ido ameaçar a família dela dizendo que tinha que pagar o que devia que senão podia querer receber tudo o que tinha dado adiantado e um pouco mais. Observamos que ela tinha muito medo que alguma coisa acontecesse com a família dela, quer dizer, com a mãe e os dois filhos.” (Mato Grosso do Sul)

Em Goiás, ao entrevistar os pais de uma mulher traficada e morta na Espanha, vítima do tráfico, percebeu-se que a família transformou a dor da perda na luta contra a rede de favorecimento ao tráfico. Essa postura garantiu visibilidade que, de uma condição doméstica, tomou uma dimensão pública, portanto, política:

“Depois das lutas desse pai para garantir o traslado do corpo da filha, para evitar que ela fosse enterrada como indigente na Espanha, ele começou a coletar dados sobre o tráfico. Fez um dossiê com recortes de jornais, documentos, tudo que se relaciona ao tráfico de seres humanos. Nessa caminhada participou de encontros, sessões especiais nos parlamentos,

debates em Universidades, que inclui um encontro com pessoas da Embaixada da Espanha no Brasil, onde apesar de sua simplicidade, foi capaz de reconhecer que embora existam traficantes espanhóis que exploram mulheres ou adolescentes sem o menor escrúpulo, não se pode responsabilizar todo o povo Espanhol. Mesmo lembrando que sua filha não voltará, ele se conforta em saber que através de sua luta, muito pode fazer por outras famílias.” (Goiás).

Toda a situação porque passam essas mulheres, as adolescentes e as mais velhas, é decorrente da situação excludente do mundo do trabalho oficial e da cidadania e incluído nos grupos que vivem à margem das políticas públicas. É o esgarçamento social que exclui do mundo dos direitos para incluir no mundo da barbárie que serve aos que detém poder: da força, do capital, da política, do mundo das idéias.

3.5 As rotas

Reafirmando que a investigação científica, na maioria das vezes, tem um recorte histórico-geográfico, no caso da pesquisa em tela, a questão das rotas deve ser interpretada sob esse rigor metodológico, pois a temática do Tráfico de Seres Humanos refere-se à criminalidade e, portanto, a própria ação dos pesquisadores interfere na realidade e provoca ação dos diversos atores sociais, sejam eles pertencentes à rede de enfrentamento ou de favorecimento da problemática.

O “desenho” das rotas foi elaborado com base em cada caso estudado levando-se em conta o lugar em que ocorreu o aliciamento, as cidades por onde as pessoas passaram e o destino final. Em muitos casos, não há o registro preciso de localidades menores ou mesmo aquelas intermediárias, bem como a informação se os trechos foram realizados todos por via terrestre e/ou aérea e se o transporte foi coletivo, por caminhoneiros, taxistas ou carro particular. Há poucos casos relatados detalhadamente, mas sabe-se que há a infra-estrutura de cabeleireiros, hotéis, apartamentos de aliciadores, boates, agências de turismo que vão se constituindo em suporte ao tráfico.

Foram consideradas todas as rotas registradas pelas diferentes fontes de informação da pesquisa: casos jurídicos, casos sociais, entrevistas e mídia. Também foram organizadas em termos de mapa, as rotas de âmbito doméstico (aqueles que tem rota com origem e destino

dentro do próprio território brasileiro) e internacional, seja da entrada de mulheres e adolescentes para exploração sexual no Brasil, seja a saída de mulheres e adolescentes com os mesmos fins em outros países.

As rotas são bastante variáveis e buscam principalmente burlar a ação do Estado no processo de responsabilização e, sobretudo, obtenção de mão-de-obra mais barata, portanto, maior lucro diante da demanda do comércio sexual, como pode ser observado no relatório do Projeto EROS:

“as adolescentes que estavam na rua tinham acabado de chegar de Porto Murtinho. Disseram que antes as donas das boates vinham de carro até Campo Grande para levá-las. Agora só telefonam para uma outra mulher aqui de Campo Grande que coloca as meninas no ônibus e manda pra lá.” (ONG — Mato Grosso do Sul)

A rota direta como São Paulo — Madri, com origem em Goiânia, atualmente faz outras escalas, como por exemplo, a saída de Goiânia, com aguardo de alguns dias em São Paulo, podendo ir também para o Rio de Janeiro, visando a saída do país, fazendo percurso de ônibus, carro ou avião.

Também na Europa, mesmo que a maioria dos destinos finais sejam as cidades espanholas, há rotas que levam as mulheres para Lisboa ou Paris, onde também podem ficar alguns dias visando a descaracterização do destino final²⁰. Segundo a Polícia Federal goiana e entrevistas com mulheres de Brasília e Goiânia, a rede de favorecimento do tráfico muda sua forma de atuação, dependendo da forma de ação da polícia.

A ordem de passagem que se apresentava de forma direta com origem e destino final, comprada a partir do destino, tem agora também uma forma de burlar essa observação, na medida em que o dinheiro é enviado para uma terceira pessoa no Brasil e não chega mais por ordem de agência de viagem; os diferentes trechos que serão percorridos pelas mulheres podem ser adquiridos separadamente, sem necessariamente registrar a destinação final.

²⁰ Considera-se nesta pesquisa, “destino final”, a cidade para onde cada pessoa é levada para fins de comércio sexual.

Dentre os países de origem das mulheres traficadas presentes na região centro-oeste, encontram-se o Paraguai e a Bolívia que também são destino de brasileiras. Para fora do continente, o destino registrado é a Europa, sendo que a maior incidência é a Espanha, tendo também casos registrados na França, Portugal e Itália. Segundo relato de pessoas que passaram por situação de tráfico, é na Espanha que se concentra a maioria dos circuitos de prostituição na Europa com presença de mulheres de várias partes do mundo, mas especialmente do leste europeu, América Latina e Caribe.

Sobre a citação de destino de profissionais do sexo para a Suíça, percebeu-se que para aquele país existem poucos indícios do tráfico, conforme relata a pesquisadora:

“De acordo com o relato presente em uma das entrevistas, para a Suíça vão as pessoas mais refinadas, com maior escolaridade e, por isso, elas têm maiores condições de negociações, estando às vezes, mais próximas da condição de migração, em busca de condições melhores para a prostituição do que tinham no Brasil. No entanto, essa situação não descaracteriza a possibilidade de existência do tráfico, porque há aliciamento, endividamento e coação para pagamento.” (Goiás)

Sobre o tráfico doméstico, observou-se que as rotas passam pelos municípios de maior densidade populacional dos estados e/ou movimentos migratórios, capitais e aqueles com forte presença de turismo ou ainda os que estão envolvidos em projetos de infra-estrutura como estradas, pontes, gasoduto, hidrelétrica, construções, entre outros. No caso de Mato Grosso do Sul, segundo estudo de ANDRADE (2001) cidades como Três Lagoas, e Água Clara receberam e exportaram garotas para prostituição, no processo de construção dos dutos.

No caso de Mato Grosso, em especial, também os municípios remanescentes do garimpo e do extrativismo exaurido, com presença forte do comércio sexual como “resquícios do ouro e da madeira”, estão bastante citados nas rotas, bem como a sazonalidade da colheita de grãos com grande número de caminhoneiros e fluxo intenso nas estradas.

Assim, a construção do “desenho” das rotas é um permanente refazer, re-colocar, desconsiderar, re-considerar. Não é um desenho pronto. É um alerta das formas como podem ocorrer violência e desrespeito aos direitos humanos nos deslocamentos forçados pela coação, ou fraude, atuantes sobre as vulnerabilidades estruturais e individuais que subjagam os seres com fins ao comércio sexual.

Quadro 5: Rotas de Tráfico de Mulheres Crianças e Adolescentes detectadas na Região Centro Oeste.

Estados	Fonte ²¹	Tipificação do tráfico ²²		Sujeitos ²³		Transporte ²⁴			Localidades	
		D	I	M	A	A	T	Origem ²⁵	Passagem ²⁶	Destinação
DF	Polícia Federal		X	X		X		Palmas	Palmas/Brasília / Rio de Janeiro	Espanha
DF	Polícia Federal		X	X		X		Brasília – DF	Rio de Janeiro	Espanha
DF	Vítima	X		X			X	Goiânia	Valparaíso-GO	
DF	ONG	X		X			X	Brasília	Alexânia-Brasília	
DF	Vítima		X	X X		X		Brasília	Rio de Janeiro	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	X	-	-	X	-	X	São Miguel do Araguaia – GO	-	Cocalinho -MT
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	X	-	X	X	Goiânia - GO	-	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	X	-	X	X	Trindade- GO	-	Espanha

²¹ Origem da informação para a equipe da pesquisa podendo ser: Processo, Inquérito, Entrevista com vítimas, familiares e aliciadores; mídia; bibliografia.

²² Identifica se o tráfico é internacional ou doméstico

²³ Identifica se o caso é referente a mulher ou adolescente

²⁴ Identifica se o meio de transporte é aéreo ou terrestre

²⁵ Considerar a cidade de domicílio e estado

²⁶ Localidades intermediárias entre o local de moradia e destino

GO	Inquérito entrevista Vítima Familiares	-	X	-	-	X	X	Anápolis -GO	-	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiares	-	X	-	-	X	X	Nerópolis - GO	Goiânia –São Paulo	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiares	-	X	-	-	X	X	Bela Vista de Goiás - GO	Goiânia – São Paulo	Itália
GO	Processo	X	X	X		X		Goiânia	-	Espanha
GO	Processo	X	X	X		X	X	Goiânia	São Paulo	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Aparecida de Goinânia-GO	França	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Goiânia	Paris	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Goiânia		Portugal
GO	Inquérito	X	X			X		Goiânia	Portugal	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Goiânia		Suíça
GO	Inquérito	X	X			X		Aparecida de Goiânia – GO		Portugal
GO	Inquérito	X	X			X	X	Aparecida de Goiânia – GO	São Paulo	Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Uruaçu		Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Niquelândia		Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Alvorada do Norte		Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Rianópolis		Espanha
GO	Mídia	-	-	X		-	X	Marabá-PA		Caldas novas
GO	Mídia	-	-	X		-	X	Marabá-PA		Goiânia
GO	Mídia	X	X			X		Goiânia	Rio de Janeiro	Espanha
MT	Delegacia de Polícia		X	X	X		X	Cáceres-MT		San Matias - Bolívia

MT	Conselho Tutelar	X			X		X	Alta Floresta-MT		Majupá -PA
MT	Conselho Tutelar	X			X		X	Cripurizão-PA		Alta Floresta-MT
MT	Vara Criminal Alta Floresta	X		X	X		X	Sorriso MT		Alta Floresta
MT	Delegacia da Mulher		X	X			X	Rondonópolis	Cuiabá – São Paulo	Espanha
MT	Delegacia da Mulher		X	X			X	Rondonópolis	Cuiabá – São Paulo	Espanha
MT	Folha do Estado	X			X			Cuiabá		Santo Antonio de Leverger
MT	Diário Cuiabá	X			X			Várzea Grande/ Santo Antonio / Chapada		Cuiabá
MT	Mídia	X			x			Acreúna-GO		Rondonópolis
MT	Entrevista		X		X		X	Cáceres-MT	San Matias	La Paz - Bolívia
MS	ONG MP - Promotoria de Justiça Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e a Juventude	X	-	-	X	-	X	Campo Grande		Corumbá
MS	ONG Delegacia da Mulher Promotoria de Justiça	-	X	-	x	-	X	- Pedro Juan Caballero-Paraguai □ □ Itatiba do		Campo Grande

	da Infância e da Adolescência Conselhos tutelares Entrevistas com familiares Entrevista com aliciadora.							Sul - RS		
MS	Conselhos Tutelares Delegacia de Policia Civil	-	X	-	X	-	X	Pedro Juan Caballero Paraguai		Nioaque
MS	Conselho Tutelar	-	X	-	X	-	X	Pedro Juan Caballero Paraguai		Sidrolândia
MS	ONG Policia Militar	X	-	X	-	-	X	Campo Grande		Porto Murtinho
MS	ONG Entrevista (famílias)	-	X	-	X	-	X	Pero Juan Caballero- Paraguai		Nioaque
MS	ONG Entrevista	-	X	-	X	X	-	Campo Grande		Itália
MS	ONG Entrevista	X	-	X	-	-	X	Campo Grande		Bonito
MS	Mídia	X		-	X	-	X	Bonito		Cidades Vizinhas
MS	Mídia	X	X	X	-	X	X	Corumbá	-	MS, SP, GO, PR, MG, Paraguai e Chile.

MS	Mídia	X	-	-	X	-	X	Campo Grande	-	Aquidauana
MS	Monografia "Na Rota do Gasoduto"	X	X	X	X	X	X	MS (Corumbá, Água Clara e Três Lagoas)	-	Paraguai, Bolívia, Espanha e Itália.

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação Regional da Pestrar / Centro-Oeste, com base nos dados da pesquisa de campo.

***4 O OLHAR DA (E SOBRE A) MÍDIA IMPRESSA NO TRÁFICO DE
SERES HUMANOS
Angelita Lima***

Dorme tensa a pequena
sozinha como que suspensa
vira mulher sem saber
sem brinco, sem pulseira, sem anel
sem espelho, sem conselho, laço de cabelo, bambolê

Sem mãe perto,
sem pai certo
sem cama certa,
sem coberta,
vira mulher com medo,
vira mulher sempre cedo.

(...)

Fosse ela cuidada,
tivesse abrigo onde dormir,
caminho onde ir,
roupa lavada, escola, manicure, máquina de costura, bordado,
dança, pintura, teatro, abraço, casaco de lã
podia borralheira
acordar um dia
cidadã.

Elisa Lucinda

(Fragmentos do poema: Lua nova demais —poema encomendado sobre meninas de rua, 1995).

4.1 Introdução

A pesquisa na mídia impressa constituiu-se em instrumento importante ao apontar elementos pouco visíveis do fenômeno na região, como a inconsistência da categoria tráfico interno para as mídias locais. Por isso, passou a cumprir função estratégica para elaboração e compreensão do fenômeno como, também, terá de ser referência no momento de elaboração das políticas para o combate desse tipo de tráfico, vez que o Centro-Oeste se desponta como uma das rotas mais importantes do tráfico internacional. Portanto, a ausência de um banco de dados com informações precisas sobre o tráfico de

seres humanos na região Centro-Oeste é um dos motivos dessa pesquisa e, também, constitui seu limite.

Em relação ao tráfico interno, as informações são mais imprecisas e difusas, de difícil identificação. Basta reparar que não há notícias que tipificam diretamente tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual. As pistas oferecidas pela mídia remetem para a suposição de que estão mais vulneráveis a esse tipo de tráfico crianças e adolescentes e, geralmente, é notificado como exploração sexual infantil. Outro indício oferecido pela mídia é que os suportes para esse tipo de tráfico envolvem caminhoneiros, postos de combustíveis, boates e hotéis de beira de estrada (as BRs). Isso significa que há necessidade de se criar novas lentes para enxergar o tráfico interno de seres humanos para fins de exploração sexual. Mulheres adultas não seriam vítimas do tráfico interno? Como identificar tais casos? São perguntas que ficam após uma primeira análise do material coletado na mídia.

Um ponto importante na análise dos dados apresentados pela imprensa na região é a visão moralista da prostituição que pode nublar o entendimento do fenômeno. Uma coisa é combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual²⁷, sendo estes profissionais do sexo ou não. Outra coisa é a condição de trabalho dos profissionais do sexo que merece outras abordagens como a segurança, acesso aos serviços de saúde, os direitos trabalhistas, o combate à discriminação e intolerância. No entanto, esses aspectos também fazem nexos com o tráfico de pessoas para exploração sexual.

Nesse sentido constituíram objetivos da pesquisa de notícias na mídia:

- Apontar elementos e dados que possam dialogar com as informações obtidas pelos(as) pesquisadores(as) nas diversas fontes contatadas.
- Permitir a verificação se os casos publicizados pelos jornais coincidem com os inquéritos e as notificações nos diversos departamentos policiais responsáveis

²⁷ Segundo a Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional e seu Protocolo Adicional para Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas (2000) “Por tráfico de pessoas deve entender-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recurso de força ou pelo recurso à força ou a outras formas de coação, por rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou através da oferta ou aceitação de pagamentos ou vantagens para obter consentimento duma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra, para fins de exploração”. In: Nogueira Neto, Wanderlino. Dimensão Jurídico-Social: Análise hemerográfica de normativa vigente, nacional e internacionalmente e indicativos de ação política. Pesquisa Cecria, 2001. (mimeo)

por essa área.

- Possibilitar a verificação da influência da mídia no número de notificações e de denúncias.
- Revelar como o fenômeno é visto no discurso midiático e, de que forma, esse mesmo discurso torna invisíveis faces importantes do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.
- Disponibilizar dados sobre as rotas de tráfico.
- Por fim, tornar-se ponto de partida para uma nova pesquisa sobre o tema, considerando-se que, diante da hipótese de que há faces invisíveis do fenômeno — sobretudo em relação ao tráfico interno — um novo olhar sobre a mídia poderia indicar novas abordagens e leituras.

Essa é uma primeira leitura. As notícias coletadas são parte integrante desse dossiê. Podem e devem ser lidas com outras lentes e, mais do que isso, pode-se pensar numa pesquisa mais ampla nos mesmos jornais ou em outros com novos enfoques. Isso poderá levar à seleção de outras notícias para estudo. A função deste *paper* é perguntar, apontar caminhos. As respostas virão na continuidade das pesquisas, na elaboração de novas perguntas e na luta pelo combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

4.2 A pesquisa nos jornais

Como já foi dito, a busca de casos de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual nos jornais se constituiu parte da pesquisa e a seleção de notícias para análise foi realizada pelas equipes estaduais (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal) com o objetivo de revelar casos desse tipo de tráfico. A seleção das notícias não cumpriu o mesmo padrão em toda a região, pois sofreu influências tanto da acessibilidade aos jornais e da quantidade de periódicos existentes em cada Estado, quanto da forma como o tema é abordado. Por exemplo: a maioria dos jornais não identifica casos de tráfico interno, como se verá adiante. Isso, certamente, dificultou a seleção das notícias e a relação entre os dois problemas “tráfico de seres humanos” e “exploração sexual”.

Foram consideradas para as análises as notícias que apresentam elementos que

permitem identificar de alguma forma o tráfico de seres humanos. As matérias veiculadas que não abordaram casos específicos de tráfico, mas que oferecem alguma possibilidade de análise ou enfoque sobre o tema foram aglutinadas em um bloco de notícias “para ajudar a entender”, tornando-se fonte de informação e estão anexadas no dossiê de mídia.

Sendo assim, no estado de Mato Grosso do Sul foram consideradas, para a pesquisa, 15 notícias veiculadas em 7 diferentes jornais, relativas aos anos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001. Em Mato Grosso, foram encontradas quatro notícias em dois jornais, nos anos de 1996, 1997 e 2002. No Distrito Federal, a pesquisa de mídia foi realizada na biblioteca do Congresso Nacional e foram encontradas quatro notícias em dois jornais, ainda que no jornal *Correio Braziliense* tenham sido observadas as notícias nos anos de 1996 a 2001, com o objetivo de buscar casos sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para exploração sexual.

Em Goiás, o levantamento na mídia impressa foi realizado no Jornal *O Popular*, referente aos anos de 1996, 2000 e 2001. *O Popular* foi escolhido como fonte de pesquisa, pelo fato de ser o de maior circulação no estado e, também, pelo tempo exíguo que não possibilitaria pesquisar em outros jornais. O local de pesquisa foi a Biblioteca da Universidade Católica de Goiás. Posteriormente, foi possível o acesso aos recortes de jornais que fazem parte do acervo do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil, bem como, de parte do dossiê de Simone Borges, traficada para a Espanha, que lá faleceu. Esse dossiê foi organizado por seu pai e repassado ao Fórum. Todas as reportagens que caracterizavam tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, segundo definição da Pesquisa, foram fotocopiadas e analisadas conforme o Instrumental de Pesquisa Jornalística e repassado pela Coordenação Nacional. A repercussão nacional e internacional do caso Simone²⁸ e, a posterior cobertura feita pelo *O Popular*, do tráfico internacional justificam a maior quantidade de matérias veiculadas nesse jornal, detectada por essa pesquisa.

4.2.1 - A categorização das notícias

Para utilizar o potencial das informações coletadas pela mídia impressa na construção e

²⁸ O caso Simone Borges – uma goiana traficada e morta em 1996, em Bilbao na Espanha, as circunstâncias de sua morte não foram devidamente esclarecidas, deflagrando um amplo debate nacional sobre o tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual.

entendimento do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual como um fenômeno importante na região Centro-Oeste, foi necessário criar um novo instrumento de análise das notícias. No decorrer da pesquisa, a equipe percebeu que faltava uma “lente” que permitisse enxergar de forma mais apurada o objeto pesquisado e que permitisse

responder questões como: por que o tráfico interno não aparece nas notícias? De que forma ele é noticiado? Por que o tráfico internacional tornou-se objeto de uma série de reportagens quatro anos depois da morte da goiana Simone Borges? Existe alguma relação entre os casos noticiados e os casos apurados? Por que a região Centro-Oeste e, mais especificamente o estado de Goiás, desponta como rota do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual? Como se constitui uma rota do tráfico interno e internacional de seres humanos? Há alguma relação entre o tráfico interno e o internacional?

Com base nessas questões, foi elaborado um roteiro para releitura das notícias com as seguintes categorias:

1. Estado pesquisado;
2. Jornal pesquisado e data
3. Identificação do caso ou nome da vítima e idade
4. Acusados (as)
5. Origem do tráfico (estado ou município)
6. Rota do tráfico
7. Outros municípios ou estados citados
8. Locais que dão suporte ao tráfico
9. Instituições (atores) que acompanharam o caso
10. Tipificação do caso pelo jornal
11. Situação caracterizadora do tráfico
12. Ações de combate e punição
13. Conseqüências das ações de combate e punição

Essa categorização permitiu uma leitura das notícias de forma mais objetiva e

padronizada. É importante lembrar que o instrumento foi pré-testado com uma aplicação aleatória em algumas notícias e sofreu, no decorrer das análises, modificações até chegar nesse formato final. Com isso, foi possível encontrar indícios importantes para o entendimento do fenômeno e para suportar a análise que se segue.

Ponto nevrálgico na análise dos dados apresentados pela imprensa é a visão moralista da prostituição que pode confundir o fenômeno. Essa visão se reflete na linguagem adotada pela mídia que usa expressões como: “ganho fácil”, “free lancer”, “damas do asfalto” - para caracterizar profissionais do sexo; e “empresários do corpo” (para caracterizar cáftens e cafetinas e rufiões). Esse parece um fio de navalha. Ao buscar a compreensão e o combate do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, corre-se o risco de se cometer uma condenação moral dos trabalhadores do sexo, como afirma Neto:

Há por exemplo, o risco de sob o manto da repressão ao tráfico para fins sexuais, se provocar uma verdadeira “caça às bruxas”, uma perseguição aos trabalhadores-do-sexo indiscriminadamente. Há o risco de se justificar discursos e práticas moralista-conservadores, a respeito da liberdade sexual das mulheres (em relação à criança e ao adolescente o risco é bem menor). E de provocar uma repressão maior à livre circulação dos homens e mulheres por um mundo cada vez mais globalizado (em relação à emigração dos povos de países de economias periféricas)²⁹.

Outros elementos complexos nessa relação não podem ser desprezados: um deles é o direito de ir e vir dos profissionais do sexo. Outro é o reconhecimento da prostituição como profissão que mereça regulamentação e garantias de direitos — o que já ocorre na Europa, no Japão e que torna esses profissionais menos vulneráveis ao tráfico, à exploração e à discriminação. Visto sob outro ângulo, seria o caso de perguntar qual a relação existente entre a ausência de um reconhecimento profissional e a vulnerabilidade das profissionais do sexo ao tráfico.

Uma coisa é exercer a função de profissional do sexo, outra é a condição de traficada que faz essa profissional perder todos os seus direitos de cidadania e a possibilidade de retornar ao seu país ou à sua cidade de origem.

É preciso refletir, também, se a vinculação direta entre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e prostituição, não impediria enxergar melhor os casos em que o aliciamento ocorre com mulheres que não são profissionais do sexo e que seriam aliciadas mediante “contrato” fraudulento.

²⁹ Nogueira Neto, Wanderlino. Dimensão Jurídico-Social: Análise hermenêutica da normativa vigente, nacional e internacionalmente e indicativos de ação política. Pesquisa Cecria, 2001. (mimeo)

4.3 - A visibilidade do tráfico internacional x invisibilidade do tráfico interno

Há um esforço e uma ação política articulados para a definição sociológica e jurídica do tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual e não se pode negar que isso não se dá com a mesma intensidade em relação ao tráfico interno de pessoas³⁰. A partir dessa consideração, pode-se afirmar que os casos noticiados pela mídia impressa revelam essa diferença. De acordo com o quadro abaixo, é evidente a visibilidade do tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual, nos jornais da região Centro-Oeste pesquisados. Das 55³¹ notícias consideradas para essa análise, 41 se referem ao Tráfico Internacional e assim o tipificam, as 14 notícias que foram consideradas como possíveis casos de tráfico interno sofrem outras tipificações, de acordo com o Quadro 6:

Quadro 6: Demonstrativo das Notícias Pesquisadas por tipificação

Sobre tráfico internacional	41
Com outras tipificações	14
Total	55

Fonte: Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual - Região Centro-Oeste

É importante destacar que os casos noticiados sobre tráfico internacional são tipificados como tal, seja nas manchetes ou no corpo das notícias. Das 41 notícias sobre tráfico internacional, apenas uma não se refere nominalmente ao tráfico internacional, mas se refere a um caso de “sumiço na Espanha”. Pode-se afirmar, portanto, que a mídia estabelece uma relação direta entre a notícia e a tipificação do caso como tráfico internacional. A hipótese primeira para que isso ocorra é o fato de existir uma definição jurídica sobre o tráfico internacional e uma atuação articulada internacionalmente de combate ao tráfico que envolve a Interpol, a ONU, consulados, Polícia Federal e vários outros organismos (ver planilha de leitura das notícias).

Sendo assim, o fenômeno já existe conceitualmente; há formas e estratégias para a sua identificação - ainda que seja insuficiente para coibir a sua prática - e decisão política para impedir o tráfico e punir os acusados. Isso, sem dúvida, pauta a cobertura e o

³⁰ Ver Nogueira Neto, Wanderlino. Dimensão Jurídico-Social: Análise hemenêutica da normativa vigente, nacional e internacionalmente e indicativos de ação política. Pesquisa Cecria, 2001. (mimeo)

³¹ É preciso considerar que essas 55 notícias não são referentes a 55 casos diferentes, pois um mesmo caso pode ter sido notícia em vários jornais, e, ainda, ter sofrido desdobramento em outras matérias.

discurso da imprensa. Notícias sobre tráfico internacional aparecem nos jornais em três dos quatro estados da região. Apenas no estado de Mato Grosso não foram encontradas (no período e jornais pesquisados) notícias de tráfico internacional de seres humanos. Talvez isso seja reflexo do método de coleta das notícias ou, ainda, reflita uma ausência de sensibilização da mídia matogrossense para o fenômeno, o que deve, se for constatada a consistência dessa hipótese, exigir ações nesse sentido. E o maior número de notícias publicadas ocorreu em Goiás, o que se deve necessariamente, como já foi dito, pela repercussão internacional do caso Simone Borges.

4.3.1 - O caso Simone Borges

A morte de Simone Borges em Bilbao, na Espanha, em 1996, em circunstâncias até hoje não esclarecidas, desencadeou um movimento importante de combate ao tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual. A perseverança de seus pais para garantir o traslado do corpo, para garantir uma investigação consistente sobre sua morte, envolvendo organismos nacionais e internacionais, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e, também, a imprensa, permitiu a visibilidade do fenômeno na região e no Brasil.

Simone foi traficada em janeiro de 1996 e faleceu em abril do mesmo ano, primeiramente sob suspeita de ter sido vítima de tuberculose, mas nunca se descartou a possibilidade de ter sido assassinada para não revelar os bastidores do tráfico, já que ela estava lutando para voltar ao Brasil. Sua morte envolve muitas suspeitas e hipóteses e as notícias veiculadas no Brasil e na Espanha (ver dossiê de imprensa de Simone Borges) dão conta das contradições do caso; revelam a capilaridade e força do tráfico e, principalmente, revelam a crueldade a que são submetidas as mulheres traficadas. O dossiê de imprensa do caso Simone Borges, organizado por sua família, oferece vários elementos para apuração desse caso e, principalmente, encontrar elementos que ajudem a montar o quebra-cabeças do tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual.

4.3.2 - Tráfico interno, uma categoria a ser construída na mídia

Ao contrário do tráfico internacional, o grande desafio da pesquisa foi identificar os casos de tráfico interno de seres humanos para fins de exploração sexual. Com a

dificuldade de encontrar as notícias de tais casos na mídia de toda a região é que se despertou para a necessidade de reorientar a leitura das notícias através de um instrumento capaz de captar esse fenômeno. Quando se detectou essa necessidade, as notícias já estavam selecionadas e resolveu-se trabalhar com o material que já estava em mãos. Portanto, a leitura foi realizada sobre as notícias já selecionadas e o instrumento não interferiu no seu processo de seleção. Com isso, com base nas categorias 10 (como o jornal tipifica o caso) e 11 (quais os indícios na notícia podem ser relacionados ao tráfico interno) do roteiro de análise da notícia, percebeu-se que as notícias sobre tráfico interno poderiam receber outra caracterização na notícia e não se revelar como tráfico. Sendo assim, foram consideradas as 14 notícias que não se referiam diretamente ao tráfico que foram tipificadas nos jornais, de acordo com o Quadro 7:

Quadro 7: Tipificações do tráfico interno na notícia

Prostituição infantil
Turismo sexual
Exploração de crianças e adolescentes
Zona de prostituição – “Damas do asfalto”
Favorecimento à prostituição

Ao ler as notícias perguntando sobre os indícios que poderiam caracterizar o tráfico interno, foi possível aproximar o caso noticiado com o fenômeno do tráfico interno (ver roteiro de leitura das notícias em anexo). Por exemplo: Uma notícia publicada em jornal local de Mato Grosso do Sul classifica o caso como prostituição infantil, mas evidencia o intercâmbio municipal (transporte), aliciamento e coação para utilização de documentos falsos, bem como ameaças de morte e cárcere. No entendimento dessa pesquisa, esse é um caso de tráfico interno para fins de exploração sexual, mas está caracterizado como prostituição infantil na notícia.

Merece destaque o estabelecimento de uma relação entre tráfico interno e lista de desaparecimento feita em uma notícia publicada pela Folha do Estado (MT)³², que a partir de uma lista de 15 adolescentes de 12 a 17 anos desaparecidas estabeleceu-se a relação entre exploração sexual, rufianismo, ameaça de morte, agenciamento e transporte. Olhar o volume de desaparecimentos na região e relacioná-los ao tráfico interno e internacional de seres humanos para fins de exploração sexual pode ser um elemento novo apresentado pelas notícias nos jornais e, talvez, pouco utilizado para o

³² Folha do Estado (MT), 21/02/2002.

entendimento do fenômeno.

Outro dado que também deve ser observado com especial cuidado é se a presença de “barcos-boates” na região de fronteiras (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) não viria a se configurar como suporte para o tráfico interno. No entendimento da pesquisa, a notícia publicada por *Primeira Hora Pantanal(MS)*, em 13 de setembro de 1999, sobre o “estouro” de um “barco-boate” pode caracterizar tráfico interno com as seguintes argumentações: houve deslocamento das adolescentes; o “barco-boate” impede o deslocamento voluntário das adolescentes que poderiam estar submetidas a uma espécie de cárcere privado e, por fim, a questão fronteiriça aparece de forma confusa, sendo o meio do rio um “território” sem lei, sem pátria. Casos como esses devem ser olhados com especial atenção e relacionados ao tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual.

Quanto à relação entre tráfico interno e internacional a partir das rotas fornecidas pelas notícias, percebe-se que não há diferença significativa entre ambos. Os grandes centros da região (Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Brasília) e do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul) constituem passagem obrigatória do tráfico de seres humanos.

Nas regiões fronteiriças, sobretudo em Mato Grosso do Sul, é possível verificar o fluxo do tráfico interno como ponto de partida para o internacional, pelas facilidades oferecidas pelas fronteiras. Mas ainda é preciso perguntar se nesse emaranhado de rotas, o tráfico interno pode funcionar como um aparato para o tráfico internacional.

Através da planilha de leitura das notícias pôde-se perceber outros elementos importantes que possibilitam uma comparação entre o tráfico interno e o internacional. As notícias revelam que quando se trata desse último, necessariamente há ações policial e jurídica contínuas tais como abertura de inquéritos, investigações, prisões etc. Quando se trata de tráfico interno (geralmente envolvendo crianças e adolescentes), não necessariamente há uma ação policial. Nesses casos, a fonte da denúncia muitas vezes é a comunidade e não ocorre em função de uma ação policial. Ou então, quando há, a ação policial não gera continuidade de apuração. Há um certo desleixo³³ no acompanhamento dos casos. Isso significa afirmar que a ausência de uma caracterização

³³ Uma pesquisa mais consistente pode revelar também a relação entre o aparato policial e as casas que dão suporte ao tráfico interno; se haveria uma conivência da polícia com esse tipo de crime; e, também, se quando a sociedade civil acompanha a caso, modifica o tipo de atuação policial.

do tráfico interno pode ser um impedimento para a atuação policial e para a geração de aparatos para coibir tais crimes.

Mas a ausência de uma definição do fenômeno “tráfico interno de pessoas para exploração sexual” reflete, principalmente, no fato de a sociedade civil organizada não ter instrumentos para cobrar políticas públicas. Para um fenômeno existir ele precisa ser nomeado, identificado, construído sociologicamente. Dito de outra forma, aquilo que não tem visibilidade é como se não existisse na chamada sociedade da informação. Na sociedade contemporânea, a mídia é um locus privilegiado para criação e disputa de conceitos, de expressão das contradições e deve ser objeto de ações políticas articuladas. E na sua ausência, a mídia o fará (e faz) com os conceitos que têm, pois seu objetivo é principalmente produzir e fazer circular a notícia como uma mercadoria de fluxo rápido, vendável e efêmero³⁴. Com isso, a notícia pode se revelar como produtora de mais uma forma de violência, ao mesmo tempo em que é vista como instrumento para o seu combate³⁵.

O resultado dessa leitura remete à necessidade de uma nova pesquisa de mídia com um olhar mais direcionado ao tráfico interno para fins de exploração sexual que sofre outra denominação. Ou seja, é necessário construir essa categoria em todos os âmbitos para que a sua visibilidade ocorra de forma adequada a propiciar formas de seu combate. Uma questão importante para nortear a construção dessa categoria seria a investigação de uma possível relação entre o tráfico interno com o tráfico internacional, sobretudo se se considerar a hipótese de que o primeiro poderia vir a ser a primeira porta para o segundo.

4.4 - O tráfico de seres humanos e as questões de gênero, raça/etnia, geração e classe nas notícias

A mirada sobre o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual necessita de uma reflexão sobre os elementos sócio-culturais que o constituem. Se as mulheres, crianças e adolescentes (a maioria absoluta meninas) são os sujeitos vulneráveis a esse tipo de tráfico, pensar a constituição desse crime a partir das relações de gênero, classe e etnia permite encontrar subsídios não só para o seu combate, mas para entender a configuração desse tipo de violência. A primeira vulnerabilidade desses sujeitos, sem

³⁴ Walter Benjamin.

³⁵ Lima, Angelita P. A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia, 2001. (mimeo)

dúvida, diz respeito à condição de classe social (baixa renda³⁶)²⁹ que está aliada à baixa escolaridade e baixa auto-estima³⁷³⁰. Quando relacionadas às questões de gênero, isto é, ao modo como a mulher é posta na sociedade e à questão geracional (as relações de poder e de hierarquia entre as diferentes gerações) essas vulnerabilidades se potencializam, constituindo um caminho fértil para o tráfico, assim como para outras formas violência de gênero que ocorrem contra as mulheres e meninas-mulheres.

Gênero é uma categoria de análise introduzida nos estudos e pesquisas acadêmicos³⁸³¹ com objetivo de oferecer uma nova forma de pensar as relações humanas. A princípio essa categoria foi confundida com a categoria mulher, porque se originou na luta pelos direitos iguais das mulheres. Mas a categoria gênero se caracteriza muito mais por revelar a diferença sexual como produtora (no campo simbólico e nas relações sociais) de desigualdades sociais e determinante nas formas como se relacionam homens e mulheres; mulheres e mulheres; homens e homens.

O conceito de gênero toma, então, como ponto de partida a refutação do determinismo biológico no que se refere à definição dos papéis sociais e de identidades. Busca a “desnaturalização” da mulher enquanto pertencente ao eterno feminino, e em contrapartida, o homem como o eterno masculino. Gênero revela, ainda, que essas são construções dadas pelas condições históricas, ao mesmo tempo em que são “naturalizadas” e vivenciadas como tais. Isso significa que as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, são determinadas histórica e culturalmente, embora sejam baseadas, ao mesmo tempo, em papéis normatizados e tidos como “naturais” de cada sexo.

Gênero trata de relações hierárquicas com dimensões políticas e de poder, de acordo com Scott (1995). Gênero articula, ainda, a condição biológica, a identidade psíquica e a cultura (Lamas, 1999); articula valores e vontades, de um lado, e desejos e o

³⁶ O que não significa necessariamente que não haja casos de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual que envolva sujeitos de classe social mais abastadas. No entanto, não há nenhuma notícia que dê conta de um caso assim. O que nos leva a inferir que esse é um tipo de violência cometido contra as mulheres, crianças e os adolescentes pertencentes às classes populares, isto é, trata-se de uma violência de classe.

³⁷ As notícias não informam sobre as condições reais desses sujeitos, a relação entre baixa escolaridade é feita mediante inferência, o que se constitui um risco de distorção do fato, principalmente quando a fonte é a mídia. Seria necessário um estudo mais apurado para relacionar os processos de socialização das vítimas quanto ao trabalho, à escolaridade, à religiosidade para se encontrar uma mediação mais segura entre essas categorias.

³⁸ A presença de feministas em pesquisas acadêmicas é a grande responsável pela legitimação dessa categoria de análise.

“impensado”, de outro (Machado e Magalhães, 1999). E, por fim, é necessário dizer que os valores de gênero são transversais às classes sociais, às questões de raça/etnia e de geração.

Ao se refletir sobre o tráfico de pessoas com base nesse conceito e das vulnerabilidades de gênero é preciso entender a presença das mulheres como principais vítimas e como agentes do tráfico (aliciadoras, cafetinas). Chauí (1985) analisa a hipótese de que a condição de gênero faz da mulher um sujeito cúmplice para “*receber e praticar violências*” (p. 47), e isso se relaciona ao modo como, na sociedade moderna, elas são postas como sujeitos.

De acordo com a autora, as mulheres constituem-se pela heteronomia³⁹, isto é, são seres para os outros, dependentes subjetiva e afetivamente, originariamente definidas como esposas, mães e filhas, nas posições (papéis) relacionadas à família.

Dessa condição, diz a autora, decorrem as dependências econômica, política, cultural, bem como a legitimação da condição da mulher na sociedade. E para os homens, ao contrário, a posição familiar (marido, pai e filho) é apenas um acontecimento, pois o seu lugar de definição é o espaço público e não a o espaço privado e a paternidade. O corpo que engravida, então, cai na armadilha biológica que o vincula “naturalmente” às características femininas como a fragilidade e a sensibilidade. Essas características são, para Chauí, propiciadoras da violência de gênero, e possuem menor valor social quando comparadas ao seu par masculino: força e inteligência. Essas últimas são “naturalmente” tomadas como valores identitários do ser homem. Ainda que seja ilusória a relação direta entre masculino/homem e feminino/mulher — por que não existem homens e nem mulheres que atendam perfeitamente ao padrão masculino ou feminino -, são essas as referências que formam as identidades e os valores na nossa sociedade.

Uma vulnerabilidade comum à maioria das mulheres traficadas é o fato de serem mães (geralmente responsáveis sozinhas pelo sustento do filho). É por via da heteronomia que uma mulher pode justificar sua escolha: “pelo meu filho faço qualquer coisa” e tornar-se vítima (ou “aceitar” a condição de vitimizada) de fraude para aumentar sua renda e melhorar as perspectivas de vida em outro país, ou em outra cidade/estado. É possível,

³⁹ A definição de heteronomia está diretamente ligada à autonomia que, segundo Chauí, é a liberdade, que é “aptidão para transformar os dados brutos de nossa experiência em reflexão sobre sua origem e para lhes dar um sentido novo” (Chauí, 1985:36). Nesse sentido, heteronomia seria a ausência dessa liberdade.

sob essa ótica, supor que é, também, por via da heteronomia que outra mulher se torna uma das principais agentes dessa violência. Ela também foi preparada para considerar “natural” essa condição de mulher, ou pelo menos sabe que, em geral, as mulheres se vulnerabilizam por essa via.

É claro que isso se articula com interesses de quadrilhas e com a situação econômica, mas não se pode negar a existência de uma cultura que produz a vítima e a vitimizadora, num processo constante de vitimização das mulheres e de perda de possibilidade de sua ação como sujeito autônomo.

A vitimização é uma forma de manter o caldo cultural de reprodução da condição da mulher como sujeito vulnerável à violência de gênero. Como afirma Chauí (1999),

“a vitimização faz com que o agir ou a ação fiquem concentrados nas mãos dos não-sofredores, das não-vítimas que devem trazer, de fora, a justiça para os injustiçados. Estes, portanto, perderam a condição de sujeitos éticos para se tornar objetos de nossa compaixão e, conseqüentemente, para que os não-sofredores possam ser éticos é preciso duas violências: a primeira, factual, é a existência das vítimas; a segunda, o tratamento do outro como vítima sofredora passiva e inerte” (p. 5-3).

Para o combate ao tráfico de seres humanos é preciso, além de todo o aparato jurídico e policial, mudar a cultura e os valores de gênero que aprisionam as mulheres no lugar de sujeito não- autônomo e de vítima.

É o corpo da mulher, também, que cai em outra armadilha da heteronomia: o reconhecimento e afirmação do ser mulher pela “beleza” e pelo exercício do poder através da artimanha e da sedução. Destituídas do chamado poder masculino as mulheres aprendem (são ensinadas) a exercer o poder pela via da heteronomia, isto é, por meio da satisfação do desejo do outro. Nessa lógica, o desejo da mulher passa a ser a satisfação do desejo do outro, ou seja, quanto mais seu corpo ou suas ações puderem satisfazer o outro, mais ela se confirmar nesse tipo de poder.

E o que isso tem a ver com a nossa pesquisa? O enfoque da heteronomia permite observar que a valorização da chamada beleza latina⁴⁰ pelos europeus se traduz como um forte apelo explicativo para o tráfico e prostituição de brasileiras. Isso pode ser visto sob dois aspectos: o primeiro deles é que se trata de um apelo às mulheres que condiz com posição de heteronomia, o que gera a ilusão da afirmação das mulheres como pessoas que possuem o poder da sedução.

⁴⁰ O senso comum estabelece uma relação direta entre o fato de Goiás liderar o ranking do tráfico de mulheres para a Europa e a chamada beleza das mulheres goianas.

O segundo é que esse apelo pode camuflar, na verdade, a preferência não à “beleza” tropical, mas à condição submissa das mulheres latinas, potencializada pela vulnerabilidade de gênero, pela pobreza, pela baixa escolaridade, pela baixa auto-estima, pela relação de poder entre as nações, pela clandestinidade e, no caso das profissionais do sexo, pela ausência de uma legislação trabalhista que garanta seus direitos. Nesse caso, a submissão sexual é desejada pelos consumidores e tem custos menores. Portanto, gera lucro. Justifica o tráfico.

A combinação desses fatores revela a complexidade do fenômeno do tráfico que a mídia não consegue dar visibilidade. Ao contrário, o discurso midiático sobre o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual é marcado pelos valores de gênero constituídos na sociedade, pelo preconceito aos profissionais de sexo e à vinculação à condição de classe social. Nesse sentido, a notícia de certa forma reforça a condição de vítima e os valores de gênero que aprisionam as mulheres no eterno feminino.⁴¹

⁴¹ Sobre isso, ver Lima, Angelita Pereira: A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia. Dissertação de mestrado, 2001. (mimeo).

5.PROSTITUIÇÃO, MARGINALIDADE E HISTÓRIAS DE VIDA

Veralúcia Pinheiro

Ainda é cedo amor mal começaste a conhecer a vida, já anuncias a hora de partida sem saber mesmo o rumo que irás tomar, (...) em cada esquina cai um pouco a tua vida, em pouco tempo não serás mais quem tu es...

(...) O mundo é um moinho, vai triturar teus sonhos tão mesquinhos, vai reduzir as ilusões a pó, preste atenção, querida de cada amor tu herdarás só o sinismo, quando notares estarás à beira do abismo, abismo que cavaste com teus pés... (Cartola).

Do ponto de vista do senso comum e, talvez, não apenas dele, a abordagem do tema “prostituição” encontra-se vinculada ao submundo, aos lugares povoados por diferentes personagens e às mulheres que, de início são bonitas e jovens, mas, muito rapidamente, decaem, tornam-se doentes e infelizes. Nesse mundo, onde não há lugar para justiça, solidariedade e amizade, transitam indivíduos conhecidos como cáptens e cafetinas, que são pessoas cruéis, capazes de atitudes sórdidas por dinheiro. O presente trabalho⁴² analisa dados da “*Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial* através da narração de nove personagens⁴³ do centro-oeste (Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) envolvidos de alguma forma com a prostituição: os pais de Juliana,⁴⁴ uma mulher de 25 anos, que morreu na Espanha onde morava e exercia atividades de prostituição; Fernanda, de 27 anos, ex-prostituta, agora uma mulher casada que mora na Espanha e veio ao Brasil buscar a filha; João, caminhoneiro, cujas viagens por todo o Brasil o credenciam a falar sobre prostituição e tráfico de meninas; Pedro, cuja sobrinha de 22 anos atualmente mora na Suíça e, provavelmente, ainda se prostitui.

As cinco últimas garotas citadas neste trabalho (Mariana, Sara, Michele, Ana e Rafaela) todas ainda se encontravam na atividade da prostituição no período de realização das entrevistas.

Com base nos depoimentos realizados, pretende-se recompor parte dessas histórias e discutir as questões relacionadas à prostituição que parece estar vinculada à necessidade de sobrevivência no contexto de um violento processo de exclusão social.

Pretende-se, ainda, estabelecer um diálogo entre os dados coletados e os autores que tratam da prostituição, dos valores e da violência, categorias que muitas vezes se

⁴² Os dados apresentados foram fornecidos pelas Equipes de Pesquisadores da Região Centro-Oeste.

⁴³ As entrevistas foram realizadas com os seguintes indivíduos: Pais de Juliana – Sr. Luiz e D. Mara (Goiás); Fernanda (Goiás); João – Caminhoneiro (Goiás); Pedro (Goiás); Sara (Mato Grosso); Mariana (Mato Grosso do Sul); Michele, Ana e Rafaela (Distrito Federal).

⁴⁴ Os nomes são fictícios.

entrelaçam ou se confundem:

“Era nossa filha adotiva, foi adotada quando bebê, de uma mulher que morava na “zona” em Nerópolis. Estava no ponto de ônibus, vi aquele bebê com a cabeça toda cheia de feridas, me ofereci então para cuidar da menina até que as feridas sarassem. Ela aceitou, a partir desse momento eu e minha mulher passamos a cuidar da Juliana. Quarenta dias depois, a mãe biológica voltou, viu que a menina estava bem cuidada, disse que era muito difícil para ela criar a filha, pois morava em um prostíbulo e a “Dona” não queria criança lá. Então, ela resolveu doá-la, registramos ela como nossa filha e pronto (pai de Juliana)”.

Quando fala da filha, o Sr. Luiz parece reconstruir, com imagens de hoje, as experiências do passado, pois, de acordo com Bosi (1995:55), a memória é algo que o indivíduo possui de forma dependente de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com os grupos sociais de convívio. Dessa forma, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão à disposição do indivíduo, no conjunto de representações que povoam sua consciência atual. Portanto, a lembrança de um fato antigo não é a mesma imagem experimentada no passado, porque a visão de mundo das pessoas se modifica e, com ela, suas idéias e valores. O fato de alguém recordar o passado no presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Na história de vida de Juliana, o passado (quando foi adotada) e o tempo em que se envolveu com prostituição através das “aliciadoras” guardam semelhanças. Seus pais adotivos permanecem em silêncio, não relacionam tais fatos. Talvez porque a verdadeira família de Juliana nada tenha a ver com as atividades de prostituição que sua mãe biológica exercia, entretanto não é possível “esquecer” a origem dessa história. Em relação à lembrança de fatos não mencionados, Pollak (1987:7) ressalta que nas lembranças de uns e de outros existem zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são estanques e estão em contínuo deslocamento:

“Depois que Juliana ficou adulta, já tinha um filho, apareceu essa mulher querendo levá-la para a Espanha. Mas a intenção dela era trabalhar e fazer alguma coisa pelo filho, pois ela tinha um namorado, planejavam casar, precisavam comprar as coisas de casa. Então ela resolveu viajar para a Espanha, pretendia ficar um ano, pois seu namorado também iria para os Estados Unidos trabalhar durante um ano, só assim os dois poderiam voltar e casar.”

Para os pais de Juliana, ela foi ludibriada pelas cafetinas e viajou para a Espanha acreditando que iria lavar pratos em um restaurante, na cidade de Bilbao. Somente quando desembarcou, tomou conhecimento de que precisaria se prostituir para, inclusive, pagar as dívidas contraídas com a viagem. Entretanto, seus pais estabeleceram em relação à condição da filha uma fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, pois, em se tratando de cultura, de valores e de sentimentos, não se pode esperar dos indivíduos uma racionalidade totalmente desvinculada da emoção.

Para Fernanda, as recordações também são difíceis, pois sua viagem para a Espanha aconteceu com o total consentimento e, inclusive, o incentivo da mãe. Quando evoca o período em que trabalhou no “clube”, afloram mágoas e ressentimentos que, certamente, ela gostaria que fossem esquecidos:

“No início eu não queria ir. Quando Lúcia (aliciadora) fez a proposta de ir para a Espanha fazer programas no Clube fiquei com medo. Apesar de trabalhar em uma casa de massagem aqui, sabia que era diferente, casa de massagem é outra coisa... Mas quando ela disse para minha mãe que lá eu ganharia R\$ 4.000,00 por semana, minha mãe ficou louca, começou a dizer que eu deveria ir, porque aqui eu não ganharia nunca essa quantia... Então, pra dizer a verdade, foi ela quem forçou pra eu ir....” (Fernanda).

Nesse sentido, a narração de Fernanda está em sintonia com as formulações teóricas de Suárez e Bandeira (1999:21), quando as autoras relacionam o exercício da violência às questões sócio-econômicas e procuram suas raízes na estrutura de poder econômico e político. Para elas, a desigualdade social, a irredutibilidade das diferenças, o exercício abusivo do poder, a pobreza e a miséria jogam um papel explicativo fundamental em uma macroanálise do todo distanciada da subjetividade, do indivíduo e das particularidades culturais. Portanto, as determinações sócio-econômicas desconcentram-se do plano do sujeito individual-emocional e centralizam-se no sujeito social, pertencente a um grupo, a um segmento social, a uma comunidade, a uma região.

Para Chauí (1999:29) existe uma densidade de história pessoal nas narrativas dos sujeitos. Assim, Fernanda, em sua narrativa, parece extrapolar a simples rememoração do passado, porque esquecer é morrer. Talvez por isso as lembranças permaneçam nítidas e abarquem, inclusive, práticas que antecederam a viagem para a Espanha:

Minha mãe sempre cobrou de mim coisas que nunca cobrou de meus irmãos. Para os meus irmãos ela sempre se sacrificou para dar as coisas. Quanto a mim ela dizia que meu marido quando eu tivesse um, que se virasse comigo (...) enquanto meus irmãos ela nunca deixou eles se virarem. Então, quando eu estava trabalhando, fazendo programas na Espanha, assim que acabei de pagar minha dívida e fugi dos “traficantes”, mandei dinheiro, uns R\$ 15.000,00 e ela simplesmente utilizou o dinheiro para ajudar meus irmãos. E, sempre que eu ligava, ela só fazia pedir mais dinheiro (...).

Ainda de acordo com Suárez e Bandeira (1999:22), na abordagem sócio-econômica são construídas as discursividades que mais discriminalizam a violência interpessoal e cotidiana, que se torna uma inconveniência tolerável decorrente da falta de meios de sobrevivência, de civilização e de justiça social. Entretanto é a partir dessa mesma abordagem que existe a perspectiva de superação dessa condição atual da mulher e as lutas em relação aos seus direitos associam a violência contra elas ao patriarcalismo ainda tão presente na sociedade.

Nessa pesquisa, as narrações dos sujeitos mostram que a violência cotidiana que atinge mulheres, crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, cuja compreensão exige diferentes abordagens. Especificamente em relação à mulher, para além do poder patriarcal, as explicações da violência de gênero possuem raízes nas concepções culturais dos indivíduos e dos grupos.

Guardadas as diferenças entre as peculiaridades que envolveram a viagem tanto de Juliana quanto de Fernanda, é possível perceber nas narrativas dos pais de Juliana traços, ainda que “abrandados”, da concepção patriarcal e dos condicionantes sócio-econômicos. Pode-se perceber, na narração do caminhoneiro João, que suas viagens, principalmente para o norte do Brasil, trouxeram-lhe experiências diversas com a prostituição, o tráfico e a violência. Sua fala é uma denuncia da barbárie que permeia as condições de vida de inúmeras meninas de diferentes lugares do país, meninas que são “vendidas” pelos próprios pais aos viajantes nos postos de gasolina de beira de estrada:

“Olha, vi muita coisa por esse Brasil a fora.... Em Redenção do Pará, por exemplo, tem um posto de gasolina, conhecido por “Posto dos Caminhoneiros”, lá, quando você chega, vem uma pessoa e pergunta - qual tipo de menina você quer, qual a idade que você prefere, o preço também já é combinado antes, geralmente são R\$ 15,00 sendo que R\$ 10,00 para a menina e R\$ 5,00 para o posto de gasolina que faz a intermediação. E o pior é que na maioria das vezes são os próprios pais que levam as filhas para se prostituir e a polícia também é conivente com a situação.”

Observa-se, nessa narrativa, como a questão da sobrevivência se sobrepõe à questão dos valores. Nessa perspectiva, é interessante a contribuição de Ribeiro & Ribeiro (1993:51) que compreendem os valores como componentes da essência humana: o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade — uma essência humana que não é estática, mas que está relacionada às possibilidades próprias das esferas da produção das relações de propriedade, da estrutura política da vida cotidiana, da moral, da ciência, da arte e contribui para o enriquecimento dos componentes da vida; desvalor seria tudo aquilo capaz de rebaixar ou inverter o desenvolvimento alcançado pela sociedade. Valor, portanto, é uma “categoria ontológica social” e, como tal, é objetiva, ou seja, possui objetividade social, mesmo que não independente das atividades dos homens, já que é a expressão resultante de relações e situações sociais.

Ainda de acordo com Ribeiro & Ribeiro (1993:62), a relação entre princípios e práticas tem a potencialidade de analisar a coexistência de valores de diferentes períodos e matrizes no interior das representações componentes de modelos culturais que buscam a legitimidade da sociedade. Dessa forma, existe um momento em que os valores perdem sua importância ou sua essencialidade, passando a existir apenas como possibilidades e princípios, ainda que em descontinuidade radical com as práticas e, ao mesmo tempo, sem relação de coerência e de funda contradição com elas.

É evidente que os pais que “vendem” suas filhas nos postos de gasolina não romperam com valores tradicionais, pois a virgindade, o casamento e a família que têm o homem como provedor continuam a existir como ideal; são as condições reais de sobrevivência que não fazem eco a esses valores:

“Fiquei grávida com 13 anos. Quando o bebê nasceu comecei a me envolver com drogas, minha mãe não suportou a situação e mudou para a casa da minha irmã com o meu bebê. Fui morar com uma mulher que tinha um bar e lá eu bebia com os homens todas as noites depois das 23 horas, ficava bêbada e saía com um homem que tinha uns 60 anos. Depois que fiz 15 anos, em 2000, passei a usar maconha para me anestésiar, assim ficava mais fácil transar, mais fácil de encarar a situação. Daí não parei mais de usar drogas, tudo que ganhava gastava com as drogas, via meu filho muito pouco e sempre amanhecia nas boates. No trabalho (programas), ia muito nas chalanas e descia o rio, fazia parte do “pacote turístico” do hotel, éramos umas 30 meninas entre 13 e 17 anos. Nesse trabalho, as

meninas são contratadas pelas boates e hotéis por uns R\$ 600,00 (seiscentos reais) por menina pagos para o dono da boate, do bar ou do hotel, e quem contratava a gente pagava de R\$ 100,00 a 150,00 para cada menina. A comissão que arrumava o pacote cobrava e passava o dinheiro para as meninas, tinha muita festa, bebida, empresários ricos vindos de Goiânia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. Uma vez fui para a Bolívia, em La Paz, através dos transportadores de madeira, éramos 5 garotas, 2 maiores e 3 menores, ficamos uns 4 dias e recebemos R\$ 800,00 (oitocentos reais). Durante este período não podíamos sair da boate, éramos vigiadas por um segurança que falava espanhol. Só pudemos voltar no dia marcado na carreta da transportadora de madeira. (Sara).”

Sara rompeu com todos os valores culturais de sua família, pois sendo sua mãe uma mulher *muito católica*, não conseguia compreender a situação, ou seja, a gravidez precoce da filha, seu posterior envolvimento com as drogas e com a prostituição eram para ela processos incoerentes. Contudo Horkheimer (1990:178) lembra que os indivíduos ou grupos agem sempre com base no caráter típico de seus membros, cuja formação ocorreu em conexão tanto com a evolução social anterior quanto com a atual. Esse caráter origina-se da atuação da totalidade das instituições sociais que funcionam de maneira específica para cada camada social. A produção material da vida influencia os homens não só de maneira direta, em seu próprio trabalho, mas também na forma como eles se situam dentro das instituições relativamente fixas, ou seja, daquelas que se transformam muito lentamente, como a família, a escola, a igreja, as instituições de arte. Dessa forma, para compreender o caráter estável de uma sociedade ou sua tendência à desagregação, é preciso conhecer não só a respectiva constituição psíquica dos homens nos diversos grupos sociais, como também a formação de seu caráter e suas conexões com todas as forças culturais da época.

Pedro não cultivava valores tradicionais, provavelmente em decorrência de sua condição de homossexual assumido desde a adolescência e, também, da militância política em partidos de esquerda e movimentos dos direitos dos homossexuais. Para ele, o aliciamento de mulheres para prostituição, tanto para trabalhar no Brasil quanto no exterior, é uma consequência do profundo processo de exclusão social existente no país:

“Minha sobrinha, Luciana, já estava envolvida com a prostituição antes de ir para a Suíça. O homem que organizou sua viagem foi assassinado faz algum tempo. O nome dele era “Neves”, ele levou Luciana e muitas outras garotas daqui. Dizem que sua morte foi uma vingança de um rapaz (travesti) que também foi para Europa se prostituir aliciado por ele, sofreu muito, voltou e o matou. Porém não

existem provas, são apenas boatos.... Quanto a Luciana, ela já estava na prostituição aqui em Goiânia quando viajou para a Suíça. Lá, ela continua... trabalha tanto na Suíça quanto na Itália, casou apenas para conseguir o visto, porém, continua na prostituição e ganha muito bem, pois sustenta toda a família aqui no Brasil.”

Enquanto os pais de Juliana não admitem que possuíam conhecimento prévio, tanto eles quanto a filha, das atividades que a garota exerceria na Europa, Pedro deixa claro que sua sobrinha foi para a Suíça ciente de que iria se prostituir. Admite, inclusive, o consentimento tácito da família que se beneficia, ainda hoje, dos rendimentos da moça na Europa, já que sua baixa escolaridade, e sua condição de mãe solteira a desqualificam para o mercado de trabalho formal.

É possível perceber, no presente estudo, as diferenças nas dinâmicas das várias famílias envolvidas e, ao mesmo tempo, as semelhanças quanto à posição que ocupam na sociedade de classe. Na família de Juliana, a presença dos valores religiosos aparecem ainda mais nitidamente:

“Ela estudou até a 7ª série. O último trabalho dela foi na Ótica Cristal, trabalhou também vendendo roupas, depois foi para Uberlândia-MG com outras senhoras entregando roupas sob encomenda. Era uma moça religiosa, participava do Grupo de Jovens da Igreja Católica, era também uma moça muito corajosa, pois mesmo vigiada na Espanha pelos “traficantes”, ela ligou e disse: mãe reza por mim, porque eu estou voltando, com dinheiro ou sem dinheiro eu estou voltando, não devo mais nada aqui, eu paguei toda minha dívida. Meu vôo está marcado para o dia 24 de abril. (mãe de Juliana).”

Juliana não voltou, dia 05 de abril faleceu em um Hospital de Bilbao, na Espanha. Sua família, especialmente o pai, fez o possível para que a filha não fosse enterrada na Espanha como indigente. Depois de idas e vindas aos órgãos públicos como embaixadas, Itamarati, Congresso Nacional, conseguiu que o corpo fosse enviado para Goiânia. Nessas idas e vindas, o pai de Juliana conheceu um pouco mais da história da filha e do tráfico de mulheres para prostituição na Europa:

“... Era mesmo uma máfia poderosa, era não, é, porque ninguém foi preso.... Nenhuma das brasileiras concorda em falar lá, com as autoridades de lá, qual delas teria coragem de falar como eram maltratadas, pisadas? Pagavam tudo, as despesas da viagem, tinham que comprar roupas para trabalhar, pagar o local onde ficavam, alimentação.... Minha filha disse que passou a comer só azeitona e miojo, era a única alimentação que ela tinha. Penso que ela morreu porque eles sabiam

que ela era a única dentre todas que teve coragem de denunciar como era o trabalho lá, de ligar e contar para a família. Quantas e quantas vezes eu tentei convencer uma dessas meninas que já voltou a depor e não consegui... porque os Espanhóis (do tráfico) essa raça! Eles colocam muito medo nelas, pois eles entram aqui a hora que querem e por isso elas morrem de medo...(pai de Juliana)”.

A discussão feita por Faleiros (1993:53) sobre o significado da ordem no Brasil que, na maioria das vezes, se sustenta na impunidade que, por sua vez, é a consolidação institucional da injustiça, corrobora o depoimento do pai de Juliana. Nesta ordem, os mandantes bem situados socialmente (policiais, políticos protegidos pelo sistema, jagunços, pistoleiros) não são nem sequer julgados pelos tribunais. Para o autor, a violência da ordem é, assim, um déficit de justiça e a luta pela justiça precisa considerar o combate ao arbítrio e o respeito a um padrão de direitos. Assim, o restabelecimento da justiça social implica, antes de tudo, o acesso à vida digna por parte da maioria da população.

Na experiência de Mariana, a violência e a injustiça tiveram origem na própria família, que não se constituiu como o “locus” de proteção ideologicamente convencional:

“... Minha mãe bebia muito, ela mandou matar meu pai no garimpo para ficar com outra pessoa e quando eu tinha 8 anos de idade ela me doou para uma família de classe média alta, mas aos 13 eu fugi... não me sentia bem naquela casa. Depois tive uma filha, e agora quero terminar o ensino fundamental e depois fazer o ensino médio para cursar faculdade de moda e construir uma casa para não pagar aluguel e oferecer conforto à minha filha. Trabalho como profissional do sexo, mas não gosto, tenho nojo do que faço, pois tenho que atender todos os clientes que procuram e muitas vezes ainda tenho que fingir que sinto prazer.... Antes deste trabalho, era funcionária de um Jornal, porém fui demitida e só me restou a prostituição...”

Todas essas mulheres se viram, desde muito cedo, diante da necessidade de trabalhar para ajudar a família. Esse processo se inicia com o abandono da escola, passa pela maternidade precoce e desemboca, fatalmente, na violência tanto moral quanto física que arrasta as adolescentes, de forma gradativa, para a prostituição:

“Conheci várias cafetinas e cáftens que levam garotas de programa para todos os lugares do Brasil, tenho várias amigas que saíram de Campo Grande para trabalhar em outras regiões do país, onde o programa é bem mais valorizado, o cliente paga até R\$ 500,00 pelo serviço. Mas muitas vezes a garota é enganada. Comigo aconteceu assim —Cibele, uma cafetina desconhecida que apareceu por aqui,

me convidou para ir para a Cidade de Bonito com a promessa de ganhar muito bem e que eu poderia voltar o dia que quisesse. Porém chegando até o local (Km21), numa boate que a dona havia mandado a passagem pelo guichê da rodoviária de Campo Grande, nada das promessas foram cumpridas. Lá toda a minha bagagem ficou presa, tomaram também meu celular e meu cartão de telefone. Trabalhavam neste local meninas de várias regiões do país. Durante o dia ficava presa e à noite precisava me arrumar para fazer programas e shows para os clientes. Havia ainda uma gerente que recepcionava as meninas e fazia as mudanças necessárias (cortava o cabelo, fazia as unhas e fazia revista para descobrir se havia alguma arma). Os quartos onde eu e as outras meninas dormíamos eram sujos e passávamos fome (Mariana).”

Para Arendt (1985:29), a violência se manifesta quando o poder está em processo de deterioração, perdendo sua legitimidade. Poder e violência, mesmo distintos, apresentam-se interligados. O terror é utilizado para dirigir e dominar quando o poder já se encontra destruído, sem legitimidade, e o indivíduo ou o grupo não renuncia, mas prossegue diante de sua própria falência. Sua eficácia depende, em grande parte, do grau de atomização social. Nesse sentido, a violência não possui um caráter individual, ao contrário, está presente nas relações sociais e políticas.

Assim, pode-se concluir que a violência exercida pelos grupos que controlam a prostituição no Brasil, encontra-se em sintonia com processos sociais institucionalizados e integra perfeitamente a ordem normatizada.

Michele, Ana e Rafaela trabalham no Distrito Federal, todas fazem programas, mas somente Ana passou pela experiência da prostituição internacional, pois esteve durante algum tempo na Espanha, em situação que pode ser caracterizada como tráfico:

“... Faz quase dois anos, um cara me sugeriu essa chance de ganhar dinheiro fora do país, então como eu já trabalhava como garota de programa e fazia shows em boates, para mim não seria difícil o trabalho na Espanha, e sempre estavam recrutando meninas e as brasileiras eram as mais procuradas. Ele então, me levou até uma mulher que estava hospedada num flat aqui em Brasília (...). Esta mulher arrumou tudo, me emprestou o dinheiro para viajar, e disse que a passagem que era uma cortesia... e depois não era cortesia coisa nenhuma, pois ao chegar lá eu vi o que era, tudo foi descontado, só aí fui desconfiando que não seria nenhum paraíso (...). Morava em uma casa perto de onde trabalhava, dividia o quarto com outras duas meninas, era uma “porralouquice”, muita droga, marginalidade, quem não se enquadrasse no esquema, sofria ou ficava louca, vi muitas meninas dançarem... vacilou a porrada comia... o cafetão de lá o “big boss”, não era nada bonzinho (...). A noite dançava, fazia strip-tease e atendia os clientes, não tinha tempo para outra coisa, meu sonho de conhecer a Europa ficou só no sonho. Quando eu

estava ficando doente, tive sorte pois conheci um brasileiro, que era alto funcionário do Fórum Filatélico e ajudou-me a vir embora.”

Para Leal (2001:2), as bases históricas do tráfico de seres humanos encontram-se nos sistemas produtivos e de valores. No caso da mercantilização do sexo, houve um crescimento proporcionado pelo mundo globalizado contemporâneo. Essa situação demonstra que o tráfico para fins sexuais é também resultado da relação contraditória entre mercado e Estado, pois enquanto o primeiro contribui para o aumento da miséria, o segundo exclui e discrimina, seja pela relação compensatória que busca resposta para esta contradição, seja pela própria fragilidade política e econômica dos Estados nações.

Ainda de acordo com Leal (2001:2), o caráter mercantil do tráfico humano está em processo de fortalecimento, dadas as condições de barbárie dos sujeitos submetidos a essa relação de violência. Houve uma expansão do tráfico de seres humanos no final do século XX numa dimensão similar ao que ocorreu no mercantilismo, envolvendo países como Brasil, África do Sul, América Latina e Caribe, Filipinas, Indonésia, China, Vietnã, Camboja, Laos, Tailândia, Sri-Lanka, Índia, Bangladesh, Nepal, Bruma, Oriente Médio e Leste Europeu. Para a autora, a escravidão, o tráfico, a venda de seres humanos são práticas que ocorrem desde a história antiga, medieval e colonial/mercantil e têm por objetivo o aumento da riqueza e do poder de impérios e nações.

Para Nogueira Neto (2001:3), a reversão desse quadro deve passar pela ênfase do enfoque na garantia de direitos, pois o pano de fundo penalista não tem essa preocupação, seu caráter ‘individualista e imediatista’ não pode contribuir para defender uma pessoa vulnerabilizada (ou em desvantagem social) contra seus agressores. Não deve ser acentuado seu papel de vítima, ao contrário, é preciso que a pessoa se torne não vulnerável, seja emancipada — na perspectiva de sujeito de direitos em contraponto a um mero objeto de tutela.

Dessa forma a repressão, num sentido puramente repressivo ao tráfico internacional, seria insuficiente. Conforme Nogueira Neto (2001:3), corre-se ainda o risco de, sob o manto da repressão ao tráfico para fins sexuais, ocorrer uma verdadeira ‘caça às bruxas’, em outras palavras, uma intensa perseguição às trabalhadoras do sexo através de discursos e práticas moralistas a respeito da liberdade sexual das mulheres, provocando uma repressão maior à livre circulação dos indivíduos por um mundo globalizado, especialmente em relação à emigração dos povos de países periféricos.

Para além das discussões sobre o destino das mulheres, crianças e adolescentes que embarcam para a Europa, é necessário deslocar as atenções para o destino das milhares de meninas pobres que se prostituem aqui mesmo ou que, simplesmente, não têm acesso a uma vida digna e sofrem todo tipo de violência incentivada pela impunidade que impede a garantia de direitos humanos fundamentais no Brasil. Não há muitos dados a respeito da temática da pesquisa, seriam necessárias maiores investigações, porém os altos índices de violência doméstica e o crescente processo de exclusão social parecem indicar que sofrem violência tanto as vítimas do tráfico internacional e nacional, quanto as demais mulheres, crianças e adolescentes que se encontram excluídas dos bens e serviços socialmente produzidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os caminhos percorridos pelas equipes de pesquisa, já descritos anteriormente, pode-se afirmar que a temática desta pesquisa tem dois encontros necessários: “encontro” com os dados oficiais e o “encontro” com a realidade que estava encoberta.

Ao buscar os casos de tráfico, verificou-se que a grande parte das organizações governamentais e não governamentais não registrou nenhuma ocorrência. Considera-se este fato como o primeiro dado importante. A não existência de registros sobre a problemática indica que esta não tem a visibilidade necessária que faça com que os órgãos oficializem a existência do crime de tráfico. Neste caso, sabe-se que a realidade não está suficientemente clara no sentido de exigir que o Estado cumpra o seu papel.

Segundo dados divulgados pela imprensa com base em relatório da ONU, o Brasil é considerado o maior exportador de mulheres da América do Sul e o terceiro do mundo, com uma estimativa de que existiam, em 2001, 75 mil brasileiras na condição de traficadas⁴⁵. E, particularmente, o estado de Goiás⁴⁶ (e a região Centro-Oeste) tem sido palco de atuação de aliciadores(as) e traficantes(as) e ponto central de uma rota que envolve municípios fronteiriços, o Distrito Federal ou municípios de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, ao ir ao encontro das mulheres, das redes familiares, percebe-se que há uma indução pela imprensa e até pelos órgãos oficiais de caracterizar que todas as mulheres que migraram e exercem a prostituição foram traficadas e isso não é verdadeiro.

Ao se observar as rotas do tráfico internacional e interno na região Centro-Oeste, disponibilizadas pela imprensa, ainda que de forma fragmentada, aparecem indícios da importância e do tamanho do aparato montado para seu suporte: hotéis, agências de turismo, casas de câmbio, boates, motéis, postos de combustível. Isso significa que a atuação de uma quadrilha de tráfico (sobretudo o internacional) conta com uma rede capilar sem a qual seriam impossíveis o aliciamento, o convencimento (das vítimas e até de suas famílias), bem como o transporte das traficadas. Esses suportes são, geralmente, o ponto de partida para uma denúncia ou para a ação policial.

Não se trata de uma problemática nova o tráfico de seres humanos, mas ganha

⁴⁵ Revista Cláudia, Fevereiro de 2001.

⁴⁶ Segundo dados do Ministério da Justiça (2001), divulgado no jornal *O Popular*, Goiás lidera o ranking do tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, seguido do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo.

dimensões de alto grau de complexidade a partir da globalização econômica, cultural e do acirramento das crises internacionais e dos fluxos migratórios sejam internos ou internacionais. Esses últimos, em sua maioria, são ilegais por razões de guerras, conflitos, disputas territoriais e empobrecimento do planeta. O tráfico de pessoas para exploração sexual transita, então, entre duas categorias diferentes: o tráfico e a exploração sexual. E agrega outros elementos como os aspectos jurídicos, relações diplomáticas, as relações de gênero, a violência de gênero, a vulnerabilidade das(os) profissionais do sexo, o tráfico de drogas.

O tráfico de seres humanos pode estar ligado ao roubo de órgãos para transplantes; ao trabalho escravo e não somente à exploração sexual. Pode, inclusive, combinar essas diferentes formas. A exploração sexual, por sua vez, nem sempre ocorre mediante o tráfico, isto é, ao transporte intermunicipal ou internacional, cárcere privado e ameaças.

A exploração sexual por meio do tráfico de seres humanos é que constituiu o objeto dessa pesquisa e a sua visibilidade pela mídia sofre reflexos dessa complexidade que, de certo modo, se traduz de forma fragmentada, moralista e desconectada ao cenário geral, como foi possível notar na maioria das notícias. Os casos não são percebidos num cenário mais complexo que a situação individual de cada mulher ou adolescente.

De qualquer maneira, os sujeitos mais vulneráveis a esse tipo de tráfico são mulheres, crianças e adolescentes, oriundos de família de baixa renda. Esse dado nos remete a quatro categorias importantes: gênero, geração, classe social e raça/etnia.

O tráfico de seres humanos noticiado pela mídia impressa da região Centro-Oeste é, sem sombra de dúvida, o tráfico internacional. Com grande visibilidade a partir da morte da goiana Simone Borges, em 1996, na Espanha, o tema voltou a ser abordado intensamente pela mídia a partir da realização do Primeiro Seminário Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos realizado no Brasil, em 2000.

Se a visibilidade do tráfico internacional é mais constante na mídia impressa, o tráfico interno inexistente nesses veículos. É o que constata essa primeira leitura das notícias. A exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como o turismo sexual, são categorias que aparentemente substituem, do ponto de vista das notícias, o tráfico interno.

Provavelmente isso aconteça porque há mais vigilância da sociedade civil organizada

em relação á situação da criança e adolescentes, com o advento do seu Estatuto e da criação dos Conselhos Tutelares. Menos visível, ainda, é o tráfico interno de mulheres adultas para fins de exploração sexual. É preciso construir meios de descobrir como ocorre a sua relação com o tráfico internacional. O público de homossexuais e transgêneros precisa ser olhado com mais cuidado, posto que a migração é uma condição importante para fugir da discriminação que sofrem nas suas localidade e, é esta condição que os vulnerabilização para serem aliciados.

Outra grande ausência sobre tráfico é a questão racial/étnica. Por inferência de dados gerais que revelam as mulheres negras e indígenas brasileiras presentes na linha de pobreza e, portanto, são sujeitos mais vulneráveis à violência de gênero e à discriminação social, é de se esperar que os tráficos internacional e o interno para fins de exploração sexual recaiam sobre essa população.

A realidade institucional do centro-oeste merece destaque importante tanto pelo não envolvimento com a temática como também o fato de se basear somente na legislação vigente e que o Brasil, mesmo sendo signatário da Convenção de Palermo, ainda não a ratificou nem tampouco adaptou a legislação interna às necessidades para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos. Embora algumas organizações não governamentais já estejam envolvidas com a temática, elas tem o papel de denúncia e mesmo de alerta à sociedade, mas o papel de prevenção, atendimento e responsabilização precisa ser assumido pelas políticas públicas de Estado.

A PESTRAF Centro-Oeste consistiu em muito mais que um desvelamento da realidade, posto que desempenhou um papel fundamental de sensibilização dos entrevistados e questionamento aos entrevistadores e seus conhecimentos. Esta pesquisa pode assim, ser considerada exploratória, interventiva e formadora para o conjunto de todos os envolvidos. Também demonstrou a capacidade da sociedade civil de realizar pesquisa de forma participativa e comprometida com as demandas sociais.

A criatividade da forma de coleta de dados e os caminhos traçados, a busca das informações e dos sujeitos, o desenvolvimento de laços, vínculos e articulações, oportunizou visualizar diferentes questões que envolvem o tráfico, apurando os sentidos e as análises dos pesquisadores:

“mas também o nosso olhar que vai ficando mais apurado: esses dias eu estava no Conselho quando chegou uma adolescente pedindo

documentação e como ela era parenta de uma outra pessoa que nós já sabíamos que estava na Espanha, eu a abordei perguntando como estava a vida e depois de muita conversa eu perguntei se ela podia dar uma entrevista. Eu percebi que ela estava sendo preparada pra ir pra Europa.” (Goiás)

A pesquisa proporcionou um momento histórico de desvelamento da realidade não somente do tráfico no sentido estrito, sobretudo proporcionou à equipe um aprendizado próprio, coletivo nos seus locais de trabalho, no estado e na região e, isso tudo articulado com o mundo global que vivemos e suas demandas por trabalho de pessoas que buscam melhores condições de vida.

A pesquisa demonstrou que o tráfico de seres humanos na região centro-oeste é caracterizado pela ida, vinda e passagem de pessoas pelo território, transpondo fronteiras locais, regionais, nacionais e internacionais. As pessoas traficadas são aliciadas a partir das vulnerabilidades expressas individualmente que refletem as assimetrias das relações de classe, gênero, geração, raça e etnia e, portanto, coletivas vulnerabilidades econômicas, sociais e culturais.

Significou, esta pesquisa, a criação de uma rede de pessoas e instituições que se mantém alerta sobre a temática, que permitiu aos pesquisadores a experimentação de diferentes formas de inserção na realidade visando desvelá-la, compreendê-la e sonhar com sua mudança:

*“eu sentia alegria e tristeza a cada novo caso: alegria de poder confirmar a situação que a gente desconfiava que existia e tristeza porque a situação era de completo desrespeito à dignidade e às vezes de falta de sonho das vítimas. Logo em seguida, eu pensava: mas dá pra fazer alguma coisa.”
(Pesquisadora)*

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ivanise Hilbig . **Na Rota do Gasoduto - A exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande (MS): Editora UFMS, 2002 (Trabalho de Conclusão de Curso - Livro-Reportagem).

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciência desde a perspectiva das mulheres**. Coleção Gênero, vol. 5, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

ARENDT. Hanna. **A Condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Da violência**. Trad. Maria Cláudia D. Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. **Violência sexual, imaginário de gênero e narcismo**. In: SUÁREZ. Mireya & BANDEIRA. Lourdes (Orgs.). et alii. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Pai e Avô: O caso de estupro incestuoso. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Volume 1, 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas; vol. 1. 7ª edição**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 7a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da mulher**. N° 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

_____. **Os Trabalhos da Memória**. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 7a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Uma ideologia perversa. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário**. In *Ser Social* (2): 37-56, Brasília, UnB, jan/jun. 1998.

FOLHA DE S. PAULO. **Mídia: verdades e mentiras**. Caderno Mais! 09/03/1997.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**, N° 5, número especial, publicação semestral, .473 a 483. CIEC, Rio de Janeiro: 1994.

_____. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Publicação Semestral, ano 2, número 4, dez. Rio de Janeiro: CPESC/IMS, 1995.

_____. Identidade de gênero e sexualidade. In: **Estudos de Gênero, cadernos de área nº 9**

. Goiânia: Editora da UCG, 2000. LAMAS, Marta. Género, diferencias de sexo y diferencia sexual. In: **Debate Feminista**. Ano 10, vol. 20, México, 1999.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica I**. Trad. Hilde Conh. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Construindo os fundamentos teóricos e metodológicos sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar**. Cecria, 2001. (mimeo)

LIMA, Angelita Pereira de. **A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia. Dissertação de mestrado, 2001**. (mimeo).

LOPES, Adriana Carvalho. Violência contra mulheres mídia impressa. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos da dialética marxista**. Portugal, Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MACHADO, Lia Zanotta. Matar e Morrer no masculino e no feminino. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Série: Violência em manchete I. Brasília: Vozes/ MNDH, 1998.

_____ e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

MONTORO, Tânia. Notícias de violência. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Dimensão Jurídico-Social: Análise hermenêutica**

da normativa vigente e indicativos de ação política.. Pesquisa/Cecria, 2001. (mimeo).

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A violência nas narrativas. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Série: Violência em manchete I. Brasília: Vozes/MNDH, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: Estudos Históricos: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Rio de Janeiro: Ed. dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1989.

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da família**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REZENDE, Anita C. Azevedo. **Fetichismo e subjetividade**. São Paulo: PUC, 1992. (Tese de doutorado). Mimeo.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise**. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo**. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos/ NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, V. 20, nº 2, Porto Alegre, Jul/dez.1995.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Pessimismo escandaloso**. Folha de S. Paulo: Caderno Mais! 09/03/1997 — p. 13.

ZUMTHOR, Paul. **Tradição e esquecimento**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.